

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – ESTUDO DA LINGUAGEM  
ESPECIALIDADE – TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO  
LINHA DE PESQUISA – ANÁLISES DISCURSIVAS E TEXTUAIS

O FUNCIONAMENTO DA REFERÊNCIA NA PERSPECTIVA DA  
ANÁLISE DO DISCURSO: UM ESTUDO SOBRE O DISCURSO DO  
ESQUIZOFRÊNICO

PATRÍCIA LAUBINO BORBA

Dra. Freda Indursky  
Orientadora

Porto Alegre, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – ESTUDO DA LINGUAGEM  
ESPECIALIDADE – TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO  
LINHA DE PESQUISA – ANÁLISES DISCURSIVAS E TEXTUAIS

O FUNCIONAMENTO DA REFERÊNCIA NA PERSPECTIVA DA  
ANÁLISE DO DISCURSO: UM ESTUDO SOBRE O DISCURSO DO  
ESQUIZOFRÊNICO

PATRÍCIA LAUBINO BORBA

Dra. Freda Indursky  
Orientadora

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Porto Alegre, 2006.

**Para o meu amor, Ronaldo Fernandes  
Peres Rodegher, por compartilhar o  
trabalho.**

**Para o meu amado irmão, Engenheiro  
Eduardo Laubino Borba (*in memoriam*),  
por compartilhar o sonho.**

## **AGRADECIMENTOS**

**À minha orientadora, professora Freda Indursky, pelos ensinamentos, pela leitura atenta e crítica, pela orientação inspirada. Enfim, pelo companheirismo e sabedoria nessa jornada. E, também, pelas palavras amigas nos momentos difíceis.**

**À professora Maria Cristina, pelas aulas desafiadoras, pelas indicações de leituras, e pelo interesse no meu trabalho.**

**À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ser gratuito e de qualidade.**

**Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, por permitir a realização de um sonho.**

**À Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) e, em especial, ao Núcleo das Psicoses.**

**À Margareth Schäffer, por me ceder o *corpus* para a análise.**

**Aos meus, Eduardo Laubino Borba, Rafael Fernando Borba, Fernanda Eduarda Borba, Flávia da Rosa Borba, Andréa Borba Meireles, João**

**Francisco Borba Meireles, Zenaide da Silva Borba, Eleonora Fernandes Peres Rodegher e Vivian Albertoni da Silva, pelo carinho.**

**Aos meus pais, Francisco da Silva Borba e Eni Laubino Borba, por me ensinarem, e continuar ensinando, a ser forte.**

**Ao meu amor, Ronaldo Fernandes Peres Rodegher, por ser meu companheiro na vida e na realização dessa dissertação. E por tudo que fez e faz pela minha família.**

## SUMÁRIO

RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
PRIMEIRA PARTE	
1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A PSICOSE EM UMA LEITURA PSICANÁLITICA.....	16
2. 1 O complexo de Édipo.....	16
2.2 Metáfora paterna e Metáfora delirante.....	20
2.3 A perda da realidade na psicose.....	24
2.3.1 Em Freud.....	24
2.3.2 Em Lacan.....	26
3 DISPOSITIVO TEÓRICO.....	28
3.1 Língua e Discurso.....	28
3. 1. 1 Língua afetada pela falha.....	28
3. 1. 2 Discurso.....	31
3. 2 Do interdiscurso surge a heterogeneidade e a memória.....	34
3.2.1 Interdiscurso.....	34
3.2.2 Heterogeneidade.....	37
3.2.3 Memória Discursiva.....	41
3.3 O funcionamento do sujeito no discurso.....	44
4 METODOLOGIA.....	51

4.1 Do arquivo ao <i>corpus</i> : considerações a respeito da análise.....	51
4.2 Do que permite a análise no <i>corpus</i> de discurso de esquizofrênico.....	58

## SEGUNDA PARTE

1 ANÁLISE DE REFERÊNCIAS ESTABELECIDAS A REFERENTES PRÉ- CONSTRUÍDOS DE FORMAÇÕES DISCURSIVAS QUE AFETAM O ESQUIZOFRÊNICO.....	65
1.1 A noção de referência.....	65
1.2 A análise da referência no discurso do esquizofrênico.....	70
1.3 Conclusões Parciais.....	93
2 ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS ESTABELECIDAS A REFERENTES PRÉ- CONSTRUÍDOS DE DISCURSOS-OUTROS NO DISCURSO DO ESQUIZOFRÊNICO.....	96
2.1 Incisas da gramática ao discurso.....	96
2.2 A análise de incisas no discurso do esquizofrênico.....	103
2.3 Conclusões Parciais.....	117
3 ANÁLISE DE REFERÊNCIAS QUE SE ESTABELECEM NO INTRADISCURSO DO ESQUIZOFRÊNICO.....	123
3.1 A utilização de elementos fóricos no discurso do esquizofrênico.....	123
3.1.1 Condensação e deslocamento: a trajetória dessas noções.....	124
3.1.1.1 Em Freud.....	124
3.1.1.2 Metáfora e metonímia em Jakobson.....	128
3.1.1.3 Metáfora e metonímia em Lacan.....	130

3.1.2 Elementos fóricos: na frase, no texto e no discurso.....	134
3.1.3 Análise da utilização de elementos fóricos no discurso do esquizofrênico.....	139
3.2 Conclusões Parciais.....	160
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165
ANEXO.....	173



## RESUMO

O presente trabalho investiga o funcionamento da referência no discurso do esquizofrênico, tomando como arquivo quatro entrevistas com pacientes esquizofrênicos internados nos hospitais Afonso Martins e Espírita. O referencial teórico-analítico para essa pesquisa é a Análise do Discurso de Michel Pêcheux. A fim de estudarmos tal funcionamento, a dissertação será dividida em duas partes. A primeira, que serve de base para a análise, é constituída de quatro capítulos. A segunda, que trata da análise propriamente dita, possui três capítulos.

O primeiro capítulo da primeira parte justifica o acolhimento da teoria da Análise do Discurso para a realização da análise proposta. No segundo capítulo, vislumbramos o sujeito singular que será estudado: o esquizofrênico. Para isso, o esquizofrênico é situado nos diferentes tipos de psicose e colocado em oposição à neurose. Como objetivamos estudar o funcionamento da *referência* no discurso do esquizofrênico, pesquisaremos, ainda no segundo capítulo, a questão da perda da realidade na psicose, a fim de, posteriormente, percebermos como isso influencia o funcionamento estudado. No terceiro capítulo, definiremos noções da Análise do Discurso pertinentes para a análise pretendida. No quarto, estudaremos a metodologia utilizada nas análises que serão desenvolvidas na segunda parte. Nele, estudaremos a constituição do *corpus* a partir do arquivo utilizado, refletindo sobre o trabalho do analista do discurso frente ao seu objeto de análise. Também refletiremos a respeito do que permite à Análise do Discurso estudar um *corpus* de discurso de esquizofrênico.

Na segunda parte do trabalho, analisaremos três formas de referência, uma em cada capítulo. No primeiro capítulo, estudaremos a referência estabelecida a referentes pré-construídos em *formações discursivas* que afetam o discurso do esquizofrênico. Pesquisaremos a noção de referência e analisaremos como ela está sendo estabelecida no discurso estudado. No segundo capítulo, estudaremos a referência estabelecida, nesse discurso, a referentes pré-construídos de discurso-outro. Este funcionamento será estudado a partir da questão das incisões e examinaremos como o referido funcionamento ocorre no discurso do esquizofrênico. No terceiro, examinaremos a referência que se estabelece no intradiscurso, a partir do estudo dos *elementos fóricos*. Para tanto, faz-se necessário estudar, nesse capítulo, a noção de *condensação* e de *deslocamento*, porque tais funcionamentos estão presentes na análise em questão. Esta dissertação se encerra com considerações finais, nas quais pensamos a importância da Análise do Discurso para pensar o discurso do esquizofrênico.

## ABSTRACT

This work investigates the functioning of reference in the schizophrenic discourse, based on four interviews with schizophrenic individuals, patients of Afonso Martins and Espírita hospitals. This research's theoretical-analytical reference is Michel Pêcheux's Discourse Analysis. In order to study such functioning, the dissertation will be divided into two parts. The first, which is the base of the analysis, is constituted of four chapters. The second, which contains the analysis, has three chapters.

The first chapter of the first part justifies the preference for the Discourse Analysis theory. In the second chapter, we will introduce the peculiar subject of our study, the schizophrenic patient, by finding its place among different kinds of psychosis and opposing him to neurosis. Since our objective is to study the functioning of reference in the schizophrenic discourse, we will research, still in the second chapter, the question of the loss of reality in psychosis, in order to perceive how this loss influences the referred functioning. In the third chapter, we will define notions of the Discourse Analysis which are pertinent to our study. In the fourth, we will study the methodology of the analysis developed on the second part. In this chapter, we will study the constitution of the *corpus* from the archive we used, reflecting about the job of the discourse analyst in front of his object of analysis. We will also reflect about why the Discourse Analysis enables us to study the a *corpus* of schizophrenic discourse.

In the second part of the dissertation, we will analyse three forms of reference, one in each chapter. In the first chapter, we will study the reference established to pre-constructed references of discursive formations that affect the patient. We will research the notion of reference and analyse how it is being established in the studied discourse.

In the second chapter, we will study the reference established in this discourse to pre-constructed references of other speeches. We will study the question of parenthetical expression and examine its functioning in the schizophrenic discourse. In the third, we will examine the reference established in the intradiscourse, by studying phoric elements. It is necessary, in this chapter, to study the notions of condensation and deslocation, since these functionings are present in the analysis in question. We will end our work with final considerations.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a estudar o funcionamento da *referência* no discurso do esquizofrênico a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso de Michel Pêcheux. Nossa reflexão a respeito dos dizeres dos esquizofrênicos iniciou-se em trabalhos anteriores. Nesses trabalhos utilizamos a teoria da Enunciação, principalmente a partir dos estudos de Authier-Revuz (1998) sobre a heterogeneidade. Com o objetivo de justificarmos a adoção da Análise do Discurso, percorreremos brevemente os trabalhos de que lançamos mão no campo teórico da Enunciação. Posteriormente, apontaremos os motivos que nos levaram à escolha da teoria de Michel Pêcheux. Para encerrar a nossa justificativa de mudança de paradigma teórico, apontaremos a contribuição da Análise do Discurso para a reflexão acerca do discurso do esquizofrênico. Após mostrarmos o percurso trilhado até a realização do presente trabalho, apontaremos as questões que serão desenvolvidas. Finalmente, apresentaremos os capítulos que compõem o nosso estudo.

Em Borba (2002), estudamos um *corpus* composto por entrevista de um paciente esquizofrênico a partir da teoria de Authier-Revuz. Constatamos que as formas descritas exaustivamente por Authier-Revuz (1998) como aquelas que delimitam uma *não-coincidência*<sup>1</sup> – ou seja que realizam a *modalização autonímica*<sup>2</sup> – estavam presentes no discurso, mas não desempenhavam a função prevista.

Procurávamos, nesse dizer, algum tipo de negociação de sentido entre o paciente entrevistado e o entrevistador, porém, isso não ocorria. A partir de nosso embasamento teórico, chegamos à conclusão<sup>3</sup> de que não há *metaenunciação* no dizer do esquizofrênico. Nessa fala, não havia um retorno sobre o dizer, ou seja, o paciente não explicava o fato de ter dito alguma

---

<sup>1</sup> *Não-coincidência* é o termo utilizado por Authier-Revuz (1998) para re-nomear as formas de heterogeneidade constitutiva e mostrada. São de quatro tipos: a não-coincidência interlocutiva, a não-coincidência do discurso consigo mesmo, a não-coincidência entre as palavras e as coisas e a não-coincidência das palavras consigo mesmas.

<sup>2</sup> A *modalização autonímica* é a retomada, pelo enunciador, de um ponto de seu dizer de forma metaenunciativa, reflexiva e opacificante.

<sup>3</sup> Nosso primeiro passo nessa pesquisa foi procurar todas as formas que, segundo a teoria de Authier-Revuz, apontam para a delimitação de uma não-coincidência. O segundo passo foi procurar momentos em que o entrevistador pedia esclarecimentos a respeito do dizer do paciente. Constatamos que o paciente nunca retomava sua enunciação tanto em relação às formas que deveriam realizar a *modalização autonímica*, quanto no momento em que o interlocutor pedia esclarecimentos.

coisa, mas limitava-se a reiterar o dito<sup>4</sup>. Ao não conseguir *metaenunciar*, o paciente também não consegue delimitar outras vozes em seu dizer, para apontar uma não-coincidência, na medida em que não há um afastamento desse em relação ao seu dito.

No trabalho seguinte, em Borba (2003), estudamos duas entrevistas de pacientes esquizofrênicos e partimos das constatações e conclusões do trabalho anterior: havia a utilização de formas lingüísticas que realizavam a *modalização autonímica*, porém, essa não se concretizava, na medida em que não havia nesse dizer a *metaenunciação*.

Nesse trabalho, detivemo-nos na questão das *não-coincidências* no dizer, tentando compreender se havia outro motivo para que essas formas não cumprissem sua função prevista. A conclusão desse estudo é que havia um outro motivo, além da incapacidade de *metaenunciar*, para que o paciente não realizasse a *modalização autonímica*: a inabilidade dos falantes estudados em apontar, em seu dizer, outros discursos<sup>5</sup>:

*Authier-Revuz (1998) nos mostra que tal localização, numa fala não psicótica, acontece regularmente, apesar da ilusão de que alguns discursos se originam no próprio falante. Para o paciente esquizofrênico estudado, há momentos em que o discurso se origina nele e é coincidente; em outros, em que são utilizadas formas de não-coincidência. Porém, essas tentativas de delimitar outras vozes, a partir da não-coincidência, não se concretizavam, porque não é claro para o paciente a alteridade confrontada. (idem, p. 42).*

Para Authier-Revuz (1990), há dois tipos de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada. A primeira é *uma heterogeneidade radical, exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, não localizável e não representável no discurso que constitui, aquela do Outro do discurso – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente*<sup>6</sup>(idem, p. 32). O segundo tipo de heterogeneidade é a representação de alteridades no discurso de um sujeito. Essa representação tem a função de marcar a unidade do sujeito em relação à pluralidade de discursos que por ele pode ser identificada. Para a autora, não há uma tradução possível entre ambas

<sup>4</sup> Podemos observar, no seguinte trecho, num momento em que o entrevistador indaga o paciente a respeito do seu dizer, o não retorno sobre o dizer, mas a retomada do dito:

*Entrevistador 1: E o que que é enterrar as criancinhas para mim...*

*Paciente: Não, enterrar os dois talentos (J. V., 43 anos, sexo masculino)* (Borba, 2003, p. 34)

<sup>5</sup> Procuramos, a partir do levantamento de todas as quatro formas de não-coincidências, o porquê da falha em delimitar a heterogeneidade pela modalização autonímica. Percebemos que ao ser questionado pelo entrevistador, o paciente retomava o dizer, porém, ele não explicava o seu dizer, porque via a sua fala como transparente, ou seja, ele não opacificava o que tinha sido dito por ele.

<sup>6</sup> Texto sublinhado no original.

heterogeneidades, ou seja, não são redutíveis, possuindo assim uma total independência entre os dois planos, porém, são *articuláveis e até mesmo, necessariamente, solidárias* (idem, p. 33).

Na obra de Authier-Revuz, apenas a heterogeneidade mostrada é passível de estudo, e, nessa, apenas a marcada possui uma metodologia de análise. Para a heterogeneidade mostrada não-marcada, são reservados apenas comentários de sua existência e as dificuldades de sua apreensão: *uma forma mais arriscada, porque joga com a diluição, com a dissolução do outro no um, onde este, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado mas também onde pode se perder* (idem, p. 34).

Dessa forma, podemos concluir que, se, no discurso a ser estudado, não houver marcas formais de delimitação da alteridade (heterogeneidade mostrada marcada), não é possível apreender a relação entre esse discurso e a heterogeneidade. O discurso do esquizofrênico apresentava formas lingüísticas de localização de heterogeneidade (não-coincidência), porém, essas não marcavam nenhuma alteridade discursiva. Mesmo assim, percebíamos, no discurso do esquizofrênico, vestígios de discursos identificáveis que vinham de outros lugares.

Na Análise do Discurso, é possível estudar a heterogeneidade de uma forma diferente da apresentada por Authier-Revuz, conforme Indursky (1997a, p. 219 e p. 244). Na autora francesa, a heterogeneidade só pode ser estudada a partir da delimitação formal produzida pelo falante em seu dizer. Esse tipo de estudo limita-se a visualizar as conseqüências formais da inscrição do sujeito no discurso. A Análise do Discurso permite pensar a questão da constituição heterogênea do discurso sem que seja necessário apoiar-se exclusivamente na heterogeneidade mostrada marcada.

Essa diferença em relação à teoria da Enunciação ocorre na medida em que, diferentemente de Authier-Revuz (1998, p. 166), que descreve as formas de apreensão da alteridade no discurso do sujeito, a Análise do Discurso investiga o processo de constituição discursiva. O trabalho de Authier-Revuz permite-nos perceber as conseqüências da singular inscrição do discurso do esquizofrênico no interdiscurso. Porém, para percebermos como ocorre essa inscrição, é necessário pensarmos esse discurso em relação às *formações discursivas* que o afetam. Esse processo só pode ser vislumbrado na perspectiva teórica da Análise do Discurso.

Se, como nos ensina o psicanalista Calligaris (1993), *o sujeito é um efeito da cultura que o produz* (idem, p. 189), haveria, mesmo tratando-se de um sujeito esquizofrênico, uma influência dessa em sua constituição subjetiva e discursiva. Essa influência era percebida por

nós nas análises que fazíamos do discurso desses pacientes em trabalhos anteriores, em virtude da identificação de discursos-outros, embora isto ocorresse sem uma delimitação por parte do paciente. O trabalho de Figueiredo (2000, p. 93), que nos mostra que a doença mental é produzida a partir de um contexto cultural e social, vem reforçar a nossa tentativa em compreender como o discurso do esquizofrênico é afetado pelo social.

Estudaremos a inscrição discursiva do esquizofrênico a partir do funcionamento discursivo da referência aos referentes discursivos que estão no *interdiscurso*. Ou seja, interessa-nos perceber como os pacientes se apropriam dos *pré-construídos*, a fim de *construir* seu discurso. A partir da análise que aqui empreenderemos, compreenderemos como ocorre o funcionamento do discurso do esquizofrênico em relação ao *interdiscurso*. Esta é a nossa questão na presente pesquisa.

Para realizar esse estudo, dividiremos o presente trabalho em duas partes: na primeira, encontra-se a pesquisa teórica e, na segunda, a analítica. No segundo capítulo da primeira parte, definiremos, a partir de uma leitura psicanalítica, a psicose. Com esse objetivo, percorremos a noção de complexo de Édipo, na medida em que é apontado, pela teoria freudo-lacanianiana, como o momento da diferenciação de uma subjetividade neurótica da de uma psicótica. Trataremos de duas noções: *metáfora paterna* e de *metáfora delirante*. Essas noções são importantes porque distinguem a organização subjetiva na neurose e na psicose. É nessa seção do capítulo que também delimitaremos dentro da psicose a esquizofrenia.

A perda da realidade na psicose será assunto da seção seguinte desse capítulo. Essa questão nos interessa porque estudaremos posteriormente a questão da referência no discurso do esquizofrênico. Por esse motivo, procuraremos delimitar como a questão da realidade é vista na psicanálise, para, posteriormente, analisarmos como a sua perda interfere na produção de referência no discurso do esquizofrênico.

No terceiro capítulo, será exposto o dispositivo teórico da Análise do Discurso que sustenta a nossa análise. As noções estudadas serão as seguintes: *língua, discurso, interdiscurso, heterogeneidade, memória, sujeito e autoria*. Essas noções serão fundamentais para sustentar as análises que serão produzidas na segunda parte do trabalho.

A metodologia será exposta no quarto capítulo desse trabalho. Esse capítulo será subdividido em duas partes. A primeira mostrará como será estabelecido o *corpus* de análise e quais serão as questões norteadoras para a realização da análise. A segunda apresentará uma

reflexão sobre questões teórico-metodológicas que nos permitem estudar o discurso do esquizofrênico a partir da perspectiva da Análise do Discurso.

Na segunda parte desse trabalho, serão realizadas as análises acerca do funcionamento da *referência* no discurso do esquizofrênico. Essa parte será dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo tratará da referência no discurso do esquizofrênico. A primeira seção desse capítulo examinará essa noção na lógica, no Estruturalismo, na teoria da Enunciação e na perspectiva sócio-cognitiva, para, finalmente, analisarmos a noção de referência à luz da Análise do Discurso. A fim de fazermos esse percurso teórico, estudaremos autores significativos de cada área. Na segunda seção desse capítulo, analisaremos o processo de referência no discurso do esquizofrênico, dentro da perspectiva discursiva. Para tanto, nos apoiaremos em uma entrevista em que o paciente se inscreve em um discurso bem definido - o da Igreja Pentecostal - e realiza referências aos referentes estabelecidos nesse discurso. Para analisarmos as referências realizadas pelo paciente, estudaremos, primeiramente, como os outros fiéis dessa igreja referenciam esse discurso, para podermos comparar as diferenças entre esses dois processos. Finalizaremos esse capítulo com as conclusões parciais dessa análise.

O segundo capítulo será dedicado às *incisas discursivas*. O capítulo será iniciado com o exame das incisas nas gramáticas tradicional, gerativista, funcionalista e no português falado, para, posteriormente, ser estudada em Bally e, por último, na Análise do Discurso. Na segunda seção desse capítulo, estudaremos a ocorrência de incisas discursivas no discurso de três pacientes entrevistados. As incisas serão analisadas como marcas discursivas em que referentes de outras formações discursivas são apropriados pelo sujeito do discurso em análise e transportados para a *formação discursiva* com a qual esse sujeito se identifica. Como o anterior, esse capítulo também encerrará com conclusões parciais a respeito da análise.

No terceiro capítulo da segunda parte, será estudada a utilização de *elementos fóricos* no discurso do esquizofrênico. Estudaremos os elementos fóricos dentro das perspectivas frasal, textual e discursiva na primeira seção desse capítulo. Na segunda seção, analisaremos como ocorre a utilização de elementos fóricos no discurso do esquizofrênico. Para isso, utilizaremos uma entrevista em que o paciente está contando a sua internação e outros assuntos. Nessas seqüências discursivas de referência, há utilização de um número considerável de elementos fóricos. A *condensação* e o *deslocamento* são noções importantes para o estudo do discurso do esquizofrênico, na medida em que estes mecanismos se fazem presentes na referência que se

estabelece no fio do discurso, ou seja, na referência intradiscursiva. Percorreremos a trajetória dessas noções nos estudos de Freud, Jakobson e Lacan. O capítulo será finalizado também com conclusões parciais.

No último capítulo, há uma consideração final a respeito do funcionamento discursivo da referência e, de forma específica, a referência no discurso estudado.



## 2 A PSICOSE EM UMA LEITURA PSICANÁLITICA

### 2.1 O COMPLEXO DE ÉDIPPO

Como nos ensina Julien (2002), apesar de os psicanalistas pós-freudianos terem abandonado o complexo de Édipo, Lacan mantém um diálogo constante com Freud a respeito desse conceito, inclusive relendo-o a partir da tripla distinção do simbólico, do imaginário e do real<sup>7</sup>. Essa tríplice distinção não diz respeito nem à mãe, nem à criança, mas à função do pai nos três momentos lógicos do Édipo: *não existe a questão do Édipo quando não existe o pai, e, inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do pai* (Lacan, 1998, p. 171). Como veremos, no complexo de Édipo é o pai que é qualificado pela tríplice distinção tomada como adjetivo: *pai imaginário, pai simbólico e pai real*.

Lacan busca, na obra de Freud, principalmente, o lugar da paternidade na constituição das subjetividades: a neurótica, a psicótica e a perversa. Exporemos abaixo como ocorre o complexo de Édipo em relação à neurose, e, mais detidamente, à psicose. Porém, antes definiremos brevemente a fase anterior ao Édipo, o estágio do espelho. Estudaremos essa fase porque está relacionada ao primeiro momento lógico do Édipo.

O estágio do espelho é um tipo de relação que se estabelece entre a criança e seu semelhante, a mãe. Está relacionado à demarcação do corpo da criança. Antes dessa fase, a criança percebe seu corpo despedaçado (Lacan, 1949, p. 100). É apenas no estágio do espelho que ela se percebe como uma totalidade. O que caracteriza a fase do espelho é a relação imediata entre a mãe e a criança. Não há, nessa relação dual, a mediação da linguagem, porque a criança não tem função simbólica própria, o que se desenvolve na fase do Édipo. Nessa fase pré-edípica, a criança está identificada à imagem da mãe e alienada por ela.

O Édipo é a abordagem mítica da constituição da subjetividade. Desenvolve-se em três momentos lógicos. No primeiro momento, há a persistência na relação dual entre a criança e a

---

<sup>7</sup> Explicaremos brevemente a tríplice distinção formulada por Lacan. O simbólico é o que funda o inconsciente, é o lugar do significante e da função paterna. O imaginário é o lugar do eu, da alienação, está relacionado ao estágio do espelho e designa uma relação dual entre a mãe e a criança. O real é aquilo que não é passível de simbolização. Lacan (1981) faz uma definição dessas três esferas em relação à fala que nos pode ser esclarecedora, principalmente porque se aproxima do nosso objeto – a produção linguageira do psicótico: *o simbólico representado pelo significante, o imaginário representado pela significação e o real que é o discurso de fato efetuado em sua dimensão diacrônica*. (idem, p. 78).

mãe, ou seja, está-se ainda no nível do imaginário. A criança é identificada como objeto de desejo da mãe, que é o Outro absoluto da criança. Por esse motivo, não há a constituição da subjetividade no sentido de uma individualidade psíquica. Podemos ver isso pela utilização da terceira pessoa<sup>8</sup>: ao invés de a criança dizer *Eu quero mamar*, ela dirá *Neném quer mamar*.

Apesar de estar submetida ao simbólico, nesse primeiro momento do Édipo, a criança apenas terá acesso ao imaginário. Isso se deve ao fato de o imaginário estar presente no discurso da mãe e dos adultos que cercam o bebê. Mesmo não possuindo a linguagem, o bebê está em contato com ela, porque ele é falado pelos outros. Essa atribuição de sentido não é totalmente governada pelo simbólico, e podemos ver isso quando os atos da criança são interpretados através do discurso da mãe: *O neném está chorando, ele quer mamar!;* *O neném está chorando, ele está com sono*. O choro da criança não é uma linguagem - ele não sinaliza nada - é apenas um suporte para a mãe atribuir sentido. Esse jogo da interpretação materna é assim pensado por Leclaire:

*Que a interpretação (de que a mãe é o primeiro agente) seja a violência inicial (para sempre indelével), imposta ao sujeito e à sua liberdade, é uma evidência; mas, igualmente evidente aparece o que tal violência tem de necessária para que o grito venha a ser apelo, e não simples ruído, o sorriso signo de amor e não simples jogo de músculos, a amamentação desejo de dar vida e não pura oferta de calor.* (Leclaire, 1991, p. 170).

No segundo momento do Édipo, há o começo da entrada no simbólico. A relação da criança com a mãe deixa de ser imediata, pois há interferência do simbólico que advém da linguagem. Isso acontece pela introdução do terceiro elemento - a instância paterna como

---

<sup>8</sup> Irigaray (1973), nos mostra a encenação do Édipo na linguagem, a partir da questão do estabelecimento da comunicação. A relação do sujeito com o outro e do sujeito com a língua dá-se na relação ternária da comunicação: *eu, tu e ele*. A separação da mãe com a criança funda-se no estabelecimento do *eu* e do *tu* nessa relação. A oposição entre o *eu* e *tu* e entre o *tu* e o *eu* resulta de um *nós* inicial entre a mãe e o bebê. Esse *nós* inicial está relacionado com a indiferenciação total. A criança não se distingue das pessoas e do mundo. A diferenciação só se estabelece com o advento da linguagem. O sistema dos pronomes é aprendido pela criança pela observação da utilização da linguagem pelos pais. Inicialmente a criança é excluída do diálogo. Essa exclusão possibilita a futura interação da criança na linguagem, porque dessa se estabelece o *ele0*, que possibilita a identificação do bebê com o *eu* e com o *tu*, que torna possível a comunicação. Estabelecido o *ele0*, há a disjunção da mãe com o bebê e assunção do *ele1*. A partir desse novo sistema, o sujeito poderá assumir os pronomes *eu* e *tu*. Na psicose, essa relação ternária não se estabelece e a criança jamais consegue separar-se de sua mãe. A autora conclui que por essa não ascensão a linguagem, o esquizofrênico produz um discurso que evoca uma língua nova - a partir das substituições, dos neologismos, das pseudometáforas - que não tem um estatuto de código.

metáfora do pai<sup>9</sup> - que impõe a lei de interdição. Segundo Quinet (2003), *se, no primeiro tempo lógico do Édipo o Outro é a mãe, o Nome-do-Pai é o que vem barrar o Outro onipotente e absoluto, inaugurando a entrada da criança na ordem do simbólico* (idem, p. 12). Há, nesse tempo lógico, o recalque originário que inaugura a cadeia significante do sujeito.

É em relação ao acesso à linguagem que há a possibilidade de se produzir um afastamento da própria vivência. A linguagem possibilita nomear o desejo, deste modo, este é substituído pelo símbolo. Concomitantemente, o Nome-do-Pai produz a clivagem da subjetividade infantil em consciente e inconsciente. O pai, conforme Garcia-Roza (2004, p. 222), não é para a criança o representante da lei, mas ele substitui a mãe do primeiro momento do Édipo, como a própria lei. Isso faz com que não haja o estabelecimento do *pai simbólico*, mas do *pai imaginário*<sup>10</sup>, detentor do falo.

No terceiro momento do Édipo, há a inserção completa no simbólico. Ocorre a castração nos três níveis: criança, mãe e pai. O *pai imaginário* passa a ser *simbólico*, porque deixa de ser a lei para ser o representante dela. Há, nesse momento, a separação completa entre a criança e a mãe pelo interdito do pai, tornando possível a introdução do sujeito na ordem da cultura.

É necessário pensarmos o Édipo como uma estrutura que ultrapassa qualquer indivíduo singular e à qual todo indivíduo é submetido, como nos ensina Garcia-Rosa (2004, p. 223). O Édipo ocorre em três momentos não datáveis da vida de uma criança, porque é uma *estrutura-estruturante* e não um estágio da psicologia infantil. É a possibilidade de romper com o estado da natureza e ingressar na ordem simbólica.

De acordo com Quinet (2003), *o Édipo é o preço que se paga para advir como sujeito da linguagem que é, portanto, condenado a lidar com a falta, com a castração simbólica e com o recalque, impedindo que a verdade do sujeito jamais possa ser dita por inteiro* (idem, p. 15).

O psicótico não paga esse preço<sup>11</sup>; fracassa no segundo momento e nunca atinge o terceiro. Segundo Freire (2001, p. 155), é a falta desses dois momentos lógicos do Édipo que

---

<sup>9</sup> É necessário dizer que não se está falando da mãe e do pai da criança, mas de uma função materna e paterna, pois, caso contrário, órfãos e institucionalizados não teriam acesso à ordem da linguagem.

<sup>10</sup> Segundo Julien (2002), o pai real é uma novidade da releitura feita por Lacan da obra freudiana: *O simbólico e o imaginário, Lacan os lê no texto de Freud, mas o real, ele mesmo o inventa para responder às questões em suspenso que lhe são colocadas por Freud*. (idem, p. 69). Como essa noção não se inclui na constituição da subjetividade psicótica, não iremos nos deter nela.

<sup>11</sup> Não queremos com essa exposição afirmar que a psicose é uma escolha do indivíduo, pois conforme Lacan (1981) *não se torna louco quem quer* (idem, p. 24). Porém, apenas queremos mostrar o processo de constituição da subjetividade na psicose.

impedem o psicótico de se constituir como sujeito do inconsciente, sujeito dividido e desejante. A constituição diferencial da subjetividade na psicose implica em que haja a forclusão do Nome-do-Pai, que é o significante que se encontra na origem lógica da linguagem, e, por isso, assegura seu funcionamento ordenado. O psicótico não tem acesso nem mesmo ao pai do segundo momento do Édipo, o *pai imaginário*. Esse apenas surge como aquilo que faz eclodir o surto psicótico, conforme Freire (2001, p. 156). O pai do terceiro momento do Édipo, o *pai simbólico*, é inatingível.

Não existe uma característica universal positiva que diferencie a psicose da neurose, somente uma ausência. Na psicose ocorre a forclusão da função paterna presente na neurose. A noção de forclusão será retomada no item 2.2.

A falta da função paterna na psicose acarreta uma falha no acesso estruturado à linguagem. Essa falha faz com que muitos psicanalistas afirmem que há uma perda da referência no dizer dos psicóticos, assunto que será estudado na segunda parte desse trabalho. Lacan (1998) também pensa a questão da linguagem na psicose, na medida em que afirma que ela é o reflexo do problema do homem com a significação: *toda loucura é vivida no registro do sentido*. (Lacan, 1946, p. 166). O autor mostra que fenômenos como alucinação, interpretação e intuição são vividos pelo paciente não apenas como uma mera questão de sensorialidade. O paciente reage aos fenômenos, *o desdobram, responde-lhe, fazem-lhe eco e lêem nele, assim como ele os identifica, interroga, provoca e decifra*. (idem, p. 166).

Na psicose, há no mínimo dois tipos clínicos: a paranóia e a esquizofrenia. Calligaris (1989) nos ensina que, no momento da crise psicótica, o que está forcluído volta no real. Os significantes singulares que, no neurótico, preencheriam a função paterna retornam no real na psicose. Para o autor, o tipo de psicose que se estabelece está relacionado à constelação simbólica e imaginária específica que volta no real, ou seja, *podíamos pensar que numa esquizofrenia, o pai que volta no Real é o pai de histérico. Que, numa paranóia, o pai que volta no Real é um pai de obsessivo* (idem, p. 54). Isso resulta fenomenologicamente nas seguintes características da paranóia:

*facilidade de constituição do delírio, riqueza de alucinação auditiva, riqueza de manipulações desse pai no Real e ainda escassez de alucinações não auditivas [...] um paranóico é alguém que encontra muito facilmente um delírio viável* (idem, p. 59).

Na esquizofrenia, outras características são apresentadas:

[Há] *uma constituição bastante difícil da metáfora delirante, abundância de alucinações não auditivas e escassez de alucinações auditivas* (idem, p. 58) *Na crise de um paciente esquizofrênico existem tentativas de constituição de um delírio que são permanentes e descontínuas: uma frase, duas frases. [...] O problema é que dificilmente constitui-se um delírio viável, um delírio com o qual o sujeito possa sustentar-se em uma significação* (idem, p. 59).

A partir da singular constituição subjetiva da psicose, estudaremos o funcionamento da referência no discurso do esquizofrênico. Para isso, estudaremos na seção 2.3 a questão da perda da realidade. Buscaremos refletir também sobre as marcas no discurso do esquizofrênico que resultam do acesso falho desse à linguagem, principalmente, em relação a que isso afeta a referência. Isso nos leva a estudar como se constitui a subjetividade na psicose.

Na seção seguinte, estudaremos a *metáfora paterna* e a *metáfora delirante* que são modos de estruturação subjetiva, a primeira da neurose e a segunda da psicose.

## 2.2 METÁFORA PATERNA E METÁFORA DELIRANTE

Ao retomar os estudos freudianos do livro do psicótico Schreber - *Memórias de um doente dos nervos* – Lacan (1981) afirma: *nunca se encontra nada que se pareça a uma metáfora* (idem, p. 248). Essa afirmação estabelece uma contradição entre a negação da existência da metáfora e a noção de metáfora delirante, forjada por esse autor.

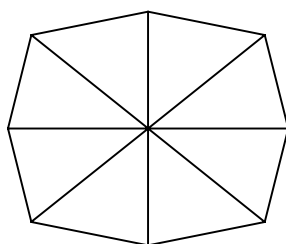
Lacan define a psicose, conforme Arrivé (1994, p. 107), pela ausência de metáfora, gerando, assim, uma contradição dentro da obra lacaniana, pois o autor afirma posteriormente que, na constituição subjetiva da psicose, é possível uma certa amarragem dos significantes e dos significados na metáfora delirante (Lacan, 1958, p. 584).

Arrivé (1994) nos mostra que essa contradição interna é aparente, na medida em que é resolvida se pensarmos que a metáfora que não se estabelece na psicose é a paterna. A metáfora paterna é a formulação lacaniana do complexo de Édipo (conforme Arrivé, 1994, p. 108). Como

vimos na primeira seção, o psicótico não passa por todos os momentos lógicos do complexo de Édipo. Esse fracasso impossibilita que o psicótico se estruture por uma metáfora paterna.

Calligaris (1989, p. 13-14) nos mostra que a estruturação do sujeito, seja ele barrado pela castração (neurótico) ou não (psicótico), é necessária para que o sujeito se diferencie do real do seu corpo, isto é, que não seja apenas alguns quilos de carne. Para haver a estruturação do sujeito, é necessária uma metáfora que estabeleça algum tipo de significação que possa substituir a do real do corpo. Essa estruturação é diferente na neurose e na psicose.

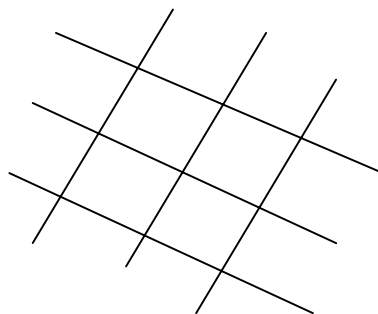
Por passar pelo complexo de Édipo, ou seja, por uma metáfora paterna, adquirindo, assim, o Nome-do-Pai, a neurose organiza seu saber e seu mundo ao redor de um pólo central<sup>12</sup>, conforme está representado pela figura abaixo:



Na psicose, há um mecanismo específico que a distingue da neurose: a *forclusão*. Dor (1999) nos ensina que esse termo foi tomado de empréstimo à terminologia jurídica e significa *uma determinada disposição [que] não ocorre nos prazos prescritos* (idem, p. 83). Lacan traz esse termo para a psicanálise para designar a rejeição do Nome-do-Pai pelo sujeito que o exclui de seu universo simbólico (conforme Roudinesco e Plon (1998, p. 245)). Por causa da *forclusão* do Nome-do-Pai, não haverá uma organização centralizada de seu saber e de seu mundo<sup>13</sup>, como está representado na figura que segue:

<sup>12</sup> Essa figura foi retirada de Calligaris (1989, p. 15).

<sup>13</sup> Essa figura foi retirada de Galligaris (1989, p. 15).



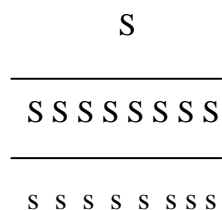
A partir dessa diferença, podemos constatar que, na psicose, há significação, e essa é organizada de modo diferente do que ocorre na neurose. Calligaris (1989) nos mostra as conseqüências imediatas dessa estruturação diferencial:

*é necessário considerar que a vida do neurótico é um rumo no qual a significação é dada por uma orientação em relação à qual há erros, mas não errância, esta orientação sendo exemplarmente a necessidade, o serviço da dívida paterna, já a vida do psicótico é uma errância, mas nem por isso sem significação (idem, p. 17).*

Segundo Lacan (1998), *o pai acha-se numa posição metafórica, na medida e unicamente na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei* (idem, p. 202). Podemos deslocar esta reflexão para pensar a linguagem. Na linguagem, encontram-se duas cadeias, a dos significantes S, a dos significados s; a primeira encontra-se acima da segunda conforme veremos na figura abaixo. O *ponto de basta*<sup>14</sup> é o mecanismo que permite que haja a amarragem entre os significantes e os significados. O significante *pai* representa o lugar da lei, por isso ele se coloca acima dos demais significantes, conforme a figura abaixo<sup>15</sup>:

<sup>14</sup> Também chamado *ponto-de-estofo*. Trata-se da operação pela qual o significante detém o deslizamento da significação de [...] modo indefinitivo. [...] [No] ponto de basta, [encontra-se] a função diacrônica na frase, na medida em que ela só fecha sua significação com o último termo (Lacan, 1960, p. 820).

<sup>15</sup> Essa figura foi retirada de Lacan (1998, p. 202).



A metáfora paterna, ou seja, o pai na posição metafórica, é a entrada do sujeito na ordem do simbólico, e permite, por esse motivo, a amarragem dos significantes e dos significados. Na psicose, como há a *forclusão* do Nome-do-Pai, a metáfora paterna está ausente. Desse modo, não se encontra, na psicose, a amarragem que essa metáfora proporciona. Apesar de o psicótico dispor dos significantes, ele não possui, como na metáfora neurótica, a função de amarragem central. Desse modo, *ele [o psicótico] erra num saber metonímico, embora nessa errância tenha que produzir algum efeito metafórico.* (Calligaris, 1989, p. 22).

Segundo Calligaris (1989), a metáfora possível na psicose é a metáfora delirante, ou como o autor a re-nomeia, *metáfora paterna delirante*. Essa é uma metáfora pseudopaterna, pois permite uma amarragem, mas não aquela encontrada na neurose. *A metáfora paterna delirante é a constituição de um delírio. Ela surge depois de uma crise psicótica, quando o paciente necessita referir-se à metáfora paterna. Porém, como essa não foi simbolizada por ele no complexo de Édipo, o que ocorre é que um tal lugar organizador volta para ele, mas não volta no Simbólico, porque nesse Simbólico não há essa função, então volta no Real.* (Calligaris, 1989, p. 22). Dessa forma, o psicótico tenta construir uma metáfora homóloga àquela do neurótico. Essa metáfora não possui uma função paterna simbolizada, mas uma função paterna no real (idem, p. 22).

É necessário ressaltar que estudaremos o funcionamento de um discurso que se constitui em uma estrutura subjetiva singular, a psicose. Apesar de termos como objetivo estudar o discurso do psicótico em relação à sua inserção social, teremos sempre presente que há uma organização diferencial dessa subjetividade em relação à neurose. Buscaremos, assim, vislumbrar o que produz essa diferença na ordem do discurso. Utilizaremos para isso a perspectiva teórica da Análise do Discurso, que será exposta no capítulo 3.



Na próxima seção, estudaremos a questão da perda da realidade na psicose a partir das obras freudiana e lacaniana para, posteriormente, estudarmos, na segunda parte desse trabalho, como o discurso do psicótico reflete essa perda da realidade.

## 2.3 A PERDA DA REALIDADE NA PSICOSE

### 2.3.1 EM FREUD

Compreendendo o *ego* como instância mediadora entre o mundo externo, o *id* e o *superego*, Freud (1924a), em *Neurose e Psicose*, diferencia a neurose da psicose pela relação que estabelecem entre si o *ego*, o *id* e a *realidade externa*: *a neurose é o resultado de um conflito entre o ego e o id, ao passo que a psicose é o desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo* (idem, p. 167). Essa percepção da psicose está vinculada aos efeitos de uma dinâmica libidinal conflitiva.

Na neurose, o mundo exterior atua sobre o *ego* de duas formas: pela percepção atualizada da realidade e pelo armazenamento de percepções pregressas. Na psicose, o *ego* cria uma realidade nova, de acordo com os impulsos desejosos do *id*. Essa recriação da realidade está intimamente relacionada à frustração pelo mundo exterior de um desejo do indivíduo.

Seguindo a mesma reflexão desenvolvida no texto citado, em *A perda da realidade na neurose e na psicose* (1924b), Freud mostra, na psicose, que a fuga inicial da realidade é sucedida por sua remodelagem por meio do delírio. Sobre os restos da antiga relação que o *ego* estabelecia com a realidade, o delírio é executado: *os traços de memória, as idéias e os julgamentos anteriores derivados da realidade e através dos quais a realidade foi representada na mente* [do paciente psicótico] (idem, p. 207).

As alucinações sustentam a realidade criada pelo *ego*, pois fornecem uma confirmação de sua existência. O delírio é visto por Freud como uma tentativa espontânea de cura por parte do paciente, pois tem a função de restaurar a realidade perdida. Podemos ver o reflexo desse afastamento da realidade em relação à linguagem no seguinte exemplo presente em *Inconsciente*, Freud (1915):

*Uma paciente de Tausk, uma moça levada à clínica após uma discussão com o amante, queixou-se de que seus olhos não estavam direitos, estavam tortos. Ela mesma explicou o fato, apresentando, em linguagem coerente, uma série de acusações contra o amante. “De forma alguma ela conseguia compreendê-lo, a cada vez ele parecia diferente; era hipócrita, um entortador de olhos<sup>16</sup>, ele tinha entortado os olhos dela; agora ela tinha olhos tortos; não eram mais os olhos dela; agora via o mundo com olhos diferentes”.* (idem, p. 202).

Segundo o autor, o esquizofrênico *trata as coisas concretas como se fossem abstratas* (Freud, 1915, p. 208). Podemos ver isso no exemplo acima, em que um elemento concreto, *olhos tortos*, não tem relação com a realidade, pois a paciente esquizofrênica, apesar de acreditar que tinha realmente olhos tortos, não possuía nenhum problema neles. Freud (1915) acredita que o sintagma *olhos tortos* é tratado abstratamente, porque não está relacionado àquilo que denomina, mas à característica atribuída ao amante da paciente, que se manifestaria de forma alucinatória na paciente. Freire (2001), ao estudar o relato de Freud a respeito da paciente de Tausk, afirma que o esquizofrênico não estabelece referência, sendo isso apenas possível na paranóia: *Voltando à nossa reflexão sobre o caso Schreber, podemos então perceber que a produção delirante do presidente [Schreber] evita que sua linguagem torne-se abstrata como a da paciente de Tausk* (idem, p. 79).

Estudaremos, no presente trabalho, a produção da referência no discurso do esquizofrênico. A crença de Freire (2001) de que o dizer do esquizofrênico não produz referência está embasada numa visão de língua como nomenclatura, ou seja, o paranóico, por ter facilidade na constituição do delírio (conforme, Caligaris, 1989, p. 59), produz referência na medida em que denomina o delírio. O esquizofrênico, pela dificuldade de construir o delírio, não tem como sustentar uma referência para suas palavras. Com essa visão de língua não é possível compreender o modo singular do esquizofrênico em estabelecer referência. Proporemos uma outra perspectiva teórica para língua (no capítulo 3 da primeira parte) e para referência (no capítulo 1 da segunda parte) que nos permitirão observar o singular funcionamento da referência no discurso do esquizofrênico.

A seguir, veremos como essa questão retorna em Lacan, em sua releitura da obra freudiana.

---

<sup>16</sup> O termo alemão *Augenverdreher* tem o sentido figurado de enganador (nota do texto citado).

### 2.3.2 EM LACAN

Lacan (1998), em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, critica os leitores de Freud por terem interpretado o objeto da realidade percebida (*perceptum*) como objetivo e unívoco, e o sujeito da percepção (*percipiens*) como todo e qualquer sujeito, tendo como característica fundamental a unicidade, que percebe o objeto: *tudo objeta a isso e, no entanto, nada o impede, e ainda menos a evidência clínica de que não há nada em comum entre a projeção afetiva e seus pretensos efeitos delirantes, entre o ciúme da infiel e o do alcoólatra, por exemplo* (idem, p. 548).

Em relação à psicose, Lacan critica o fato de que tanto a psiquiatria ligada à fenomenologia quanto a psicanálise do *ego* vêem a alucinação como *um perceptum sem objeto* (idem, p. 538), sem, ao menos, questionar *se o perceptum em si deixa um sentido unívoco no percipiens [...] requisitado a explicá-lo* (idem, p. 538).

Como nos mostra Quinet (2003), para Lacan, tanto a percepção quanto o objeto percebido são estruturados pela linguagem. Devido a esse atravessamento da língua, o *percipiens* é dividido e o *perceptum* é equívoco. A ambigüidade do *perceptum* acontece por sua estrutura simbólica que o deixa à mercê da equivocidade do significante. A não-unicidade do *percipiens* é devida ao recalque originário que instaura o inconsciente.

Para Lacan, a psicose acontece por um acidente na estruturação da linguagem, ocorrido devido ao fracasso do psicótico em atravessar os momentos lógicos do Édipo, que são os momentos da constituição do sujeito a partir de uma estruturação simbólica. Dessa forma, *na psicose, [...] é realmente a própria realidade que é em primeiro lugar provida de um buraco, que o mundo fantástico virá em seguida cumular* (Lacan, 1988, p. 56-57).

A realidade do sujeito na psicose, como nos ensina Quinet (2003, p. 54), está também relacionada ao significante, mas de forma diferenciada daquela que ocorre na neurose. Antes do surto, o psicótico sustenta a realidade através de *bengalas* imaginárias. Durante o surto, o imaginário se dissolve destruindo todo o saber que o psicótico pré-surto possuía para se sustentar precariamente no simbólico. Posteriormente, há uma recomposição de uma realidade sustentada pelo delírio, que é uma restauração do imaginário. Nesse momento, acontece também um remanejamento na cadeia significante. Podemos ver isso na fala dos pacientes: neologismos, alterações sintáticas, etc.

Conforme Freire (2001), o psicótico possui um universo simbólico em que não há a representação do Outro, *restaurando em seu campo a presença estranha de um Outro errante evanescente mesmo, como se pode depreender do caso Schreber* (idem, p. 134). Dessa forma, o delírio possui uma estabilidade precária, podendo vir a se desorganizar posteriormente.

A partir dessa perspectiva psicanalítica sobre a questão da apreensão da realidade no discurso do esquizofrênico, estudaremos, na segunda parte do nosso trabalho, como se reflete, no discurso do esquizofrênico, o afastamento da realidade *compartilhada*. Para isso, estudaremos, inicialmente, a noção de *referência* nos estudos da linguagem, no capítulo 1 da segunda parte. Em seguida, analisaremos como acontece a produção de referência no discurso de um paciente esquizofrênico. Posteriormente, estudaremos, a partir das incisões, como ocorre à apropriação de referentes oriundos de *formações discursivas* que não afetam os pacientes estudados. Por último, estudaremos a questão da referência produzida no fio do discurso, a fim de analisarmos como são utilizados os elementos fóricos no discurso de um paciente esquizofrênico.

No capítulo seguinte, estudaremos a perspectiva teórica em que nos inscrevemos para refletir sobre o discurso do esquizofrênico: a Análise do Discurso.

### 3 DISPOSITIVO DE ANÁLISE

#### 3.1 LÍNGUA E DISCURSO

Nossa reflexão, no presente trabalho, é a respeito do funcionamento da *referência* no discurso do esquizofrênico, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso. Para estudar a referência nesse discurso, é necessário pensar que a língua é a materialidade em que é estabelecida a referência, e que o esquizofrênico utiliza a língua para produzir o seu discurso. Porém, se considerarmos a língua tal como ela é entendida pela lingüística *stricto sensu*, o nosso trabalho não seria concretizado, na medida em que essa noção pressupõe uma estruturação lógico-matemática, o que o nosso objeto de trabalho não comporta. Desse modo, concluímos que não é a língua estudada pelos lingüistas que possibilita o exame do discurso do esquizofrênico. Para isso, necessitamos mobilizar uma outra concepção de língua.

Propomo-nos, nessa seção, a expor as noções de língua e de discurso da Análise do Discurso e desenvolver as razões que nos permitem estudar o discurso do esquizofrênico, principalmente, em relação ao funcionamento da referência, a partir dessas noções.

##### 3.1.1 LÍNGUA AFETADA PELA FALHA

Para podermos compreender a importância de se estudar a noção de língua no discurso do esquizofrênico, é necessário perceber que o fenômeno da esquizofrenia está intimamente relacionado com a linguagem.

Conforme Quinet (2003, p. 11), no Édipo, mais exatamente no segundo momento lógico, ocorre a instauração da linguagem. É apenas no fechamento do Édipo, ou seja, na passagem pelo terceiro momento lógico, que temos o funcionamento da linguagem ordenado pela metáfora paterna. Por não completar o Édipo, o psicótico é desprovido dessa metáfora, o que lhe acarreta distúrbios de linguagem. A linguagem do psicótico pós-surto é organizada por uma metáfora delirante. É necessário pensar que tipo de noção de língua nos permite estudar esse

discurso que advém de um sistema organizador que é inerentemente falho. Inicialmente, como forma de embasamento, percorremos brevemente as concepções de língua da lingüística, para, posteriormente, apresentarmos uma noção de língua que comporta a falha.

Como nos mostra Leandro-Ferreira (2000), na lingüística estruturalista, a língua é um sistema de ordem própria que não conhece a falha. Esse conceito de língua é tributário da posição epistemológica de Saussure, que seleciona os elementos da linguagem que serão contemplados pela lingüística (como o sistema de signos) e os que serão vistos como exterioridade teórica (como a instituição social). Na gramática gerativa, a língua é vista pela metáfora dos círculos concêntricos em cujo centro estariam os fatos relevantes para o estudo da língua. Nas margens, estariam os fatos que escapam à teorização gerativa. No exterior, estariam os fenômenos normalmente estudados pelo discurso. Apesar de prever a falha como constitutiva da língua, a teoria gerativa a exclui da possibilidade de estudo.

Porém, apesar dos esforços das teorias lingüísticas para dominar a linguagem, a fim de aprisioná-la em seus aparatos teóricos, *os enunciados da língua podem sempre escapar à organização da língua, ao trabalho da razão e da lógica sobre a linguagem* (Leandro-Ferreira, 2000, p. 24).

Para aproximar a idéia de falha da noção de língua, é necessário pôr em pauta a *alíngua*, termo forjado por Lacan (1975) e apropriado para a lingüística por Milner (1987). A alíngua foi concebida por Lacan (1975), embasado por seus estudos sobre o inconsciente. Para o autor, *alíngua serve para coisa inteiramente diferente da comunicação*. (idem, p. 188). A alíngua articula coisas que extrapolam o saber que o falante supõe ter enunciado. Ela pertence à linguagem, porém, à parte da linguagem que não está relacionada com comunicação. Apesar de fazer parte do cotidiano, a alíngua pode ser melhor vislumbrada na sessão de psicanálise.

O inconsciente não constitui a alíngua, mas se relaciona com ela: *o inconsciente é um saber, um saber-fazer com alíngua. E o que se sabe fazer com alíngua ultrapassa de muito o que podemos dar conta a título de linguagem*. (idem, p. 190).

Milner (1987, p. 27) discorda da proposta dos lingüistas de forjar um conceito de língua que apreenda da linguagem um núcleo de sistematicidade e unidade. Para o autor, os conceitos de língua utilizados nas diversas correntes da lingüística excluem tudo o que estiver relacionado ao equívoco que perpassa a linguagem. Esse resto pelo qual a lingüística não se interessa é a alíngua.

Ao afirmar que *a alíngua é, pois, uma língua entre outras* (Milner, 1987, p. 15), o autor afasta esse caráter de resíduo e acidentalidade que a lingüística atribui ao fenômeno da alíngua. Milner (1987) confere à alíngua o mesmo *status* das outras línguas: *este registro [o da alíngua] não é em nada diferente daquele que distingue absolutamente uma língua de qualquer outra: a particularidade desta atendo-se apenas às séries [de enunciados] em que sua unicidade se decompõe.* (idem, p. 15).

Na Análise do Discurso, a alíngua é constitutiva da noção de língua. É ela que permite que a língua resista à formalização higienizante da lingüística e que seja concebida como um lugar de falhas e de impossíveis. A alíngua permite que todas as manifestações consideradas falhas pelos lingüistas *stricto sensu* possam ser percebidas como inerentes à língua. Entre essas manifestações estão a ambigüidade, o mal-entendido, os lapsos, os deslizamentos e todas as outras manifestações que mostrem que a qualquer momento o sentido pode ser outro. A Análise do Discurso nos oferece a noção de equívoco para pensar essas manifestações da língua.

Leandro-Ferreira (2000, p. 28) propõe pensar o *equívoco* como um momento privilegiado de cruzamento entre a história<sup>17</sup> e a língua. Dessa forma, a partir da noção de língua constituída pelo *equívoco*, podemos iniciar nossos estudos a respeito do discurso do esquizofrênico. Compreendemos que essa noção de língua permite-nos estudar essa faceta da língua que é visualizada no discurso do esquizofrênico e pensar que, nessa forma de apreensão da língua, há uma articulação da língua com a história.

A alíngua nos permite pensar a falha como constitutiva da língua, o que é fundamental para o estudo do discurso do esquizofrênico. Porém, o estudo desse tipo de discurso demanda outros questionamentos que vão além da relação entre a linguagem e o inconsciente. É necessário estudar também a falha na inserção do psicótico na cultura, resultante do fracasso da entrada no simbólico, que ocorre nos momentos lógicos do Édipo. A Análise do Discurso nos oferece o discurso como meio de estudar a inserção do social e também do histórico na linguagem.

Na próxima seção, estudaremos a noção de discurso para a Análise do Discurso. Esse estudo irá contemplar três aspectos do discurso: a diferença em relação à noção de fala /

---

<sup>17</sup> A história está sendo entendida como produção de sentido e não como fato cronológico.

mensagem; o duplo caráter de estrutura e acontecimento e, por último, a definição de funcionamento discursivo.

### 3.1.2 DISCURSO

Ao instituir a Lingüística como ciência, Saussure (1916) constrói seu objeto a partir de uma higienização da linguagem, que resulta na separação entre a língua e a fala. A língua, escolhida como objeto dessa ciência em detrimento da fala, é caracterizada como social e essencial, enquanto a fala é caracterizada como ato individual e acidental.

A fala como mecanismo de produção de mensagem é, posteriormente, estudada pela teoria da Comunicação, que tem como maior expoente, nos estudos lingüísticos, Roman Jakobson. Tanto Saussure (circuito da fala), quanto Jakobson (ato de comunicação verbal) não previam possíveis interferências na comunicação. O locutor utiliza uma língua / código e produz a fala/mensagem, que é necessariamente recebida pelo interlocutor.

Apesar de existirem diferenças internas profundas separando ambas teorias, nosso objetivo é contrastá-las com a Análise do Discurso, refletindo sobre as diferenças entre os paradigmas epistemológicos. A Análise do Discurso não pressupõe apenas a materialidade lingüística, mas também as relações sociais e políticas estudadas pelo materialismo histórico e a noção de sujeito da Psicanálise.

Na Análise do Discurso, o discurso não pode ser confundido com a mensagem, pois essa pressupõe apenas a transmissão de informação, num processo lingüístico serializado, previsível e infalível. Para a teoria da Comunicação, a utilização correta do código e das funções da linguagem produzirá a delimitação precisa da informação que atingirá seu destinatário. A noção de discurso pressupõe uma relação diferente entre os sujeitos e os sentidos. Não é na utilização correta do código / língua que ocorre a delimitação do sentido, pois esse não pertence à língua. O discurso é o *efeito de sentido* entre os interlocutores que se materializa na língua, ou seja, o discurso não é o resultado da habilidade do locutor em manejar a língua, mas dos *efeitos de sentido* que se estabelecem a partir de determinadas *condições de produção*<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> A noção de *condições de produção* é entendida por Orlandi (2001, p. 30) como o contexto imediato e histórico da enunciação e por Pêcheux (1969, p. 82-83) como *formações imaginárias*, das quais fazem parte a imagem do



Orlandi (2001) nos ensina que o discurso possui uma regularidade que é passível de ser apreendida, com a condição de que não haja oposição entre *o social e o histórico, o sistêmico e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto*. (idem, p. 22). Pêcheux (1983), pensando também na apreensão do discurso, põe em pauta a questão do deslocamento discursivo do sentido - *todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro* (idem, p. 53) - que pode ser vislumbrado a partir da noção de *equivoco*. Essa questão desemboca no duplo caráter do discurso: a estrutura e o acontecimento.

A estrutura é apreendida a partir da noção de *formação discursiva*. Essa noção foi criada por Foucault (1969) e apropriada e transformada por Pêcheux e Fuchs (1975). Foucault (1969, p. 42-43) define a noção de *formação discursiva* como um *sistema de dispersão* entre um certo número de enunciados e uma *regularidade* entre elementos como *os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas*. Esses elementos serão submetidos à *regra de formação* que são as *condições de existência, de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento*.

Pêcheux (1975), ao se apropriar dessa noção, relaciona-a à noção de ideologia. Conforme Pêcheux e Fuchs (1975), *cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitude e representações que não são 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras* (idem, p. 166). A *formação ideológica* se manifesta no âmbito da linguagem, a partir de uma ou várias *formações discursivas* que determinam o que pode ou deve ser dito em uma inscrição ideológica (Pêcheux, 1975, p. 160). O assujeitamento do sujeito pela ideologia se realiza em uma *formação discursiva* a partir da relação que o sujeito estabelece com a *forma-sujeito* que organiza a formação, conforme será estudado na seção 3.3.

Pêcheux (1981) nos mostra que a ideologia *es no idéntica a si misma*, sendo ela afetada pela *contradicción que con ella organiza la unidad y la lucha de los contrarios* (idem, p. 192). Essa heterogeneidade da ideologia é remetida diretamente às formas discursivas: *una pluralidad contradictoria, desigual e interiormente subordinada de formaciones discursivas se organiza en*

---

lugar do locutor estabelecida por ele mesmo; a imagem do lugar do interlocutor estabelecida pelo locutor; a imagem do interlocutor estabelecida por ele mesmo, a imagem que o locutor faz do objeto; a imagem que o interlocutor faz do objeto.

*función de los intereses puestos en juego en la lucha de clases, en un momento dado de su desarrollo y una formación social dada* (idem, p. 196).

O acontecimento é o que permite a transformação dos sentidos. Pêcheux (1988) nos ensina que o acontecimento é inerente ao discurso:

*todo discurso marca a possibilidade de uma desestrutura-reestruturação [...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constrói ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço* (idem, p. 56).

O acontecimento ocorre em virtude da desestabilização de uma *formação discursiva*, ou por ruptura ou por estranhamento. O primeiro tipo de acontecimento promove o aparecimento de uma nova *formação discursiva*, sendo denominado *acontecimento discursivo*. Trata-se do acontecimento descrito por Pêcheux (1988). O segundo tipo de acontecimento é absorvido por uma *formação discursiva*, sendo denominado *acontecimento enunciativo*. Esse acontecimento foi formulado por Indursky (2002).

Em Pêcheux (1969), há uma reflexão sobre o funcionamento do discurso que é pertinente ao trabalho que está sendo desenvolvido. Para o autor, Saussure (1916) foi o primeiro estudioso da linguagem que permitiu o deslocamento da função para o funcionamento. Ao conceber a língua como um sistema, o mestre genebrino propõe a descrição do funcionamento da língua e rejeita o estudo da função desse objeto, praticado pelas teorias pré-saussurianas. Os estudos clássicos da linguagem pretendiam ser uma *ciência da expressão* e, para isso, estudavam a função de exprimir sentido. Saussure (1916) promove um deslocamento dessa visão ao introduzir a idéia de sistematicidade, na medida em que o novo objeto dos estudos lingüísticos requer uma descrição do funcionamento do sistema, e não da função dos elementos que compõem o sistema.

Pêcheux (1969) promove um segundo deslocamento quando propõe o estudo do funcionamento do discurso. O autor concebe a noção de funcionamento, inicialmente, como um fenômeno parcialmente lingüístico de dimensão superior à frase determinado pelas *condições de produção* do discurso (idem, p. 78). Orlandi (2003) mantém e amplia o conceito de funcionamento do discurso.

O funcionamento discursivo é definido pela autora como *uma atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com uma finalidade específica*. (2003, p. 61). Porém, os locutores e interlocutores estudados não são indivíduos no mundo, mas posições sociais, conforme veremos na seção 3.3. O estudo do funcionamento discursivo pressupõe perceber esse discurso como determinado social e historicamente.

Desse modo, não estudaremos a fala nem a mensagem do esquizofrênico, mas seu discurso. Essa posição teórica implica vermos a produção lingüística não apenas como uma manipulação da língua / código, mas como resultado de determinações sócio-históricas. Procuraremos compreender, no capítulo 1 da segunda parte, como o esquizofrênico é determinado pelas *formações discursivas* que o afetam. Estudaremos como se estrutura o discurso do esquizofrênico em relação ao *efeito de referência* estabelecido por ele.

Na próxima seção, estudaremos noções fundamentais para compreender o discurso do esquizofrênico: o *interdiscurso*, a *heterogeneidade* e a *memória*. Essas noções permitirão, nas análises, perceber como o discurso do esquizofrênico se relaciona com os discursos-outros e de que forma essa relação constitui esse discurso.

## 3. 2 DO INTERDISCURSO SURGEM A HETEROGENEIDADE E A MEMÓRIA

### 3.2.1 INTERDISCURSO

Pêcheux (1975) forja a noção de *interdiscurso* para dar conta de um lugar que comporte os já ditos e os já ouvidos, em suas relações de dominação e contradição, sem estarem organizados por uma *formação discursiva*. O *interdiscurso* é “*todo complexo com dominante das formações discursivas [...] submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas* (idem, p. 162).

Courtine (1981, p. 35) nos ensina que o *interdiscurso* é o lugar de constituição desses elementos que serão apropriados pelo sujeito enunciador a fim de constituir seu próprio discurso. Esse elemento é o *pré-construído*, que *corresponde ao “sempre-já-á” da*

*interpelação ideológica* (Pêcheux, 1975, p. 164), ou seja, o elemento exterior e anterior a enunciação.

A *apropriação*, nomeada por Pêcheux (1975, p.164) *articulação*, nos mostra as relações que o sujeito estabelece com o sentido, isto é, a identificação do sujeito falante com alguns saberes e a rejeição de outros. A *articulação* ocorre a partir do *discurso transverso* (Pêcheux, 1975, p.171), na medida em que ele é o discurso que atravessa a formulação. Iremos nos deter nas noções de *pré-construído* e *discurso transverso*, principalmente em relação aos seus funcionamentos, porque são noções essenciais para a análise do nosso *corpus*.

O *pré-construído* é uma noção forjada por Henry e retomada por ele a propósito do seu estudo a respeito das orações relativas, *Construções relativas e articulações discursivas* (1975). Trabalharemos o funcionamento do *pré-construído* no fio do discurso a partir desse estudo de Henry (1975). As orações relativas possuem dois funcionamentos distintos: explicativo e restritivo.

O primeiro explicita a retomada de um *pré-construído*, como podemos ver no seguinte exemplo: (a) *O cão, que é um animal, é carnívoro*. O sintagma *o cão é um animal* é anterior, independente e exterior à formulação em que está inserido. A independência e o *efeito de verdade* desse sintagma são tão explícitos que se tornam dispensáveis para a formulação: *a explicativa alude a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem* (Bechara, 2003, p. 467).

O funcionamento restritivo apaga a retomada do *pré-construído*, ao produzir o efeito de dependência no interior da formulação. No exemplo, (b) *O cão que está na porta é da nossa vizinha*, há um efeito de dependência interna dos componentes da formulação. Porém, o sintagma *um cão está na porta*, é, necessariamente, uma construção anterior, independente e exterior à formulação (b).

Dessa forma, Henry (1990) nos mostra que tanto o funcionamento restritivo quanto o explicativo retomam *pré-construídos*. Porém, as orações relativas restritivas apagam esse efeito de retomada na formulação, provocando um *efeito de homogeneidade*<sup>19</sup> discursiva e de sentido

---

<sup>19</sup> Ver Indursky (1997a, 2001).

de estar sendo produzido no momento da enunciação. Além das relativas em Henry (1990), outros autores trabalham com o funcionamento que põe em pauta a questão dos pré-construídos: o encaixe sintático trabalhado em Pêcheux (1975), a nominalização presente em Sériot (1986) e as anáforas discursivas concebidas em Indursky (1997b).

Em relação ao *discurso transverso*, podemos ver seu funcionamento a partir da negação, por exemplo. Segundo Indursky (1997a), no funcionamento da negação, o sujeito enunciador não está explicitando em seu dizer o discurso-outro. Porém, a relação com esse discurso acontece na medida em que, para refutar um discurso, é preciso *incorporá-lo transversamente* (idem, p. 220). Desse modo, a negação estabelece uma *fronteira* entre o discurso que é passível de ser proferido e aquele que é interdito (idem, p. 217). Essa fronteira delimita dois discursos de *identidade contrastiva* (Courtine, 1981, p. 105) diferentes num mesmo fio de discurso – o afirmado e o negado. O discurso negado funciona como um *discurso transverso* nesse fio do discurso.

Conforme Courtine (1981, p. 49), (1982, p. 250) e Courtine e Marandin (1981, p. 25), é o *interdiscurso* que controla as fronteiras das *formações discursivas*. A redefinição constante das fronteiras acontece porque o *interdiscurso* produz os *pré-construídos* que serão incorporados nas *formações discursivas*. Ao incorporar os *pré-construídos* que lhe são exteriores, uma *formação discursiva* precisa redefinir os saberes que a constituem. Essa redefinição pode provocar apagamentos, esquecimentos ou, até mesmo, denegações no interior de uma *formação discursiva* (Courtine e Marandan, 1981, p.24).

O *interdiscurso* é uma noção essencial para o estudo do discurso do esquizofrênico, na medida em que, a partir dele, podemos perceber como esse discurso está relacionado aos sentidos produzidos socialmente, ou seja, perceber a inserção do paciente nos discursos. A noção de *pré-construído* é importante para nossa análise porque, a partir do *efeito de verdade* que ela produz no discurso estudado, podemos perceber as inscrições dos pacientes nas *formações discursivas*. A noção de *discurso transverso* permite observarmos de que forma ocorre a apropriação de discursos-outros no do paciente. Na próxima seção, estudaremos uma noção que é constituída pela de *interdiscurso*, a heterogenidade.

### 3.2.2 HETEROGENEIDADE

Authier-Revuz (1990 e 1998) separa a heterogeneidade em dois planos distintos: uma forma radical e impossível de ser representada ou localizada e outra passível de representação pelo sujeito locutor, conforme vimos no capítulo 1. A representação da alteridade é uma *denegação* do primeiro tipo de heterogeneidade, porque a localização da não-coincidência em um ponto em seu discurso possibilita ao enunciador ter a ilusão de que a heterogeneidade não está presente em todos os momentos do seu dizer.

Os teóricos da Análise do Discurso concordam com o posicionamento da autora em relação à constituição heterogênea do discurso e com a idéia de que a apreensão da heterogeneidade pelo locutor é acidental. Porém, para a teoria de Michel Pêcheux, a heterogeneidade constitutiva pode ser apreendida pelo gesto analítico do analista do discurso. A apreensão da heterogeneidade não-mostrada só se torna possível a partir das noções de *interdiscurso* e *formação discursiva*. Embasados na Análise do Discurso, podemos visualizar na formulação a heterogeneidade que é constitutiva da *formação discursiva* que a afeta. A heterogeneidade está relacionada ao controle das fronteiras das *formações discursivas* que é estabelecido pelo *interdiscurso*, conforme Courtine e Marandin (1981, p. 25). A heterogeneidade mostrada pode ser estudada no fio do discurso. Porém, diferentemente do que afirma a autora francesa, a heterogeneidade mostrada não-marcada é passível de estudo.

Maingueneau (2005) nos permite observar o intercâmbio de saberes entre as *formações discursivas*, a partir de três noções que são comportadas pelo *interdiscurso*: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*.

O *universo discursivo* é o conjunto de *formações discursivas* de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada (idem, p. 35). É a extensão máxima que, apesar de não poder ser quantificada, assume o conjunto de todas *formações discursivas*. O *campo discursivo* é um conjunto de *formações discursivas* que estão em *concorrência*. Em uma região determinada do universo discursivo, há discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida (idem, p. 36). Essas *formações discursivas* se relacionam entre si, podendo estar, assim, em posição de confronto, aliança, neutralidade, hierarquia etc. O

*espaço discursivo* é um subconjunto de *formações discursivas*, dentro de um *campo discursivo*, que o analista delimita com finalidade analítica. É no *espaço discursivo* que podemos descrever a constituição heterogênea de um discurso.

Para estudar a constituição de um discurso (*discurso segundo*) por outros (*discursos primeiros*), é necessário compreender que, em um *espaço discursivo*, os discursos estão relacionados um com outro. As relações entre esses discursos podem acontecer das seguintes formas: pela constituição de uma *formação discursiva* pela(s) outra(s), ou pela resistência que o *discurso primeiro* estabelece em relação ao *discurso segundo*, porque esse, ao se construir, ameaça os fundamentos do *discurso primeiro*.

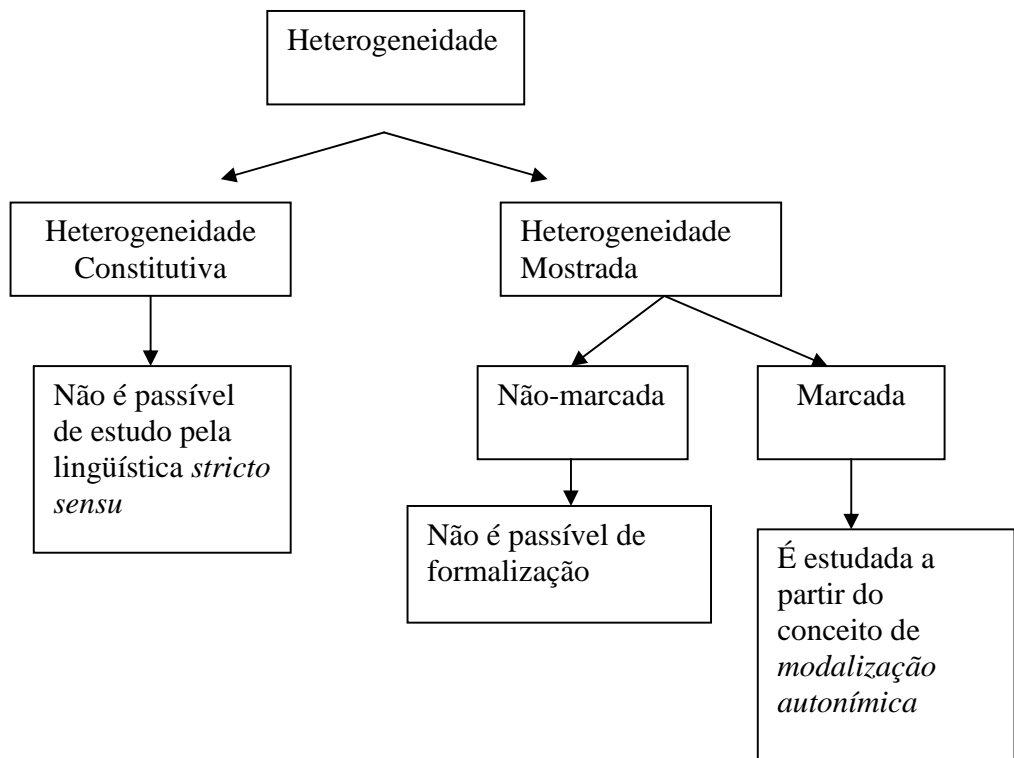
Para Authier-Revuz (1990 e 1998), a apreensão da constituição heterogênea de um discurso dá-se no fio do discurso pelo estudo dos índices que os *discursos primeiros* deixam na superfície do discurso, pelos fragmentos localizáveis e pelas citações tomadas como unidade. Maingueneau (2005) propõe estudarmos a heterogeneidade pela compreensão da relação entre os discursos. Tal relação é constante e acontece no nível das *formações discursivas*. A influência constante que um discurso recebe dos demais dentro dessa rede de relações é denominada, por Maingueneau (2005), *Outro*. O *Outro encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma* (idem, p. 39).

Indursky (1997a) estuda o funcionamento da heterogeneidade, dispensando as marcas que os locutores estabelecem a respeito da alteridade no fio de seu discurso. Trata-se da *incisa discursiva*, que será estudada mais detalhadamente no segundo capítulo da segunda parte. A *incisa* é a apropriação do discurso-outro no fio do discurso de um sujeito sem que haja nenhum elemento nem lexical nem sintático que marque a alteridade. Dentro da perspectiva teórica da Análise do Discurso, percebe-se que os limites entre a heterogeneidade constitutiva mostrada não-marcada e a heterogeneidade constitutiva não-mostrada ficam borrados, ou seja, que essas fronteiras são bastante fluidas. O analista de discurso, face à ausência de uma marca sintática de delimitação clara do discurso do outro, precisa mobilizar conceitos como *memória discursiva*. É a *memória discursiva* que vai iluminar este entrelaçamento de discursos.

O *discurso transversal* é uma das noções que nos possibilita estudar a questão da heterogeneidade mostrada não-marcada, pois, a partir dessa, podemos pensar no efeito de

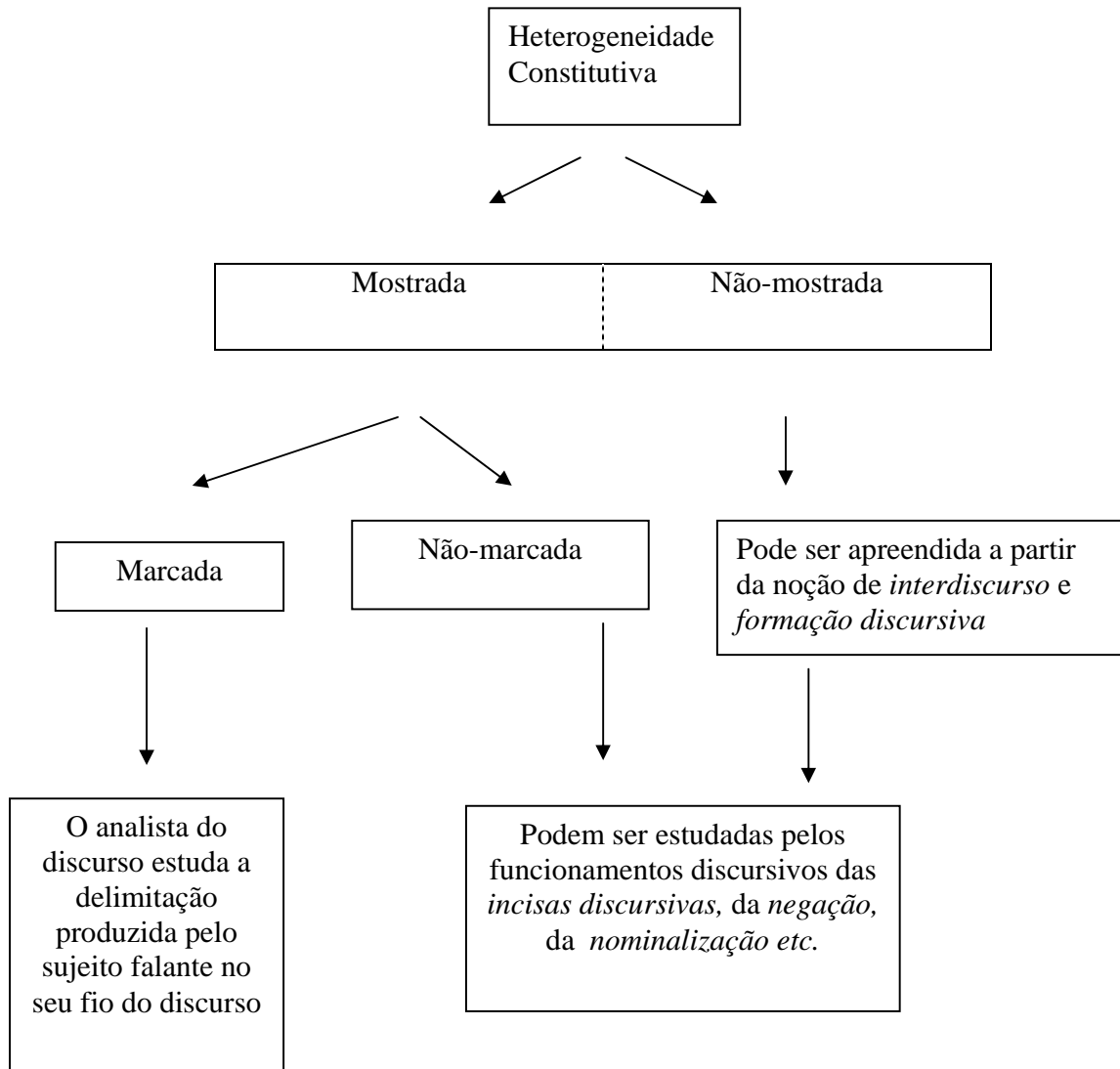
*presença transversa* (Indursky, 1997a, p. 220) que o discurso outro deixa no discurso um. Esse efeito é a presença da alteridade que se estabelece por um atravessamento em um discurso que lhe é oposto, contraditório, etc., apesar de qualquer marca de delimitação desse discurso-outro estar ausente. Já que não há nenhuma marca que delimite a alteridade, é necessário utilizarmos a noção de *memória* a fim de intermediarmos o reconhecimento do *interdiscurso* no *intradiscurso*. Essa noção será estudada na seção seguinte.

Mostraremos, esquematicamente, na figura abaixo, como é vista a questão da heterogeneidade em Authier-Revuz:



A Análise do Discurso percebe a heterogeneidade de forma diferente da autora francesa, conforme podemos ver na figura abaixo:





A heterogeneidade é uma noção importante para o estudo do discurso do esquizofrênico, porque ela nos permitirá perceber, no presente trabalho, os discursos-outros que povoam o dizer desse sujeito, e compreender como se dá o processo de referência no discurso desses pacientes. Porém, para concretizar o mapeamento da alteridade no discurso do esquizofrênico, é necessário estudar também a noção de *memória discursiva*, assunto da nossa próxima seção.

### 3.2.3 MEMÓRIA DISCURSIVA

Pêcheux (1999) define *memória discursiva* como

*aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restaurar [...] os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.* (idem, p. 52).

Os *pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos* que serão restaurados pela *memória* residem no interdiscurso. A partir dessa definição, podemos constatar que o *interdiscurso* é condição necessária para a existência da *memória*. Dessa forma, exporemos, nessa seção, fatores que aproximam e que afastam essas duas noções, para, finalmente, pensar a importância da noção de *memória* para o estudo do discurso do esquizofrênico.

Ao introduzir a noção de *memória* na Análise do Discurso, Courtine (1981, p. 52) afirma que essa noção afasta-se do entendimento de memória tal como é feito na psicologia e na cognição. A sustentação dessa noção está relacionada a *l'existence historique de l'noncé* (idem, p. 53), ou seja, é a partir da compreensão do fato de que as formulações remetem a um saber forjado historicamente que podemos escapar da determinação biológica e pensar a produção linguageira como um *efeito de memória*.

Courtine (1981) apropria-se da noção de *memória* presente em *Arqueologia do Saber* e a reformula. Foucault (1969) vincula essa noção a duas outras - *campo de presença* e *campo de concomitância* - a fim de definir as formas de coexistência dos enunciados no campo enunciativo. O *campo de presença* são os enunciados já formulados e retomados *a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados assim como os que são rejeitados ou excluídos* (idem, p. 63). O *campo de concomitância* são *domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discursos diversos* (idem, p. 64), mas que estão presentes

de alguma forma nos enunciados estudados. O *domínio de memória* são enunciados que, apesar de não estarem presentes nos enunciados estudados, *estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica* (idem, p. 64) com esses. Os enunciados que o *domínio da memória* faz ressurgir *não são mais nem admitidos nem discutidos, [...] não definem mais, conseqüentemente, nem um campo de verdade nem um domínio de validade* (idem, p. 64).

Courtine (1981) apropria-se da questão do retorno de já-ditos na definição foucaultiana, *la mémoire fait irruption dans l'actualité de l'événement* (idem, p. 51), mas modifica a natureza dessas formulações. A formulação que é recordada não é necessariamente inválida na *formação discursiva* em que essa *memória* opera, apenas não está explicitamente relacionada com a situação enunciativa. A formulação recordada é o que sustenta o sentido da enunciação:

*discours qui sont à l'origine d'un certain nombre d'actes nouveaux, de paroles qui les reprennent, les transforment ou parlent d'eux, bref, les discours qui indéfiniment, par-delà leur formulation, sont dits, restent dits et sont encore à dire* (idem, p. 52).

A *memória discursiva*, para esse autor, está intimamente relacionada à noção de *formação discursiva* (idem, p. 53). A atualização dos saberes de uma *formação discursiva* em uma formulação é o mecanismo de estabelecimento de um *feito de memória*.

A noção de *memória discursiva* é distinta da noção de atualidade e da de antecipação (conforme Courtine, 1981, p. 55). A *memória* é um conjunto de seqüências discursivas que pré-existem à seqüência estudada. A *atualidade* remete às seqüências discursivas que coexistem com as estudadas. A *antecipação* corresponde às seqüências que sucedem as estudadas. Dessa forma, podemos perceber que a *memória*, para esse autor, é um mecanismo de retomada de formulações anteriores, já enunciadas: *citação, recitação, formação do pré-construído [...] adquirem sua estabilidade referencial no domínio da memória* (Courtine, 1983, p. 20)

Acreditamos que a aproximação das noções de *memória* e *interdiscurso* está relacionada à função que ambas desempenham de sustentação semântica das formulações. Porém, o sujeito não tem acesso ao *interdiscurso* diretamente, é necessária a mediação da *memória*. Enquanto o

*interdiscurso* é saturado de sentidos, a *memória* é o retorno lacunar e fragmentado dos sentidos. O *interdiscurso*, tal como formulado por Pêcheux (1975), comporta todos os sentidos, sendo, assim, saturado, apesar de ser submetido à desigualdade, à contradição e à subordinação. A *memória discursiva* é um *efeito de sentido* que advém de uma formulação, a partir da recordação de *já-ditos* que lhe estão vinculados. O que retorna são fragmentos de um todo que está no *interdiscurso*. Esse retorno é lacunar, porque passa pelo filtro da *formação discursiva* que sustenta a formulação. Jamais todos os sentidos possíveis presentes no *interdiscurso* são retomados em uma materialidade lingüística na medida em que isso resultaria no não-sentido para esse discurso. Mesmo os *efeitos de memória* que produzem uma ilusão de completude são ficcionais, construídos dentro de uma *formação discursiva*<sup>20</sup>.

A *memória discursiva* como aquilo que sustenta uma formulação numa determinada *condição de produção* é distinta do *interdiscurso*, na medida em que se realiza pela materialidade lingüística, isto é, a formulação e as suas *condições de produção* é o que permite que o *efeito de memória* surja.

É possível que, de uma mesma formulação, *efeitos de memória* distintos irrompam. Esses fragmentos que irrompem no discurso podem tanto sustentar o dizer quanto lhe fazer oposição. Pêcheux (1999) nos ensina que a

*memória não pode ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulando ao modo de reservatório: é necessariamente um espaço móvel de visões, de distinções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos.* (idem, p. 56).

O que permite que uma mesma formulação dê origem a diferentes *memórias* é o fato de o *equivoco* ser próprio da língua: *é porque existe a incompletude no campo da linguagem que outros sentidos podem ser ditos, ou que outras filiações de sentidos podem ser organizadas [...]* *que sentidos antes silenciados podem intervir* (Mariani, 1998, p. 42).

---

<sup>20</sup> Sobre esse assunto ver Mariani (1998, p. 36) a respeito da fixação da memória oficial. Uma memória fixada como oficial surge como uma unidade para aqueles que estão sobre seu jugo, mas pode surgir como fragmentos para os excluídos de uma sociedade.

É apenas porque não existe sentido literal e a língua é um sistema que comporta o *equivoco* que é possível existir *efeitos de memória* em uma formulação. É a partir da possibilidade desse retorno do *interdiscurso* no fio do discurso, que denominamos *memória discursiva*, que poderemos estudar o discurso do esquizofrênico. Nas análises, veremos que a noção de *memória discursiva* permite estabelecer uma possibilidade de organização do discurso do esquizofrênico fora do fio do discurso, através das relações que esse discurso estabelece com outros discursivos.

Na seção seguinte, estudaremos o funcionamento discursivo do sujeito na Análise do discurso, para pensarmos o funcionamento do sujeito esquizofrênico no discurso.

### 3. 3 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO SUJEITO

A noção de sujeito é introduzida, na Análise do Discurso, como *lugares determinados na estrutura de uma formação social* (Pêcheux, 1969, p. 82). Esses lugares remetem à *formação social* e não podem ser apreendidos fora do discurso, porque se trata de representações estabelecidas nos processos discursivos através de *formações imaginárias*, que *designam o lugar que A [locutor] e B [interlocutor] se atribuem cada um a si e ao outro*. (idem, p. 82). Essas representações imaginárias resultam de processos discursivos anteriores, ou seja, *a percepção é sempre atravessada pelo “já ouvido” e o “já dito”, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias*. (idem, p.85).

Em Pêcheux e Fuchs (1975), há modificações na noção de sujeito. A partir dessa obra, essa noção é pensada através do conceito althusseriano de interpelação, que é *a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção* (idem, p.165). Para Althusser (1996), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e esse assujeitamento o conduz a exercer seu lugar social, sob a ilusão de estar exercendo esse lugar por vontade própria. Em Pêcheux e Fuchs (1975), inicia-se a formulação de uma teoria não-subjetiva da constituição da subjetividade. Para isso, a Análise do Discurso vincula a sua noção de sujeito à da psicanálise.

Para explicar a questão do assujeitamento do indivíduo à ideologia, Pêcheux e Fuchs (1975) propõem dois conceitos: o esquecimento n. 1 e o esquecimento n. 2, que serão forjados com auxílio de conceitos psicanalíticos. Esses esquecimentos são pensados em analogia à primeira tópica freudiana: o primeiro como sendo de natureza inconsciente, e o segundo como tendo um funcionamento pré-consciente, consciente. O esquecimento n.1 é o que permite termos a ilusão de ser a fonte do que dizemos, e, desse modo, não percebemos que retomamos sentidos *já-ditos*. Ele permite que a interpelação aconteça sem o conhecimento do sujeito. O sujeito esquece que é *sempre já* interpelado por uma ideologia. Essa ilusão permite o *efeito-sujeito*.

O esquecimento n.2 é o que permite ao sujeito reforçar, por argumentação, a sua posição ideológica. Ou seja, o sujeito tem a ilusão de que os seus dizeres são livres, mas ele só fala aquilo que lhe é permitido pela *formação discursiva* em que está inscrito. Como nos ensina Orlandi (2001, p. 35), esse esquecimento acarreta a ilusão referencial, pois permite nos fazer acreditar que haja uma relação direta entre linguagem e mundo das coisas. A partir dessa explicação, podemos perceber que o esquecimento n. 1 está diretamente relacionado à noção de assujeitamento, enquanto o esquecimento n. 2 é o resultado dessa noção.

É em Althusser que Pêcheux (1975, p. 133) fundamenta a teoria não-subjetiva da subjetividade, na medida em que é a partir da noção althusseriana de interpelação que é possível articular inconsciente e ideologia: *a relação entre inconsciente (no sentido de Freud) e ideologia [...] “começa”, assim, a ser esclarecida, como vamos ver, pela tese fundamental segundo a qual a “ideologia interpela os indivíduos em sujeito”* (Pêcheux, 1975, p. 133).

Em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser (1970), é encontrada a base teórica da constituição ideológica do sujeito. Esse estudo parte de duas teses iniciais: 1. *só há prática através de e sob uma ideologia* e 2. *só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito*, que desembocam na tese central: *a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos*. Essas teses explicam a necessidade da categoria de sujeito para que haja a destinação ideológica<sup>21</sup>.

A ideologia em geral exerce duas funções: a de *reconhecimento*, que permite ao sujeito a adesão a ideologias específicas, e a de *desconhecimento*, que é a função inversa, ou seja, que permite a rejeição das outras ideologias. A noção de sujeito carrega uma ambigüidade

---

<sup>21</sup> Ideologia entendida aqui como Ideologia em geral, e não particulares (Formações Ideológicas).

produtiva: ao mesmo tempo em que remete a uma subjetividade livre, também designa um ser subjugado. Althusser (1996) percebe que os mecanismos da ideologia carregam essa mesma ambigüidade:

*o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente aos mandamentos do Sujeito, isto é, para que aceite (livremente) sua sujeição, ou seja, para que “execute sozinho” os gestos e atos de sua sujeição. Não há sujeito senão por e para sua sujeição. (idem, p. 138).*

Leite (1994) nos ensina que, para construir uma teoria materialista da ideologia, e, dessa forma, mobilizar um sujeito interpelado, Althusser *teve que fazer apelo a uma noção de sujeito dividido pela ação da linguagem, vale dizer, um sujeito afetado pelo inconsciente. (idem, p. 169).*

Pêcheux (1975) percebe coincidências entre a noção de ideologia em geral e a noção de inconsciente. Ambas as noções são estruturas constitutivas do sujeito. Tanto a noção de ideologia, quanto a de inconsciente permitem pensar a questão da alteridade como constitutiva do sujeito. Retomando Lacan - *o inconsciente como discurso do Outro* – e Althusser – *a ideologia interpela os indivíduos como sujeito* – Pêcheux (1975) procura dissolver *o engodo dessa impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito* (idem, p. 172), isto é, a alteridade não é um elemento da subjetividade. Ela constitui o sujeito. Para ilustrar essa questão, Pêcheux (1975) nos traz a imagem da fita de Moebius, *cuja frente continua em seu verso* (idem, p. 184, nota 43), nos mostrando, assim, que é impossível separar o exterior da interioridade do sujeito.

E, por último, tanto a ideologia quanto o inconsciente *dissimulam sua própria existência no interior do seu funcionamento* (idem, p. 153). O apagamento do funcionamento da ideologia e do inconsciente resulta na *evidência do sujeito*, ou seja, na medida em que é invisível a atuação desses dois funcionamentos, produz-se a ilusão de unicidade e homogeneidade no sujeito. Althusser (1996) relaciona a *evidência do sujeito*, a *do sentido* (idem, p.132), o que nos mostra que ambos apagamentos são constitutivos tanto do sujeito quanto do sentido. Porém, o autor enfatiza que, apesar de a ideologia e de o inconsciente estarem materialmente ligados, não podem ser confundidos, isto é, não se trata de uma mesma estrutura, mas de terem um funcionamento similar (idem, p. 133 – 134).

A teoria não-subjetiva da subjetividade é o alicerce para construção da teoria materialista do discurso, pois, caso contrário, a teoria discursiva estaria sujeita a vincular-se a uma noção de sujeito centrado da teoria da Enunciação - senhor e origem do sentido.

Pêcheux (1975) percebe o funcionamento do sujeito no discurso, a partir da relação do sujeito com as formações discursivas, que são os mecanismos de mediação entre as palavras e as *formações ideológicas*. A interpelação de um sujeito por uma *formação discursiva* dá-se pela identificação a sua *forma-sujeito*, que é o elemento unificador dos sentido de uma *formação discursiva*.

Nessa obra, o autor propõe pensarmos o funcionamento do sujeito no discurso, a partir de diferentes modalidades discursivas de tomada de posição do sujeito da formulação em relação à *forma-sujeito*. A tomada de posição não é um *ato originário* do sujeito falante, mas um efeito da determinação do *interdiscurso* como *discurso transverso* (idem, p. 171 – 172). O sujeito da formulação pode desdobrar-se nas seguintes modalidades discursivas: identificação, contra-identificação e desidentificação.

Há uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal na primeira modalidade. A consequência discursiva dessa modalidade é a adesão plena por parte do sujeito falante ao discurso que é representado pela *forma-sujeito* a que esse é assujeitado. Na segunda modalidade, há a contra-identificação à *forma-sujeito* interpeladora do sujeito da formulação, o que resulta em um discurso de questionamento, contestação e etc. Por último, na terceira modalidade, há uma desidentificação com a *forma-sujeito* que é imposta, e disso resulta numa identificação com outra *forma-sujeito* de uma outra *formação discursiva*.

A partir da reflexão da noção de sujeito em *Arqueologia do Saber*, Foucault (1969), Coutine (1981) reformula essa noção na Análise do Discurso. O sujeito, em Foucault (1969), não é uma categoria empírica, nem pode ser reduzida à primeira pessoa, nem está dentro de um sintagma lingüístico (idem, p. 104). Trata-se de um sujeito discursivo, ou, como o autor denomina, sujeito do enunciado. É uma função vazia, na medida em que pode ser preenchida por diferentes indivíduos e *em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos* (idem, p. 105) É uma função determinada discursivamente pelo papel assumido, pelos lugares institucionais, e pelas posições do sujeito, que *se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos* (idem, p. 58).



Tendo em conta essa reflexão, Courtine (1981) forja a noção de posição-sujeito, que consiste nas diferentes relações que se estabelecem numa formulação entre o sujeito da formulação e a *forma-sujeito*, o que resulta em diversos *efeitos-sujeitos* dentro de uma *formação discursiva*. A influência de Foucault (1969) nessa noção está principalmente na concepção de sujeito como um lugar vazio que pode ser preenchido por diferentes locutores. Porém, Foucault (1969) não trabalha com a questão da identificação que permite que os locutores assumam uma determinada posição. Essa identificação entre o sujeito falante e a posição-sujeito é estudada por Courtine (1981) pela noção de assujeitamento. Sendo assim, apesar de ter se apropriado da noção de sujeito foucaultiano, ao assumir a questão da ideologia, Courtine (1981) se afasta do trabalho desse autor.

Indursky (2002) nos ensina que a passagem do desdobramento na tomada de posição, em Pêcheux (1975), para a posição-sujeito, em Courtine (1981), produz uma fragmentação da *forma-sujeito*. Isso nos permite pensar a forma-sujeito não como homogênea, mas como *l'ensemble des différentes positions de sujet dans une FD* (Courtine, 1981, p. 51).

Em nossa análise, observaremos como ocorrem as modalidades discursivas do sujeito - que podem ser observadas tanto como um desdobramento, como em Pêcheux (1975), quando uma posição-sujeito, em Courtine (1981) - no discurso do esquizofrênico. Nosso objetivo é observar se há a ocorrência e como ela se realiza do assujeitamento a *formações discursivas* no dizer do paciente. Para isso, utilizaremos essas modalidades encontradas no discurso *normal* (neurótico), a fim de compararmos com o discurso do esquizofrênico.

É importante percebermos desde já que na medida em que esse discurso é descrito, por manuais de psiquiatria, como podendo ser incompreensível (DSM –IV, 1995, p. 267), ou seja, não havendo uma *evidência do sentido*, esse discurso não deve seguir as modalidades regulares do assujeitamento. Porém, o discurso do esquizofrênico não está excluído do social, como será visto nas análises. As formulações dos pacientes utilizam palavras, expressões e sintagmas já-ditos, o que remete a *formações discursivas* identificáveis, e, dessa forma, esses pacientes se filiam a determinados saberes sócio-históricos. O que nos interessa estudar é como ocorre a articulação dos saberes pelo paciente que não produz o *efeito de evidência*. E, em que medida, a ruptura da *evidência do sentido* reflete na de sujeito.

Outro funcionamento discursivo do sujeito pertinente ao nosso trabalho é a noção de *autoria*. Foucault (1969) separa o *sujeito do enunciado* do *autor*. A esse cabe o papel de

*instância produtora*, como podemos ver no seguinte trecho: *a relação de produção que mantém com a formulação pode ser superposta à relação que une o sujeito enunciante e o que ele enuncia* (idem, p. 104). Para Foucault (1972, p. 26), o *autor* possui as seguintes características: *princípio de agrupamento, unidade, origem de suas significações, foco de sua coerência*. Porém, o *autor* não é o único princípio organizador de um discurso. Existem outros, como a disciplina e o comentário (idem, p. 30). Foucault (1971) percebe a *autoria* a partir de uma tripla divisão: 1. *princípio de autoria*, que é o que limita o acaso do discurso em relação à identidade, remetendo um discurso a uma *individualidade*, a um *eu* (idem, p. 29); 2. *posição autor*, que é o recorte em relação àquilo que poderia ser dito, em tudo o que se diz todos os dias, a todo momento, ou seja, é o perfil ainda que instável de uma obra (idem, p. 29); 3. *função autor*, que é a prescrição que o indivíduo recebe de sua época, passível de modificação (idem, p. 29).

Podemos comparar a distinção estabelecida por Foucault entre o *sujeito do enunciado* e o *autor* com a que Orlandi (2001) estabelece entre *sujeito* e *autor*: *o sujeito [...] está para o discurso assim como o autor está para o texto* (idem, p. 73). O *sujeito*, para a Análise do Discurso, como vimos, resulta da interpelação ideológica. O *autor* é uma representação de unidade que se dá dentro de uma prática social, ou seja, é uma função específica do *sujeito* em relação ao produto de seu discurso, que deve ser constituída pela ilusão de coerência e completude.

Orlandi (2001, 1988) reformula o conceito foucaultiano de *função-autor*. Para a autora, trata-se de uma função discursiva do *sujeito*, tal como as funções de *locutor* e *enunciador*, noções formuladas em Ducrot (1984). O *locutor* representa o *eu* no discurso, o *enunciador* as perspectivas que esse *eu* constrói e a *função-autor* é a função social que o *eu* assume como produtor do texto (Orlandi, 1988, p. 61).

Por esse motivo, o *autor* deve ser coerente, seguidor das normas estabelecidas, relevante, não-contraditório, responsável e uno (Orlandi, 2001, p. 75 – 76), sofrendo, assim, mais determinações exteriores (sócio-históricas) que qualquer função discursiva do *sujeito*. Conforme Orlandi (2004, p. 75), em relação à interpretação e às *condições de produção*, essa função é determinada: 1. a não poder dizer coisas que já não tenham sentido e 2. a não poder dizer coisas que não tenham sentido para o interlocutor efetivo ou virtual. Ou seja, além das coerções sociais sobre a *autoria*, há também uma relação de constituição entre o *autor* e o interlocutor: *o autor é o sujeito que sabe que há um interlocutor* (Orlandi, 1993, p. 106). A

determinação do *autor* pelo locutor é um elemento coercivo na medida em que não é possível ignorá-lo, não responder as suas indagações, ou simplesmente excluí-lo de sua produção discursiva.

Dentre as funções do sujeito (*locutor, enunciador e função-autor*), é da *função-autor* que é exigida maior visibilidade (intenções, objetividade, direção argumentativa). Essa visibilidade de um *autor* uno, coerente, sem contradições, origem de seu dizer e responsável por ele produz um efeito de *apagamento do sujeito* (Orlandi, 1988, p. 61) como sujeito dividido, descentrado, assujeitado.

A noção de *autoria* é importante para o nosso estudo na medida em que ela nos apresenta a distinção entre a constituição do sujeito (interpelado e dotado de inconsciente) e seu funcionamento discursivo (efeito de coerência, unidade, origem, responsabilidade e consistência). A partir dessa noção, podemos pensar numa separação daquilo que é esperado de um discurso, o *efeito autor*, e do sujeito que produz esse dizer.

Durante as análises, tentaremos compreender se esse *efeito autor* é estabelecido no discurso do esquizofrênico e, se não o é, por que essa ruptura com o discurso dito normal ocorre. Também nos deteremos em compreender se há um *apagamento do sujeito* no discurso do esquizofrênico, tal como acontece nos discursos *normais* (neurótico), ou se há, no discurso estudado, um efeito discursivo que substitui esse apagamento.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 DO ARQUIVO AO *CORPUS*: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA ANÁLISE

Segundo Pêcheux (1994), arquivo é o *campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão* (idem, p. 57). O arquivo passa por um *gesto de leitura* do analista para que sejam decididas quais propriedades serão estudadas e constituirão o *corpus* de análise.

Tanto a metodologia, quanto o *corpus* não são pré-estabelecidos, mas uma construção do analista em função de seus questionamentos. Como podemos depreender dos ensinamentos de Orlandi (2001), *a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas* (idem, p. 63). A propriedade está relacionada ao estabelecimento do funcionamento típico das *condições de produção* do discurso específico, conforme nos ensina Orlandi (2003, p. 260). Segundo a autora, a propriedade dá-se na relação particular de um discurso com a língua e com a história. As marcas linguageiras organizam as propriedades do discurso. É a partir das marcas que podemos compreender como a materialidade linguageira relaciona-se com a exterioridade.

A teoria da Análise do Discurso coloca o analista frente ao *corpus*, dando-lhe sustentação para que não seja afetado pelas ilusões da discursividade e pela transparência enganadora da língua. Žižek (1996), ao refletir sobre a construção de um lugar de onde se pode denunciar a ideologia (e podemos refletir, juntamente com o autor, sobre um lugar de percepção do funcionamento do discurso), afirma que a teoria é o que permite ao analista inserir-se em um lugar vazio, de modo que não seja afetado pela própria ideologia.

Para construir um terreno de neutralidade, o autor propõe insistirmos no impossível: *embora nenhuma linha demarcatória clara separe a ideologia e a realidade, embora a ideologia já esteja em ação em tudo o que vivenciamos como “realidade”, devemos, ainda assim, sustentar a tensão que mantém viva a crítica da ideologia.* (Žižek, 1996, p. 22). A impossibilidade desse lugar apontado pelo autor está relacionada ao fato de ser um lugar teórico e não empírico. É apenas a partir de um posicionamento teórico que podemos construir tal instância para o analista.

Orlandi (2001) concorda que a construção desse lugar teórico, que retira o analista da posição de um interpretante comum e o coloca em um lugar privilegiado, é impossível, mas que

devamos insistir nela, como podemos observar em sua afirmação: *não dizemos da análise que ela é objetiva, mas que ela deve ser o menos subjetiva possível, explicando o modo de produção de sentido do objeto em observação.* (idem, p. 64).

Courtine (1981) define *corpus* discursivo como um *ensemble de séquences discursives structuré selon un plan défini en référence à un certain état des CP du discours.* (idem, p. 24). A partir de um conjunto de discursos em potencial para a análise, denominado *universal discursivo* (idem, p. 24), o analista deve definir um discurso específico, denominado *campo discursivo de referência* (idem, p. 24), para vir a construir o *corpus*.

Em nosso trabalho, o *universal discursivo* é o discurso produzido por doentes mentais e, a partir desse, delimitaremos como *campo discursivo de referência* o discurso do esquizofrênico. Como nos ensina Indursky (1997a), *o estabelecimento de um campo discursivo de referência não implica, entretanto, a automática delimitação do corpus discursivo.* (idem, p. 46). É necessário, para se constituir um *corpus*, a problematização de um funcionamento discursivo, a fim de, a partir desse funcionamento, selecionar marcas pertinentes para o seu estudo.

O funcionamento discursivo que será estudado é o trabalho de referência no discurso do esquizofrênico. Estudaremos três marcas discursivas: a *referência*, as *incisas* e a utilização de *elementos fóricos*. A fim de compreendermos esse funcionamento, utilizaremos um arquivo constituído por quatro entrevistas<sup>22</sup> de pacientes diagnosticados esquizofrênicos, sob medicação<sup>23</sup>, dos hospitais Afonso Martins e Espírita. Os pacientes não serão identificados. Utilizaremos como código para distinção dos dizeres dos pacientes a letra inicial de seu nome, sua idade, e seu sexo<sup>24</sup>.

Nosso corpus é constituído por um conjunto de *seqüências discursivas* que explicitam o funcionamento discursivo da referência. Segundo Courtine (1981), *l'intradiscours d'une séquence discursive apparaît ainsi comme le lieu où se réalise la séquentialisation des éléments du savoir, où la dénivellation interdiscursive des [E] est linéarisée, mise à plat en une surface unique de [e] articulées.* (idem, p. 50). Porém, uma das peculiaridades do *corpus* analisado é o

<sup>22</sup> Tal arquivo foi cedido pelo grupo de pesquisa *Linguística e Psicanálise*, coordenado pela Profa. Dra. Margareth Schäffer. A permissão encontra-se anexa no final da dissertação.

<sup>23</sup> A medicação age sobre a alucinação, diminuindo sua freqüência e/ou intensidade, mas não modifica a relação do paciente com o delírio.

<sup>24</sup> Esse código de distinção dos pacientes foi estabelecido pelo grupo de pesquisa *Linguística e Psicanálise* que coletaram as entrevistas.

fato de, em muitos momentos, não haver o *efeito de homogeneidade* esperado em uma formulação que mantém um diálogo com a *formação discursiva* que a sustenta. Isso faz com que se rompa o efeito de linearidade dos saberes da *formação discursiva* em questão.

Apesar disso, manteremos a denominação de *seqüência discursiva de referência* (sdr) para tais recortes, porque eles preservam as características fundamentais dessa noção, que são, como nos mostra Courtine (1981), a determinação histórica do sentido, a regularidade de uma prática discursiva e a possível apreensão das *condições de produção*, como será visto posteriormente.

As seqüências discursivas serão organizadas em recortes discursivos, que são, segundo Orlandi (2003, p. 139), *fragmento correlacionado de linguagem-e-situação*. Serão três diferentes recortes, cada recorte apreenderá um aspecto diferente do funcionamento da referência. Os recortes estão subdivididos em blocos constituídos por seqüências discursivas. Essas seqüências representam ou referência a um determinado referente ou referência a um discurso específico. Cada recorte constituirá um capítulo diferente da segunda parte desse trabalho.

No capítulo 1, estudaremos o funcionamento da referência a referentes de *formações discursivas* que afetam o paciente esquizofrênico estudado. O paciente (J.V., 43 anos, sexo masculino) comenta ao entrevistador sua antiga crença religiosa, pentecostal, e relaciona essa aos problemas de saúde mental que sofre. Por ser afetado pela *formação discursiva* pentecostal<sup>25</sup>, é mais produtivo, para fins analíticos, estudar a questão da referência, estabelecida por esse paciente, a *pré-construídos* do discurso religioso<sup>26</sup>, na medida em que está sendo produzido, no discurso deste paciente, um significativo número de referências ao discurso religioso. O primeiro recorte é denominado *o discurso do esquizofrênico e a sua inscrição no discurso religioso*, na medida em que está sendo tratada a apreensão do discurso religioso no discurso do esquizofrênico. Esse recorte está organizado em quatro blocos discursivos; em cada bloco é estudada a referência a um referente bíblico específico. No bloco 1, é estudada a referência do paciente ao referente *vida eterna*. No bloco 2, ao referente *criancinhas*. No bloco

---

<sup>25</sup> Apesar de o paciente dizer que foi pentecostal e, desse modo, negar sua filiação atual a esse discurso, o paciente relaciona a sua doença mental ao demônio. Como veremos no capítulo 1 da segunda parte, relacionar a doença mental à possessão demoníaca é um saber da *formação discursiva* pentecostal. Dessa forma, o discurso do paciente está afetado pela *formação discursiva* pentecostal.

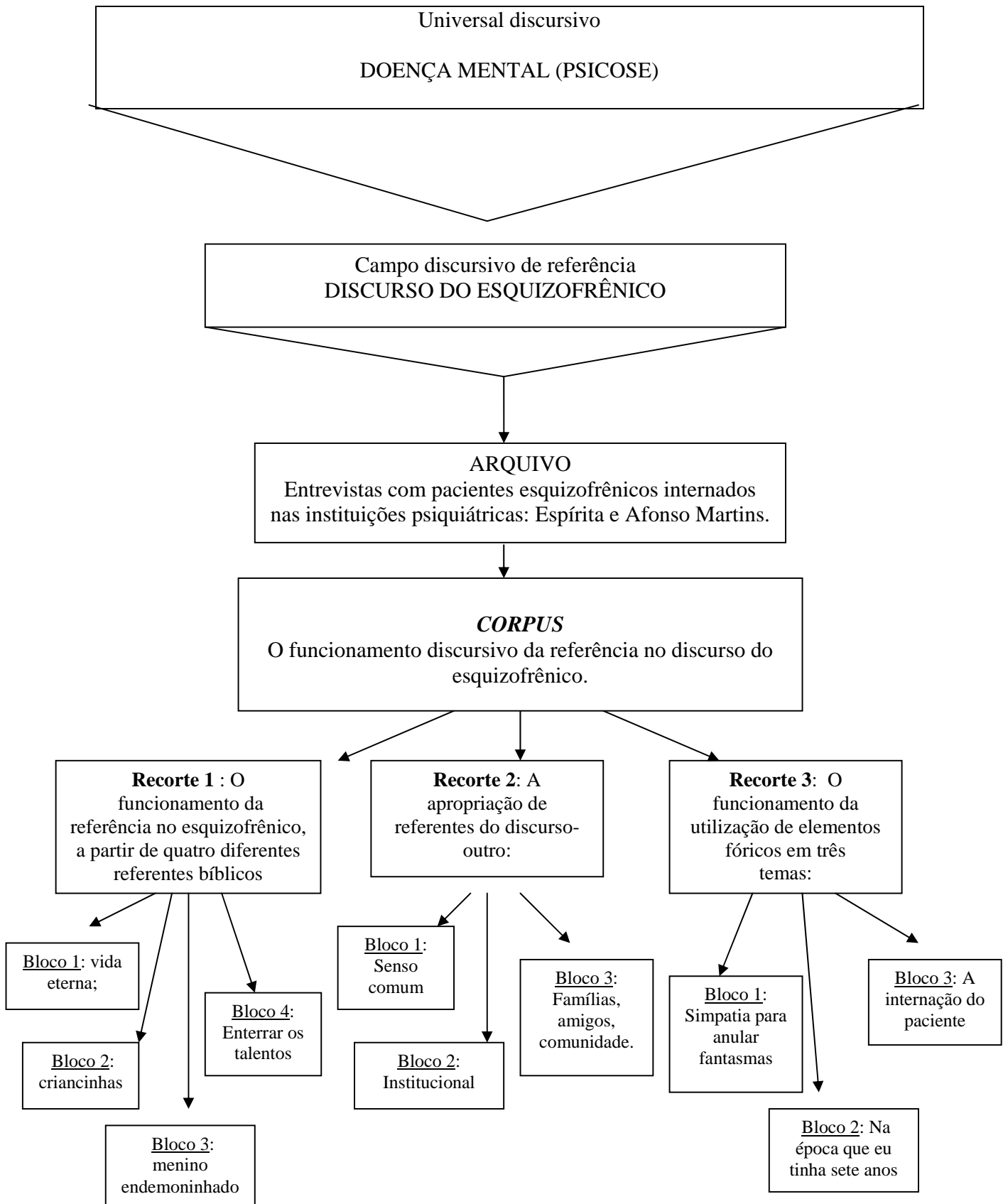
<sup>26</sup> Além do discurso pentecostal, estudaremos também, no discurso do paciente, *pré-construídos* do discurso bíblico.

3, ao referente *menino endemoninhado*. No bloco 4, ao referente *enterrar os talentos das criancinhas*.

No capítulo 2, estudaremos as incisivas discursivas como apropriação de referentes do discurso-outro. Serão estudados as incisivas em três pacientes (R., 27 anos, sexo masculino), (E., 43 anos, sexo masculino) e (J.V., 43 anos, sexo masculino). O terceiro recorte é denominado *o discurso do esquizofrênico e a apreensão do discurso-outro*. Essa nomeação deve-se a tentativa de apropriação de outras vozes discursiva. Esse recorte será organizado em blocos que representam os lugares discursivos a que essas outras vozes remetem. No bloco 1, o discurso-outro é o *senso comum*. No bloco 2, o discurso-outro são as *instituições* de uma forma geral. No bloco 3, o discurso-outro remete à *família*, aos *amigos* e à *comunidade*.

No capítulo 3, examinaremos a utilização de elementos fóricos por um paciente esquizofrênico. Estudaremos um paciente, (E., 43 anos, sexo masculino), a partir de três temas desenvolvidos em sua entrevista. Pesquisaremos a utilização de elementos fóricos para dar continuidade aos assuntos desenvolvidos pelo paciente. O segundo recorte é denominado *Relações fóricas no intradiscurso do paciente*. Esse recorte é organizado em três blocos diferentes. No primeiro bloco discursivo, o tema da conversa entre paciente e entrevistador é *simpatia para anular fantasma*. No segundo bloco, o tema é *na época que eu tinha sete anos*. No terceiro, o tema é *a internação do paciente*.

Na figura a seguir, está esquematizado o percurso que fizemos a fim de constituir o *corpus*:





O corpus estabelecido visa responder às seguintes questões:

- Há o estabelecimento de referências no discurso do esquizofrênico?
- Se ocorrem, quais são os elementos que distinguem a referência no discurso do esquizofrênico daquela estabelecida no discurso *normal* (neurótico)?
- O esquizofrênico estabelece relações fóricas no fio do discurso?
- Como ocorre a apropriação de referentes pertencentes às *formulações discursivas* que afetam os pacientes?
- Como ocorre a apropriação, pelo paciente, de referentes que pertencem a discursos-outros?
- Que tipo de efeito discursivo resulta do funcionamento da referência no discurso do esquizofrênico?

Como veremos nas análises, o sentido das formulações dos pacientes esquizofrênicos não foge à determinação histórica, porque seu discurso também é uma apropriação dos dizeres socialmente estabelecidos. Não é a fuga à determinação histórica o que distingue o discurso do esquizofrênico dos demais. As formulações estudadas constituem uma prática discursiva na medida em que são passíveis de generalizações a respeito de seu funcionamento. Por último, o discurso estudado é produzido dentro de uma instituição psiquiátrica, sob efeito de medicação, por um sujeito socialmente marcado como doente mental, conforme podemos constatar nesse recorte (F., 29 anos, sexo Masculino):

sdr1

Entrevistador: Aham. Tu ouve vozes?

Paciente: Se o senhor tá falando comigo eu tô ouvindo a sua voz.

Entrevistador: Sim, isso é lógico. Mas quando tá sozinho?

Paciente: Não.

Entrevistador: Não.

Nesse trecho, o entrevistador espera obter uma resposta afirmativa a sua pergunta, o que confirma a presença, no paciente, de um sintoma importante para diagnosticar psicose. Diante de uma resposta negativa, e sendo esse paciente já diagnosticado como esquizofrênico, o entrevistador-psicólogo insiste em obter do paciente uma resposta que confirmaria seus próprios saberes a respeito da esquizofrenia: *Sim, isso é lógico. Mas quando tá sozinho?*. Para isso, projeta seus saberes médicos na fala do esquizofrênico: *se o paciente é esquizofrênico ele não pode dizer coisas lógicas*.

Não se espera desses dizeres um raciocínio lógico, nem a manipulação dos conhecimentos pré-estabelecidos socialmente. Essa expectativa diante do dizer do esquizofrênico nos leva a ficarmos surdos perante aquilo que está sendo dito. Essa surdez faz com que:

*sua palavra [do doente mental] seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo [...] Todo este imenso discurso do louco retornava [e retorna ainda] ao ruído.*  
(Foucault, 1971, p. 10 – 12)

O que almejamos, nesse trabalho, é, a partir do lugar privilegiado de analista, construído pelo embasamento teórico da Análise do Discurso, ouvir os dizeres dos esquizofrênicos, a fim de perceber como são estabelecidas as relações de sentido nesse singular discurso.

## 4.2 DO QUE PERMITE A ANÁLISE DO *CORPUS* DE DISCURSO DE ESQUIZOFRÊNICO

Buscamos, nesse item, refletir a respeito de questões teórico-metodológicas que nos permitam estudar o enunciado de pacientes esquizofrênicos. Para isso, refletiremos inicialmente a respeito da sensação de estranheza que esse dizer provoca em seus interlocutores.

Freud (1919), no artigo intitulado *O estranho*, estuda a sensação de estranheza que sentimos ao nos depararmos com coisas, pessoas e situações como um acesso epilético ou manifestações de insanidade. Para compreender a sensação de estranheza, o psicanalista debruça-se sobre o termo que denomina essa sensação em alemão, *unheimlich*. Essa palavra é composta por um prefixo de negação agregado ao termo *heimlich*, que possui uma dupla significação: familiar e oculto. *Unheimlich* é usado como o contrário do primeiro significado de *heimlich*.

A partir de uma longa pesquisa sobre a palavra *heimlich*, Freud (1919) constata que, entre os diferentes matizes de seu significado, existe um que é idêntico ao seu oposto, *unheimlich*. Dessa forma, em alemão, a ambivalência da palavra familiar faz com que ela acabe comportando seu oposto, ou seja, a palavra *estranho*. A partir disso, Freud (1919) forja a noção de *estranho* na psicanálise como *algo que é familiar e há muito estabelecida na mente e que somente se alienou desta através do processo da repressão* (Freud, 1919, p. 258).

Se essas conclusões a respeito do termo que denomina o fenômeno do estranho são esclarecedoras para a psicanálise, também o são para o estudo da linguagem, como nos mostra Novaes (1996). Retomando os estudos de Freud a respeito desse tema, a autora forja a noção de *efeito de estranhamento* a fim de pensar o dizer do esquizofrênico.

O *efeito de estranhamento* está relacionado à impossibilidade de antecipar o dizer do esquizofrênico. Para a autora, esse efeito produz-se na medida em que o *outro* – posição de interpretante que o sujeito empírico assume – não consegue compreender o dizer do esquizofrênico, porque esse dizer escapa a qualquer previsão. Porém, o *outro interpretante* não é excluído do enunciado do esquizofrênico, sendo afetado justamente na relação de semelhança e diferença que estabelece com os outros dizeres.

Retomando Freud (1919) e Novaes (1996), propomos pensar o caminho inverso trilhado por esses autores, ou seja, não mais partir do familiar para pensar o estranho, e sim buscar no

estranho aquilo que é familiar. Para isso, recorreremos à noção de *memória discursiva* da Análise do Discurso.

Antes de pensar sobre essas questões, descreveremos a fala do esquizofrênico a partir do DSM IV (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais) (1995) e Ey (1981). O sintoma da esquizofrenia, nos manuais de psiquiatria, está relacionado à disjunção da linguagem e da comunicação, à falta de fluência e à desorganização do discurso. O DSM IV descreve esse dizer das seguintes maneiras:

*A pessoa pode “saltar dos trilhos”, saltando de um assunto para outro, [...] as respostas podem estar obliquamente relacionadas ou não ter relação alguma [...] raramente, o discurso pode estar desorganizado de forma tão severa, que é praticamente incompreensível e se assemelha à afasia receptiva em sua desorganização lingüística [...] “salada de palavras”* (idem, p. 265).

Em Ey (1981), os sintomas referentes à esquizofrenia são, de modo geral, os seguintes:

*os pensamentos aparentam estar embrulhados e desordenados, às vezes lentificados [...]; outras vezes, precipitado e prolixo, ou ainda, elíptico e descontínuo, ocorrendo em saltos. A produção de idéia é caótica e mal dirigida. As associações encadeiam-se por contaminação derivações, substituições, chegando a frases absurdas, a evocações repentinas, a interferências e extravagâncias, por trás das quais podemos, de tempo em tempo, captar enfoques estranhos, revivescência ou intervenções insólitas.* (idem, 575)

Apesar da falha languageira, o discurso do esquizofrênico produz, em certos momentos, um *efeito de familiaridade*. Esse efeito é o responsável por uma atitude tão comum frente ao dizer do esquizofrênico: a tentativa de compreender o que está sendo dito<sup>27</sup> pelo paciente, como podemos ver nos recortes abaixo:

sdr1

Entrevistador 1: Só pra gente entender um pouco mais sobre o que tu tá falando...

sdr2

---

<sup>27</sup> Podemos também ver essas tentativas do interlocutor de compreender o que está sendo dito pelo paciente esquizofrênico na transcrição de uma entrevista em Novaes (1996, p. 107-108)

Entrevistador 1: E o que que é enterrar as criancinhas pra mim.

sdr3

Entrevistador 2: Eles quem? Quem que, quem que...?

A tentativa de compreender o dizer do esquizofrênico resulta, normalmente, em fracasso, porque o interlocutor fica preso no nível da formulação, buscando um *efeito de coerência* naquilo que está sendo dito.

Entendemos o *efeito de familiaridade* também como uma categoria de análise, porque está relacionado ao reconhecimento de fragmentos de outros discursos no dizer do esquizofrênico, os quais não estabelecem com o dito um *efeito de homogeneidade*. É esse efeito que nos permite entrar no discurso do esquizofrênico, para estudar o seu funcionamento, porque é a partir dele que podemos estabelecer alguma relação de sentido para essas formulações, apesar da inconsistência de seu dizer. Essa noção está ligada à de *memória discursiva*, na medida em que não é sobre o dito que pode haver algum *efeito de sentido*, mas sobre os vestígios de discursos-outros que estão sendo evocados.

A noção de *memória*, na Análise do Discurso, é sustentada, como vimos na seção 3.2.3, pela questão da *existência histórica dos enunciados*. As formulações sempre remetem a um saber forjado historicamente e isso nos faz pensar na própria formulação lingüística como um efeito dessa *memória* socialmente compartilhada.

Mariani (1998) nos ensina que *a memória é uma reatualização de acontecimentos e práticas passados em um momento presente* (idem, p. 38). Na fala do esquizofrênico, não há essa reatualização, há apenas evocação parcial de saberes das *formulações discursivas* que estão sendo mobilizados na enunciação.

No fio do discurso do sujeito *normal* (neurótico), palavras, expressões e proposições que estão sendo mobilizadas produzem um *efeito de origem* e um *efeito de homogeneidade*, apesar de serem *já-ditos* e remeterem a discursos *já-proferidos* que estão vinculados a sentidos *já-estabelecidos*. No enunciado do esquizofrênico, essas palavras, expressões, proposições, etc., não estabelecem com as demais um conjunto significativo, ou seja, o que falha é o *efeito de homogeneidade*, que é responsável pelo *efeito de consistência*. Em que pese tudo isto, há fragmentos desse discurso que instaurariam um *efeito de familiaridade*.

Abaixo, exporemos um recorte do discurso de um paciente esquizofrênico, a fim de analisamos brevemente o *efeito de familiaridade*:

sdr 4

Paciente: É que eu surtei quando eu era pequeno, né? Daí depois eu fui trabalhar, né? E aí o tempo foi passando, né? E daqui a um certo ponto de 22 anos começou de novo, né? Aí eu tava trabalhando, né? Daí o meu patrão viu que eu tava conversando demais, trabalhando demais, né? Daí o meu patrão me trouxe, né? Pela primeira vez...

Entrevistador 1: Uhum.

Paciente: ... ele me trouxe pra cá, né?

Entrevistador 1: Tu tava conversando demais?

Paciente: É conversando demais?

Entrevistador 1: Com quem?

Paciente: Sozinho mesmo.

Entrevistador 1: Ah, tu conversa sozinho? Como é que é essa história de conversar sozinho?

Paciente: É, esquisito, né?

Entrevistador 1: Tu fala com alguém?

Paciente: Com alguém, né?

Entrevistador 1: Tu ouve?

Paciente: Ouvo.

Entrevistador 1: O que que é? Tu ouve alguma voz?

Paciente: Alguma voz eu ouvo. É que eu tinha uma namorada, né? Daí a minha namorada queria muito que eu casasse com ela, mas eu era muito jovem naquele tempo. Daí, daí ela, ela disse que ia deixar de mim, né? Daí deixou, né? Daí agora veio, parece que ela quer casar comigo de novo, né? Daí eu ouço aquela voz, né? (R., 27 anos, sexo masculino).

Podemos ver, nessa seqüência discursiva de referência, que não há *efeito de homogeneidade* discursiva: o paciente afirma que conversa sozinho e com alguém; que é esquisito e normal conversar sozinho. Há, no mínimo, dois discursos opostos convivendo quase harmoniosamente no intradiscurso do paciente: um que acredita ser anormal conversar sozinho e outro que não percebe anormalidade alguma em falar com vozes.

No discurso *normal* (neurótico), pode haver a presença de sentidos opostos na mesma formulação, porém, o sujeito enunciador posiciona-se diferentemente em relação a cada um desses sentidos. Podemos observar a co-presença de sentidos opostos em um mesmo fio de discurso, a partir de dois funcionamentos: a negação e a incisa.

Como nos ensina Indursky (1975a, p. 217), para se estabelecer uma negação, é necessário refutar um discurso-outro, e, dessa forma, *incorporar* (idem, p. 220) esse discurso na formulação em questão. Apesar de haver dois discursos opostos na mesma formulação, o sujeito enunciador se posiciona a favor daquele que pertence à *formação discursiva* que o afeta e rejeita aquele que é oponente a essa formação.

A apropriação por incisa (Indursky, 1997a, p. 244) de um fragmento pertencente ao discurso-outro faz com que haja a presença de dois discursos contraditórios em uma mesma formulação. No funcionamento discursivo da incisa, há o pagamento de vestígios do discurso de origem, na medida em que há a apropriação dos fragmentos para o discurso hospedeiro. Isso permite que se estabeleça o *efeito de homogeneidade* no fio do discurso que hospeda a incisa.

No discurso do esquizofrênico, o que causa um *efeito de estranhamento* é que o sujeito enunciador está se posicionando a favor dos dois sentidos opostos. Tanto um sentido (ser normal ouvir vozes) enquanto o outro (ser esquisito ouvir vozes) são independentes da formulação. Essa constatação nos conduz a investigar, posteriormente, se e como o discurso do esquizofrênico é afetado pelas *formações discursivas*.

Apesar de produzir um *efeito de inconsistência* esse posicionamento a favor dos dois discursos opostos, a presença desses no fio do discurso produz um *efeito de familiaridade* ao serem reconhecidos parcialmente, nos mostrando, assim, que o discurso do paciente não é um produto do nada, do caos. Esses sentidos, que convivem pacificamente no discurso do paciente, realmente existem, porém, o que causa *estranhamento* é o fato de sentidos oponentes serem assumidos pelo mesmo sujeito, compartilhando um mesmo enunciado. Contudo, enquanto o discurso não-esquizofrênico identifica a relação entre os elementos contraditórios presentes no discurso e se posiciona a favor de um desses de forma coerente à *formação discursiva* que o afeta, o esquizofrênico transita entre os discursos contraditórios, sem escolher apenas um desses discursos.

Para Pêcheux (1975, p. 261 - 263), o *efeito de sentido* está relacionado à interpelação do indivíduo em sujeito. Até o sujeito assumir uma posição em relação à *forma-sujeito*, há o “*non-sens*” das representações, que “*não se mostram para ninguém*”. Porém, percebemos que a não assunção de uma posição tal como a do neurótico reflete um *efeito de non-sens* no discurso do esquizofrênico, que produz um *efeito de estranhamento* em relação a esse. Desse modo, percebemos que, apesar de não haver um posicionamento eficiente do sujeito frente à *forma-sujeito*, há algum tipo de inscrição social e histórica no discurso do esquizofrênico que permite a produção de *efeitos de sentido*.

O dizer do paciente nos faz sair do fio do discurso para projetar esse dizer no interdiscurso. Dessa forma, podemos pensar que há, no discurso do esquizofrênico, uma outra forma de relação com o sentido e dela resultem *efeitos de sentido*. É desse mergulho no interdiscurso que decorre o *efeito de familiaridade* no discurso do esquizofrênico.

Na segunda parte desse trabalho, analisaremos o funcionamento da referência no discurso do esquizofrênico. Para isso, já estudamos anteriormente a questão da perda da realidade na esquizofrenia, na perspectiva da psicanálise freudo-lacaniano. Nosso objetivo é refletirmos como a perda da realidade pode estar relacionada com o estabelecimento das



referências no discurso do esquizofrênico. Iniciaremos a segunda parte do presente trabalho com um levantamento da noção de referência na lingüística para, posteriormente, apresentar essa questão na Análise do Discurso.

## Parte 2 – ANÁLISE

### 1 ANÁLISE DE REFERÊNCIAS ESTABELECIDAS A REFERENTES PRÉ-CONSTRUÍDOS DE FORMAÇÕES DISCURSIVAS QUE AFETAM O ESQUIZOFRÊNICO

#### 1.1 A NOÇÃO DE REFERÊNCIA

Muitas teorias se opõem à idéia de que a língua é uma nomenclatura<sup>28</sup>. Em 1892, o lógico Frege, em seu artigo *Sentido e Significado*, reflete sobre o estatuto da referência na linguagem, ou seja, em que medida a exterioridade constitui o signo lingüístico. O autor propõe um signo ternário (referente, sentido e expressão) para os estudos da linguagem. O referente não tem a função de dar identidade ao signo. Dessa forma, duas ou mais expressões diferentes designando o mesmo referente são signos diferentes, pois cada uma delas carrega seu próprio sentido. Podemos perceber isso mais claramente com o célebre exemplo do planeta Vênus, que pode ser designado *estrela da manhã* ou *estrela da tarde*. Para o autor, trata-se de signos diferentes, porque diferentes propriedades do objeto são ressaltadas nas expressões. Nos estudos sobre a linguagem de Frege, o referente é considerado, mas é posto como um elemento mediado pelo sentido.

Contemporâneo de Frege, Saussure também se afasta da visão de língua como nomenclatura, porém, sob outra perspectiva, excluindo a referência. Para que possamos entender por que a noção de referência foi excluída da lingüística saussuriana, devemos compreender como é estabelecido o objeto dessa ciência.

Em 1916, o *Curso de Lingüística Geral* de Saussure foi publicado postumamente, fundando a lingüística moderna. Diferentemente de outras ciências, que possuem seu objeto já estabelecido, o objeto da lingüística precisou ser delimitado dentro do fenômeno heterogêneo e heteróclito que é a linguagem. O autor exclui do estudo lingüístico a fala, por ser um ato individual, acessório e, em certa medida, acidental. Dessa exclusão resultam as seguintes características da língua: ser um contrato estabelecido pelos membros da sociedade, ou seja, uma convenção; ser um sistema de signos em que a união do conceito e da imagem acústica é

---

<sup>28</sup> De modo geral, a língua era vista como uma nomenclatura desde Platão até a gramática de Port-Royal.

psíquica; ser constituída de objetos concretos, ou seja, *realidades que têm sua sede no cérebro dos indivíduos* de uma comunidade, como um tesouro depositado pela prática da fala.

A rejeição da visão de língua como nomenclatura acontece pela negação da existência de idéias anteriores aos signos. Para Saussure, tanto o pensamento quanto o meio fônico material são massas amorfas até que haja uma delimitação mútua que produza signo. Não se pode separar o pensamento do som ou o som do pensamento, porque a língua não é uma substância, mas uma forma, produto de relações entre os signos. A delimitação do signo, que se dá em relação aos demais do sistema, gera seu valor. O valor é estabelecido por uma dessemelhança – aquilo que pode ser trocado -, e uma semelhança – aquilo que pode ser comparado. Ducrot e Todorov (2001, p. 27) afirmam que o valor é a forma mais efetiva de mostrar a implicação do sistema para elementos lingüísticos, ou seja, cada signo depende do sistema para sua existência individual.

A exclusão da referência dá-se também em função da concepção de signo binário (significante e significado) e pela complexidade do vínculo que une as duas faces do signo. Tal união é arbitrária, ou seja, não há nenhum tipo de fator que motive a associação entre o significante e o significado.

Apesar de ser seguidor de Saussure, Benveniste reinstaura novamente a referência e o sujeito nos estudos lingüísticos. Porém, diferentemente de qualquer visão anterior, o autor percebe a referência como uma criação do locutor produzida na enunciação. Benveniste, em *Aparelho formal da enunciação* (1970), define a enunciação como o processo de *colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização* (idem, p. 82). O funcionamento da língua é estudado em relação: (1) ao próprio ato de apropriação da língua pelo sujeito; (2) à situação em que a enunciação realiza-se; e (3) aos instrumentos da realização da enunciação. (1) O ato individual de utilização da língua coloca em evidência o locutor como um dos elementos necessários para a passagem da língua como abstração à língua em ação. (2) A situação corresponde à referência realizada pelo locutor e à co-referência estabelecida pelo interlocutor na enunciação. Por último, (3) os instrumentos necessários à realização da enunciação são os índices de subjetividade que permitem a apropriação de toda a língua pelo interlocutor.

Há outras visões de referência, que incluem o social. Em uma perspectiva sócio-cognitiva<sup>29</sup>, a referência é vista como um processo de construção de versões públicas do mundo criadas por sujeitos situados social e culturalmente. A referência não pré-existe, é negociada na interação. Uma vez constituídas pelo sujeito, as referências sofrem um processo de estabilização moldado por técnicas como a escrita, que as fixam como protótipos e estereótipos. Desse modo, a referência está relacionada ao contexto de sua produção e à posição social em que se encontram os sujeitos envolvidos na interação.

Nesse trabalho, propomo-nos a pensar como a noção de referência pode ser vista na Análise do Discurso, para, posteriormente, pensar essas questões no discurso do esquizofrênico.

A referência, em Pêcheux (1969), é pensada a partir das *formações imaginárias*. A apreensão de um referente sempre acontece a partir de um lugar social. Situar-se em um lugar social permite ao sujeito ter a sua disposição já-ditos sobre o objeto referido. Esses pré-construídos relacionados a lugares sociais são chamados por Pêcheux *formações imaginárias*. É a partir das *formações imaginárias* que o analista do discurso pode mapear o lugar social de um locutor, de seu interlocutor e do referente sobre o qual se estabelece a interlocução. A partir da relação estabelecida por Pêcheux entre o referente e o discurso, aprofundaremos a questão da referência em relação às *formações discursivas*.

Como vimos, no capítulo 3 da primeira parte, para Foucault (1969), uma *formação discursiva* não é uma obra de um sujeito coletivo (idem, p. 42), mas um sistema de *dispersão* de enunciados relacionado a um princípio de *regularidade* de objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. Esses elementos de repartição do discurso estão submetidos a *regras de formação*, que são a sua condição de existência, de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento. Essas *regras de formação* não estão relacionadas a nenhum domínio de objetividade, nem à ideologia, nem às teorias, nem às ciências.

Retomando brevemente a noção de *formação discursiva*, que se encontra no capítulo 3, podemos ver que essa noção foi apropriada e reformulada pela Análise do Discurso em Pêcheux e Fuchs (1975). Esses autores, diferentemente de Foucault (1969), relacionam a noção de *formação discursiva* à de ideologia. O discurso é um dos aspectos materiais da ideologia. As

---

<sup>29</sup> Ver Cavalcante org. (2003).

*formações discursivas* são, dentro das *formações ideológicas*, as responsáveis pela produção do discurso, ou seja, pelo *efeito de sentido* vinculado às palavras.

O que permite às palavras produzirem *efeito de sentido* é a relação parafrástica que há entre materialidades lingüísticas. O centro unificador das famílias parafrásticas é a *formação discursiva*. É necessário pensar a referência em relação à matriz de sentido gerada dentro de uma *formação discursiva*, como podemos ver no seguinte trecho: *é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito* (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 169).

A relação do sujeito com o discurso é pensada, em Pêcheux (1975), através da questão da interpelação. A interpelação é um mecanismo linguageiro de adesão ou rejeição a uma *formação discursiva* – que, como dissemos, são representantes das *formações ideológicas na linguagem*. Porém, o sujeito pode assumir diversas posições dentro de uma *formação discursiva*. Isso acontece porque a identificação com a *forma-sujeito*, que é o centro organizador do sentido em uma *formação discursiva*, pode ser plena ou parcial. O sujeito pode se desidentificar com a *forma-sujeito* da *formação discursiva* a que está assujeitado, se identificando com outra *forma-sujeito* de uma *formação discursiva* distinta. Para Pêcheux (1975), o que permite esses posicionamentos do sujeito em relação à *formação discursiva* são determinações exteriores: *o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou a rejeite.* (idem, p. 216).

Conforme vimos no capítulo 3, Pêcheux (1977) afirma que os saberes que constituem uma *formação discursiva* e que geram sua matriz de sentido não são homogêneos. Em Courtine (1982), trabalha-se explicitamente a questão da heterogeneidade da *formação discursiva*. Por ser submetida à contradição, a *formação discursiva* possui um fechamento instável, ou seja, suas fronteiras deslocam-se em função da luta de classes. Por esse motivo, o autor propõe-se estudar as modalidades de contato e os efeitos das relações de dominação entre *formações discursivas* (FD), para, posteriormente, considerar sua individualidade. Essa proposta deve-se ao fato de o *domínio de saber* de uma *formação discursiva* ser também constituído pelo seu interdiscurso, que é a *articulation contradictoire de FD et de formations idéologiques* (Courtine, 1982, p. 249). Esse domínio determina o que pode e deve ser dito, e também exclui o que não é possível ser formulado em relação a uma *formação discursiva*. Sendo assim, a determinação exterior é o

que provoca um fechamento instável e uma reconfiguração incessante do saber de uma *formação discursiva*. Ao pensá-la determinada pelo interdiscurso, Courtine consegue perceber as facetas da questão da heterogeneidade da *formação discursiva*.

Porém, o autor também reflete sobre o que permite que uma *formação discursiva* tenha uma identidade. Para Courtine (1982), os elementos de saber próprios de uma *formação discursiva* são chamados enunciados ([E]). O enunciado não é uma materialidade, mas um esquema geral que governa a repetibilidade dentro de uma *formação discursiva*. O que garante a estabilidade dos saberes vinculados a ([E]) são as redes de formulações.

A partir dessa retomada da noção de *formação discursiva*, propomos pensar a referência como possuidora de identidade, mas também atravessada pela heterogeneidade. A identidade da referência é determinada pelas redes de formulação de uma *formação discursiva* específica. A heterogeneidade ocorre pela instabilidade que governa uma *formação discursiva*.

Desse modo, podemos ver que a referência pensada a partir do paradigma teórico da Análise do Discurso é apreensão discursiva produzida pelos já-ditos vinculados a uma *formação discursiva*. Essa concepção difere da de Frege, porque, na Análise do Discurso, o referente não é o objeto no mundo. Opõe-se também à de Benveniste e à da teoria da Enunciação em geral, porque a referência não resulta de uma produção (inter)subjativa no momento da enunciação. Contraria a perspectiva sócio-cognitiva, porque a referência não é uma versão pública do mundo produzida pela consciência do indivíduo e negociada na interação.

A referência, para a Análise do Discurso, acontece pela manipulação de saberes sócio-históricos disponíveis para o sujeito tendo em vista seu assujeitamento. Propomos conceber o referente como um pré-construído de uma *formação discursiva* específica. Dessa forma, não existe fora do discurso, ou seja, não é um objeto no mundo, livre de um envolto discursivo. A nossa proposta está embasada na construção teórica de Pêcheux (1975), que relaciona os pré-construídos à construção discursiva da realidade: o “*pré-construído*” corresponde ao “*sempre-já-aí*” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “*realidade*” e seus sentidos sob a forma de universalidade. (idem, p.164). A noção de realidade para Pêcheux (1975, p. 170) se afasta daquela forjada pelo idealismo, que relaciona a realidade com o pensamento. A realidade é uma construção sócio-histórica apropriada pelo sujeito, a partir de uma tomada de posição em relação aos saberes da *formação discursiva* que o afeta.

A partir disso, a referência é apropriação desse referente pré-construído por um posicionamento do sujeito em relação à *forma-sujeito* da *formação discursiva* em questão. Sendo possível, desse modo, haver variações na apreensão do referente dentro de uma *formação discursiva*.

Estudaremos o fenômeno da referência, a partir de três mecanismos discursivos:

1. por apropriação de referentes pré-construídos de *formações discursivas* à qual o sujeito enunciador está assujeitado;
2. por incisivas discursivas, que são apropriações de referentes oriundos de outros discursos e / ou outras *formações discursivas* sem que haja pistas de sua procedência;
3. por anáforas discursivas em que há o retorno de um item lexical presente no texto e um pré-construído ausente.

No próximo capítulo, aprofundaremos as questões do referente e da referência, na perspectiva da AD. Analisaremos, também, a produção de referência no discurso de um paciente esquizofrênico.

## 1.2 A ANÁLISE DA REFERÊNCIA NO DISCURSO DO ESQUIZOFRÊNICO

Nesse capítulo, aprofundaremos a noção de *referente* e de *referência* numa perspectiva discursiva. Essas questões serão percebidas no discurso religioso, porque há, em nosso arquivo, várias ocorrências de referência a esse discurso. Antes de entrarmos no discurso do esquizofrênico, analisaremos, brevemente, a referência ao discurso religioso por fieis não-psicóticos da religião pentecostal, a fim de podermos compará-la à referência estabelecida a esse mesmo discurso por um fiel esquizofrênico dessa mesma religião. Posteriormente, estudaremos como ocorre a apreensão dos referentes pré-construídos dos discursos bíblico e pentecostal pelo paciente estudado.

As seqüências discursivas que serão estudadas, nesse capítulo, são de um paciente esquizofrênico (J.V., 43, sexo masculino) que se identifica, de alguma forma, com o discurso religioso: *eu já fui crente 10 anos*. Ao estudarmos as referências a este discurso, estaremos

também estudando como acontece a apropriação de um discurso, no caso o discurso religioso, por parte de um paciente esquizofrênico.

Ao se dizer *crente*, o paciente se inscreve no discurso das religiões pentecostais. Apesar de existirem várias igrejas autônomas, sendo as mais representativas a Assembléia de Deus e a Universal do Reino de Deus, as diferenças relacionam-se mais ao culto e às estruturas internas que propriamente aos dogmas religiosos.

Essas igrejas suprem uma carência social imposta pelo sistema econômico vigente. Elas se colocam como detentoras da solução de problemas familiares e econômicos de seus adeptos. Desse modo, elas encontram uma demanda não suprida por nenhuma outra religião.

Em relação ao doente mental, essas igrejas proporcionam a sua reintegração social, por meio da re-intrepretação de sua doença. Como nos mostra Figueiredo (2000), as religiões pentecostais interpretam a doença mental como possessão demoníaca, exigindo, assim, a atuação da igreja para exorcizar o demônio. Essa perspectiva desloca a posição do paciente de um incapacitado mental e excluído do mercado de trabalho para uma vítima de *espíritos obsessores*. A igreja torna-se, assim, a única forma de salvação. Os doentes mentais são sempre bem recebidos pelas igrejas, havendo também visitas dos integrantes dessas igrejas aos hospitais psiquiátricos para a conversão dos pacientes.

A fim de estudarmos a apropriação dos referentes pré-construídos bíblicos pelo paciente esquizofrênico e de familiares não-esquizofrênicos, analisaremos, preliminarmente, as citações de textos bíblicos feitas por um pastor e por seguidores da religião pentecostal<sup>30</sup>. O objetivo dessa análise é estabelecer comparações entre as apropriações dos referentes bíblicos realizados pelos integrantes não-psicóticos da igreja – o primeiro na posição de detentor da interpretação da igreja e o segundo na de aprendiz desses conhecimentos – e aquela do paciente. Iremos nos deter na questão da utilização dos referentes bíblicos no discurso do pastor, do adepto e do paciente, todos fiéis da igreja pentecostal.

Utilizaremos um trecho da fala de um pastor da religião pentecostal para analisar como é produzida a referência a partir de um referente bíblico, o *reino dos céus*:

*A Bíblia fala o seguinte: É chegado o Reino dos Céus. Esse Reino dos Céus tem que ser vivido aonde? Aqui na terra, porque lá no céu ninguém vai comer,*

---

<sup>30</sup> Essas seqüências discursivas foram retiradas de Figueiredo (2000), as análises são de nossa autoria.



*ninguém vai vestir; porque lá nós somos espíritos; não precisa ter fartura lá; ninguém vai ter fome. Essa abundância que Deus promete é aqui na terra, como ele prometeu a Abraão, Isaac, Jacó e os demais. Se Ele falou em trazer só vida, e vida com abundância, Ele não pode chegar e condenar a pessoa a ter uma vida fracassada, uma vida na miséria, cheia de problemas financeiro, familiar, espiritual, sentimental, ou em qualquer sentido da vida dela* (sdr I <sup>31</sup>, seqüência discursiva de um pastor, apud Figueiredo ( 2000, p. 130)).

Para compreender qual é o estatuto do discurso do pastor, é necessário recorrer a Orlandi (1993), que afirma que o discurso religioso dá significação àquilo que é silenciado no discurso de Deus, ou seja, *no discurso religioso, em seu silêncio, “o homem faz falar a voz de Deus”*. (idem, p. 30). A partir disso, podemos entender como acontece a re-interpretação do discurso bíblico do ponto de vista das igrejas pentecostais.

O *reino dos céus* como referente do discurso bíblico está relacionado, no Novo Testamento, a algo que virá: *O reino dos céus se tem aproximado*. [Mateus 3: 2; 10:7]. Compararemos o recorte do discurso do pastor a um trecho da Bíblia em está sendo construído esse referente:

*5 A estes doze enviou Jesus dando-lhes as seguintes ordens: “Não vos desviei para estradas das nações, e não entreis em cidade samaritana; 6 mas, irdes, pregai, dizendo: “O reino dos céus se tem aproximado”. 8 Curai doentes, ressuscitai mortos, tornai limpos os leprosos, expulsai demônios. De graça recebestes, de graça dai. 9 Não adquirais nem ouro, nem prata, nem cobre, para os bolsos dos vossos cintos. (Mateus 10:5)*

Na Bíblia, o referente *reino dos céus* está relacionado à pregação, que, por sua vez, está relacionada ao desprendimento dos bens materiais. No discurso do pastor, porém, esse referente pré-construído é apreendido a partir do discurso econômico - *no céu ninguém vai comer, ninguém vai vestir; não precisa ter fartura lá [no céu]; ninguém vai ter fome; vida com abundância; uma vida fracassada; vida na miséria; cheia de problemas financeiro*. A referência ao discurso bíblico produzida no discurso das pentecostais é heterogênea<sup>32</sup>, por comportar um discurso econômico, além do discurso religioso. Ou seja, os sentidos deslizam, tornam-se diferentes.

<sup>31</sup> Numeraremos as seqüências discursivas de referência de não-esquizofrênicos com números romanos.

<sup>32</sup> Como nos mostra Ribeiro (2005), o discurso pentecostal possui relações dialógicas com outros discursos, por exemplo, com o discurso das religiões africanas.

Desse modo, houve, por parte do discurso pentecostal, uma apropriação e uma re-significação do referente pré-construído bíblico. A apropriação deve-se ao fato de o pastor utilizar as palavras da Bíblia para sustentar a *formação discursiva* pentecostal. A re-significação acontece a partir da utilização de outros saberes para a elaboração de novos sentidos que estão sendo vinculados ao discurso pentecostal, ou seja, a construção do referente é um trabalho discursivo.

Vemos que, além do silêncio intrínseco ao discurso religioso estudado por Orlandi (1993), há também momentos de silenciamento, ou, mais explicitamente, de censura dos trechos bíblicos que se contrapõem ao discurso econômico, como, por exemplo, na seguinte passagem: *De graça recebestes, de graça dai. Não adquirais nem ouro, nem prata, nem cobre, para os bolsos dos vossos cintos.* No quadro abaixo, comparamos o referente bíblico com o pentecostal:

Referente (bíblico): <i>Reino dos Céus</i>	Referente (pentecostal): <i>Reino dos Céus</i>
Matheus 3:2; 10:7 e 23:13	Religião pentecostal
É outro plano: <i>O reino dos céus se tem aproximando.</i>	É a terra: <i>Essa abundância que Deus promete é aqui na terra</i>
É ilusoriamente homogêneo.	Heterogêneo: Discurso econômico.
Desprendimento dos bens materiais.	-
-	Soluções para os problemas sócio-econômicos atuais.

A seguir, estudaremos a apropriação do referente bíblico *possessão*, no discurso de um adepto da crença pentecostal, para a construção da referência à doença mental:

*Essas coisas são causadas por um espírito maligno. Somente um Ser maior, que é Deus tem condição de arrancar essa doença que é causada por ele.* (sdr II, seqüência discursiva de um familiar de um paciente, ambos adeptos à religião pentecostal, falando da doença mental, apud Figueiredo (2000, p. 166))

O texto bíblico que está sendo retomado é *A Cura do Menino Endemoninhado*, Marcos 9: 17:

*17 E um da multidão respondeu-lhe: “Instrutor, eu te trouxe meu filho, porque tem um espírito sem fala; 18 e, onde quer que o apanhe, lança-o ao chão, e ele espuma e range os dentes, e perde a sua força. E eu disse aos teus discípulos que o expulsassem, mas eles não foram capazes”. 19 Em resposta, ele lhes disse: “Ó geração sem fé, até quando terei de continuar convosco? Trazei-lo” 20 De modo que lho trouxeram. Mas à vista dele, o espírito lançou {o menino} imediatamente em convulsões, e depois de ele cair ao chão, rolava por ali espumado. 21 E perguntou ao pai dele: “Há quanto tempo lhe acontece isso? Ele disse: ‘Desde a infância; 22 e repetidas vezes o lança tanto no fogo como na água para o destruir. Mas, se puderes fazer algo, tem pena de nós e ajuda-nos”. 23 Jesus disse-lhe: “esta expressão: ‘Se Puderes! Ora, todas as coisas podem suceder ao que tem fé.” 24 Clamando imediatamente, o pai do menino dizia: “Tenho fé! Ajuda-me onde necessito de fé!”.*

Como podemos ver, o referente *endemoninhado*, na Bíblia, não está relacionado com a questão da loucura. Essa relação é estabelecida a partir de uma re-interpretação desse referente bíblico<sup>33</sup> pela igreja pentecostal, produzindo, assim, a referência *loucura*. Essa re-interpretação acontece em um ponto de silenciamento do texto bíblico. Não há respostas, na Bíblia, para a questão: qual é a origem da loucura? Para responder a isso, é necessário colocar sentidos novos nesse texto. É necessário também silenciar outros trechos que seriam incompatíveis com essa re-interpretação do referente bíblico *endemoninhado*, como todos trechos que falam da loucura, pois esses não a relacionam à possessão demoníaca: Sa 21:15; Jo 10: 20; 1Co 14: 23; 2Co 11: 23; 2Pe 2:16 e At 26: 24. A referência produzida no discurso pentecostal é heterogênea, porque,

<sup>33</sup> Apesar de o sintoma que o menino demonstra ter, na passagem bíblica citada, ser de epilepsia, é retratado, na Bíblia, como um caso de possessão demoníaca.

já que a doença é percebida como uma possessão, é necessário aproximar discursos diferentes: o do médico com o do religioso.

É necessário ressaltar que as referências produzidas pelos pastores das igrejas pentecostais possuem uma estabilidade relativa, na medida em que outros discursos poderão ser utilizados pelos pastores na apropriação dos referentes bíblicos. A utilização de discursos exteriores e, muitas vezes, contraditórios, está relacionada às *condições de produção* do discurso dos pastores.

Porém, a referência do discurso pentecostal ao pré-construído bíblico se transforma em referente pré-construído para os fiéis, pois eles não têm acesso ao processo de re-interpretação da Bíblia, mas aos sentidos dessa re-interpretação, feita pela igreja pentecostal. No quadro abaixo, fazemos uma distinção entre o referente bíblico, o referente pentecostal em relação ao seu processo de reinterpretação da Bíblia e o referente pentecostal que é acessível aos fiéis:

Referente (bíblico):  Possessão	Referente construído em relação ao discurso bíblico (pentecostal – surge a partir de um processo de re- interpretação da bíblia):  Loucura	Referente (pentecostal – objeto discursivo pré-construído apropriados pelos fiéis em geral, excluindo os pastores):  Loucura como possessão
É ilusoriamente homogêneo.	Heterogêneo: Percebe a doença mental como sendo produto da possessão.	É ilusoriamente homogêneo: Não existe a doença mental, apenas a possessão.
Silêncio em relação à	Busca saber/construir qual a	A possessão é a origem da

origem da loucura	origem espiritual da loucura	loucura.
Trechos da Bíblia que não relacionam a loucura à possessão: Sa 21:15; Jo 10: 20; 1Co 14: 23; 2Co 11: 23; 2Pe 2:16 e At 26: 24.	-	-

Pêcheux (1975) nos ensina que a interpelação do indivíduo como sujeito de seu discurso dá-se a partir da identificação desse sujeito com a *forma-sujeito* da *formação discursiva* que o afeta. A relação que o sujeito enunciador estabelece com os pré-construídos vinculados à *forma-sujeito* marca a tomada de posição discursiva do sujeito enunciador. O sujeito enunciador pode estar em *superposição* à *forma-sujeito*, aderindo plenamente aos saberes pré-construídos da *formação discursiva*, pode questionar esses pré-construídos, *contra-identificando-se* com a *formação discursiva* que o afeta, ou pode *desidentificar-se* com a *forma-sujeito* de uma *formação discursiva*, identificando-se com outra.

Frente aos referentes pré-construídos, há a tomada de posição dos fiéis, que pode ser de aceitação plena ou parcial desses referentes<sup>34</sup> produzidos pela igreja pentecostal. Enquanto os pastores têm como objetivo re-interpretar o referente bíblico a partir dos saberes da igreja pentecostal, construindo, assim, um novo referente discursivo, o fiel adere plena ou parcialmente a esse referente já estabelecido pela *formação discursiva* em que se inscreve a igreja pentecostal, construindo, por sua vez, o seu referente discursivo a partir de sua *posição-sujeito*. Podemos ver, nos recortes abaixo, diferentes tomadas de posição em relação ao referente *loucura*:

*Esses doentes que estão aqui internados é coisa espiritual* (sdr III, seqüência discursiva de familiar adepto a religião pentecostal apud Figueiredo(2000, p. 175)).

<sup>34</sup> Não estudaremos a desidentificação, porque acarretaria em uma mudança de religião por parte do sujeito enunciador.

*Se os médicos existem é porque é um instrumento na mão do Senhor Jesus, porque senão não existiria o médico. Desde o momento que você está com enfermidade, você tem que crer que Deus vai mudar sua vida. Mas você tem que procurar Jesus e os médicos também.* (sdr IV, seqüência discursiva de um familiar adepto à religião pentecostal apud Figueiredo (2000, p. 165)).

A sdrIII mostra adesão plena ao referente discursivo pentecostal *loucura*; e a sdrIV mostra uma adesão parcial. Na adesão plena não há questionamentos do saber da *formação discursiva* que afeta o paciente e, conseqüentemente, não há interferências de outros saberes exteriores a essa *formação*. Isso resulta numa semelhança plena entre a referência e o referente apropriado. A adesão parcial ocorre pelo questionamento dos saberes da igreja e pela apropriação de outros saberes exteriores à *formação discursiva* que afeta o sujeito falante. Podemos ver o questionamento no sintagma seguinte: *se os médicos existem*. A sdr IV revela a heterogeneidade do referente discursivo ao deslizar para o referente pentecostal o discurso médico.

A apropriação plena ou parcial dos referentes pré-construídos da igreja pentecostal produz um *efeito de homogeneidade* nas formulações analisadas. Não é percebida a costura dos diferentes discursos. O *efeito de sentido* produzido é o de colocar no sujeito enunciador a origem do sentido. Não há marcas formais de apropriação dos referentes pré-construídos do discurso das igrejas pentecostais. O sujeito enunciador estabelece a referência como se ela consistisse em uma apreensão direta da realidade e não em uma percepção dessa através de um discurso religioso. Isso acontece porque os sujeitos enunciativos analisados estão falando a partir do discurso a que estão assujeitados.

A seguir, analisaremos o discurso do esquizofrênico em relação ao funcionamento da referência.

### **Recorte 1 – O discurso do esquizofrênico e sua inscrição no discurso religioso.**

Estudaremos como é estabelecida a referência no discurso do paciente esquizofrênico (J. V., 43 anos, sexo masculino)<sup>35</sup>, a partir dos referentes pré-construídos do discurso religioso. O

---

<sup>35</sup> As seqüências discursivas que serão analisadas pertencem ao arquivo estudado por nós ao longo da dissertação, sem nenhuma relação com o arquivo de Figueiredo (2000).

corpus discursivo analisado será organizado em blocos e estes em *seqüências discursivas de referência*, conforme explicado no capítulo 3 da primeira parte, referente à metodologia.

O recorte 1 é composto por quatro blocos discursivos, cada um trata de um referente bíblico diferente: o bloco 1 trata do referente *vida eterna*; o bloco 2 trata do referente *criancinhas*; o bloco 3, *menino endemoninhado*; e o bloco 4, *enterrar os talentos*. Os blocos são organizados por *seqüências discursivas de referência* (sdr), a fim de que se possa apreender a regularidade do funcionamento da referência no discurso do esquizofrênico. Segue o primeiro bloco discurso.

### **Bloco discursivo 1 – Referente: *Vida Eterna***

O bloco discursivo 1 visa a estudar o funcionamento da referência estabelecida por um paciente esquizofrênico ao referente bíblico *vida eterna*. Em primeiro lugar, apresentaremos as seqüências discursivas em que estão contidas as referências ao referente bíblico. Após, exporemos o trecho da Bíblia em que ocorre a construção do referente. A seguir, compararemos o *efeito de sentido* produzido no discurso do esquizofrênico com aquele produzido no texto bíblico. A partir da *memória discursiva*, compararemos o *efeito de sentido* da referência do paciente com o discurso pentecostal.

sdr1

Paciente: Isso. O pandeiro e o louvor. O louvor que é rápido, eu não vou enterrar meus talentos das criancinhas. O louvor é que rapidinho, furioso. Eu quero ser ele. Mas o louvor que é rápido é outra vida, a vida eterna. (J.V., 43 anos, sexo masculino)

sdr 2

Paciente: Vida eterna mas assim, não na miséria, assim. Tudo, tudo na fartura, tudo na fartura, de primeira linha. (J.V., 43 anos, sexo masculino)

O paciente, como dissemos, afirmou ter sido pentecostal no passado (*eu já fui crente 10 anos*). Desse modo, ele inscreve-se no discurso religioso, que é sustentado pelos saberes da Bíblia. O nosso objetivo é estudar a apropriação dos referentes religiosos por parte do paciente e sua tomada de posição frente a esses referentes.

Apesar de o referente *vida eterna* ser construído discursivamente na Bíblia, a referência do paciente não está relacionada a esse discurso. Podemos constatar isso a partir da seqüência bíblica a seguir:

*24 Jesus olhou para ele e disse: 'Quão difícil será para os que têm dinheiro abrirem caminho para entrar no reino de Deus! 25 De fato, é mais fácil para um camelo passar pelo orifício duma agulha de costura, do que para um rico entrar no reino de Deus' 26 Os que ouviram isso disseram: "Quem é que é capaz de ser salvo?" 27 Ele disse: 'As coisas impossíveis aos homens são possíveis a Deus' 28 Mas Pedro disse: 'Eis que abandonamos as nossas próprias coisas e te seguimos' 29 Ele lhes disse: 'Deveras, eu vos digo: Não há ninguém que tenha abandonado casa, ou esposa, ou irmão, ou pai ou filhos, pela causa do reino de Deus, 30 que não receba de algum modo muitas vezes mais neste período de tempo, e no viradouro sistema de coisas a vida eterna' (Lucas 18:24).*

No texto bíblico, o referente *vida eterna* não está relacionado ao bem estar econômico, pelo contrário, se opõe a ele. No discurso do paciente, podemos perceber que *vida eterna* remete ao bem estar material e não, como coloca a Bíblia, a questões espirituais.

Estudaremos, a seguir, como se dá o processo de referência no discurso do esquizofrênico. Para isso, é preciso refletir a respeito da desestruturação que ocorre na sdr 1. Estudaremos a noção de *estrutura* na Análise do Discurso.

Pêcheux (1988) afirma que, apesar de o discurso ser dependente *das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe* (idem, p. 56) - o que o coloca como parte da estrutura discursiva produzida pelo complexo das *formações discursivas* - ele pode se afastar dessas filiações sócio-históricas para produzir um deslocamento de sentido. A *desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos* (idem, p. 56) é produto de acontecimentos sócio-históricos que se discursivizam, produzindo novas redes de sentidos, que posteriormente tomarão seu lugar nas *formações discursivas*. A noção de *desestruturação*, vinculada a Pêcheux (1988), está relacionada ao estabelecimento de novos sentidos em relação àqueles que já se encontram no interdiscurso. Porém, a fim de estudarmos a (re)produção de sentidos em um



discurso específico, é necessário pensar em dois níveis de estrutura, conforme Indursky (2003, p. 102): estruturas *vertical* e *horizontal*.

*Estrutura vertical* é a estruturação dos saberes, que pré-existem ao discurso do sujeito. Encontram-se no interdiscurso e são acessíveis ao sujeito através do filtro da *formação discursiva*. O sujeito, ao se apropriar do já-dito, sintagmatiza os saberes verticais. A estrutura horizontal corresponde ao *intradiscurso*, onde se encontra a *formulação do sujeito que consiste na forma que o enunciado tomou em seu discurso, após passar pelo processo de apropriação e sintagmatização* (idem, p. 103)

Na sdr 1, há uma *desestruturação* do fio do discurso, porém, essa não pode ser vista como o surgimento de sentidos novos, pois elas não se correspondem a novas filiações sócio-históricas do sentido. A *desestruturação* é decorrente de uma falha na *estruturação horizontal* que mantém os saberes de-sintagmatizados, apesar de estarem no fio do discurso.

Na sdr 2, a partir do *efeito de linearidade*, podemos delimitar o sentido dado a *vida eterna*. A delimitação desse sentido acontece por uma evocação de fragmentos relacionados ao discurso econômico: *não na miséria, na fartura, na primeira linha* (sdr2).

A partir dessa segunda sdr, acreditamos que a construção discursiva do referente produzido pelo paciente dá-se por uma apropriação do referente discursivo pentecostal. Apesar de não termos meios de delimitar com mais precisão o sentido que pode ser atribuído ao referente *vida eterna* no discurso pentecostal, podemos supor, a partir dos pré-construídos desse discurso, que, necessariamente, esse referente está relacionado ao bem estar terreno e não apenas ao espiritual. É da matriz de sentidos dessa religião a promessa de que seus fiéis desfrutarão de bem estar espiritual e econômico<sup>36</sup>, como podemos ver acima, a respeito do referente *reino dos céus*.

Na figura abaixo, compararemos os referentes *vida eterna* construídos na Bíblia, no discurso pentecostal e no discurso do paciente:

---

<sup>36</sup> A prática de doutrinação dos fiéis a darem o dízimo, um décimo do salário, às igrejas pentecostais, mostra a heterogeneidade forte que esse discurso tem com o econômico e também com o discurso católico (coleta de donativos da igreja durante a missa).

Referente pré-construído bíblico: <i>vida eterna</i>	Referente pré-construído pentecostal: <i>vida eterna</i>	Referente do paciente: <i>vida eterna</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>É o viradouro sistema de coisas</i> (Lucas 18: 30)</li> <li>• Opõe-se ao bem estar econômico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Está relacionada ao bem estar físico, mental, espiritual e econômico do fiel.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relacionado à religião</li> <li>• Opõe-se à miséria</li> <li>• Aproxima-se da fartura</li> </ul>

Apesar de se dizer não mais praticante da religião pentecostal (*eu já fui crente*), o paciente está afetado por essa *formação discursiva*, na medida em que faz referência ao referente produzido nesse discurso. Mesmo havendo uma *desestruturação horizontal* na sdr1, permanece, se não de forma consistente, pelo menos vestígios da existência da *estrutura vertical dos saberes* do interdiscurso no discurso do esquizofrênico. Podemos observar isso pela retomada, no fio do discurso na sdr1, de outros elementos que remetem ao discurso religioso: *louvor, enterrar os talentos e criancinhas*. Dessa forma, podemos constatar que, apesar de desestruturada, a formulação do paciente está vinculada ao discurso pentecostal e é nessa *formação discursiva* que o paciente inscreve seu discurso.

A seguir, estudaremos outra referência produzida pelo mesmo paciente.

### **Bloco discursivo 2** – Referente: *Criancinhas*

O bloco 2 visa a estudar o funcionamento da referência estabelecida ao referente bíblico *criancinhas*. Para isso, apresentaremos as seqüências discursivas em que se estabelece a referência. Após, as compararemos com o trecho bíblico em que é construído o referente discursivo *criancinhas*. Analisaremos se e como o discurso bíblico afeta o discurso do paciente. Por último, compararemos o referente construído pelo discurso do paciente e o referente do discurso bíblico.

sdr1

Paciente: Eu não vou enterrar os dois talentos das criancinhas. (J.V., 43 anos, sexo masculino).

sdr2

Entrevistador 1: Quem são essas duas criancinhas que tu estás falando?

Paciente: O quê?

Entrevistador 1: Tu falastes no talento de duas crianças, né?

Paciente: E os talentos das criancinhas de todo mundo, do mundo inteiro. E tem aqueles que querem ser o anjo, né? Das criancinhas, (?)<sup>37</sup> (J.V., 43 anos, sexo masculino).

sdr3

Paciente: Mas com tratamento. As criancinhas, podem, posso ter, Deus me livre, um monte de vida. (J.V., 43 anos, sexo masculino)

Compararemos o referente *criancinhas* produzida no fio do discurso do paciente com o referente bíblico *criancinhas*:

*13 Trouxeram-lhe então criancinhas, para que lhes impusesse as mãos e proferisse uma oração; mas os discípulos censuraram-nos. 14 Jesus, porém, disse: Deixai as criancinhas e parai de impedi-las de vir a mim, pois o reino dos céus pertence a tais'. (Mateus 19:14)*

Nas sdr 1 e 3 não é possível, devido à desestruturação horizontal, perceber o *efeito de sentido* que está sendo vinculado ao termo *criancinhas*. Apenas em sdr 2, o paciente, ao ser questionado a respeito desse referente, nos mostra outros fragmentos do discurso que estão

---

<sup>37</sup> Esse sinal (?) significa que não é compreensível o que foi dito pelo paciente.

sustentando essa referência: *são todas as criancinhas do mundo todo, querem ser anjos*. Porém, trouxemos as sdr 1 e 3 para mostrar que, mesmo não sendo possível perceber a referência estabelecida pelo termo *criancinhas*, esse termo está sendo relacionado a outros referentes do discurso religioso: *enterrar os dois talentos* (que será estudado no bloco 4) e *Deus me livre*.

Queremos, em relação ao discurso do esquizofrênico, ressaltar as características de fragmentação, de desestruturação e dos espaços lacunares tanto na formulação - a estrutura horizontal, conforme vimos no bloco anterior - quanto na apropriação dos saberes das *formações discursivas*. Para isso, estudaremos a noção de *apropriação*.

A apropriação é um processo fundamental para a produção discursiva. Trata-se da função de apoderar-se de pré-construídos do *interdiscurso* e conduzi-los para o *intradiscurso*. A realização *normal* da apropriação acarreta três efeitos: o de *origem*, o de *homogeneidade* e o de *linearidade*. Estudaremos, a seguir, cada um desses efeitos.

A apropriação de pré-construídos que pertencem a *formações discursivas* que afetam ou não o paciente tem a finalidade de transformar esses saberes construídos externamente à enunciação do paciente em sentidos produzidos no momento e no lugar da enunciação, ou seja, produzir um *efeito de origem* desses sentidos no sujeito da enunciação. Caso isso não ocorra, transparece o caráter de apropriação de saberes exteriores.

Ao apropriar-se de pré-construídos exteriores à *formação discursiva* que afeta o sujeito da enunciação, o sujeito falante insere esses elementos em uma *formação discursiva* e uma *condição de produção* diferente daquelas de origem. Isso resulta em uma mudança de *efeito de sentido* para esses pré-construídos. Essa mudança de sentido apaga os vestígios de exterioridade, produzindo um *efeito de homogeneidade* com o discurso hospedeiro<sup>38</sup>. Caso isso não ocorra, é possível perceber o discurso de origem dos pré-construídos apropriados, através da contradição que se instaura no próprio discurso, conforme podemos ver na sdr4 da seção 4. 2, em que o paciente afirma ser normal e esquisito ouvir vozes.

*Efeito de linearidade* é o resultado da sintagmatização de saberes pré-construídos no processo de apropriação. Os saberes que estão na *estrutura vertical* são organizados sintaticamente em uma formulação, perdendo, assim, seu caráter de dispersão. A não sintagmatização dos saberes pré-construídos produz um *efeito de fragmentação*.

---

<sup>38</sup> Entendemos *discurso hospedeiro* como um gesto analítico, a fim de se delimitar um determinado discurso em relação aos outros.

Não há *efeito de origem* nas sdr 1, 2 e 3, na medida em que não há um *efeito de sentido* possível se não relacionamos as formulações com os pré-construídos bíblicos. Ou seja, é necessário que o paciente esteja se remetendo a algum discurso para que seja estabelecido *efeito de sentido*. Na sdr 1, apesar de haver uma linearidade sintática, não há uma linearidade discursiva, na medida em que o paciente coloca, no mesmo sintagma, pré-construídos distintos do discurso bíblico: *enterrar os talentos e criancinhas*. Não há nenhuma aproximação do sentido desses pré-construídos, são apenas colocados uns ao lado dos outros. Na sdr 3, não há um *efeito de linearidade* sintática nem discursiva. Na sdr 2, apesar de a referência do paciente produzir um *efeito de fragmentação*, devido à desestruturação do discurso do paciente, o discurso bíblico ressoa nesse discurso.

Para Serrani (1993, p. 120), a *ressonância* é a relação de paráfrase que há entre unidades lingüísticas e saberes do *interdiscurso*. A autora propõe dois tipos de *ressonância*: um em relação à repetição parafrástica de unidades lexicais e frases nominais e o outro em relação ao retorno de saberes do interdiscurso em que há uma variedade em relação aos modos de dizer desses. Para o nosso trabalho, utilizaremos esse primeiro tipo.

No discurso do paciente, o pré-construído - *o reino dos céus pertence às criancinhas* - ressoa na sdr2, conforme podemos visualizar na figura abaixo.

Referente bíblico:	Referência do paciente:
<i>criancinhas</i>	<i>criancinhas</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Reino dos céus pertence às criancinhas.</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>São todas as criancinhas do mundo todo.</i></li> <li>• <i>Aquelas que querem ser anjos.</i></li> </ul>

Concluímos, pela análise realizada no bloco 2, que o paciente além de ser afetado pelo discurso pentecostal, conforme constatamos no bloco 1, é afetado também pelo discurso bíblico. Podemos constatar, nas três sdr, que o paciente apropria-se do discurso religioso. Porém, essa apropriação não produz plenamente os *efeitos de homogeneidade, de origem e de linearidade*.

No próximo bloco, estudaremos a referência a outro referente bíblico.

### **Bloco discursivo 3** – Referente: *Menino Endemoninhado*

Estudaremos, no bloco 3, o estabelecimento da referência ao referente bíblico *menino endemoninhado*. Para isso, exporemos as seqüências discursivas em que o paciente estabelece o trabalho de referência a esse referente. Após, as compararemos com o trecho bíblico em que é estabelecido o referente *menino endemoninhado*, citado acima. Em seguida, compararemos o referente produzido no discurso do paciente com o pré-construído pentecostal *loucura como possessão demoníaca*.

sdr1

Paciente: Eu não quero enterrar os dois talentos. Eu disse pra mãe: o menino quer que eu me enterre nos dois talentos. O menino não tem poder. Vou deixar esse cigarro, vou deixar de tudo. (J.V., 43 anos, sexo masculino).

sdr2

Paciente: [...] Meu amigo que tinha, o diabo se atravessou, o diabo botou outro gurizinho. O diabo é sujo, o diabo é sujo, botou olho grosso. (J.V., 43 anos, sexo masculino).

Em Marcos 9:17, citado acima, há o relato da possessão de um menino pelo demônio. Como vimos na primeira parte desse capítulo, relacionar a loucura à possessão demoníaca é um pré-construído da *formação discursiva* pentecostal.

O paciente apreende o referente bíblico a partir dos saberes do discurso pentecostal, ou seja, o discurso bíblico é reformado pelo viés do discurso transversal da *formação discursiva*

pentecostal. Dessa forma, podemos constatar que o discurso do paciente está refletindo a reforma pentecostal do discurso bíblico.

Tanto as sdr 1 e 2 (sujeito enunciador esquizofrênico) quanto a sdr II (não-esquizofrênico) fazem referência ao referente pentecostal *demônio causador da loucura*. Na sdr II, *a cura do menino endemoninhado* é retomada através de discurso transverso pelo sujeito-enunciador não-esquizofrênico a partir da interpretação pentecostal. No discurso do paciente esquizofrênico, há também uma apropriação do discurso bíblico pelo pentecostal, mas, diferentemente desses discursos, o referente *menino* sai de uma posição passiva na possessão e se transforma em agente do mal, juntamente com o demônio.

Além dessa diferença de *efeito de sentido* entre o referente apropriado pelo paciente, o referente bíblico e o referente pentecostal, podemos constatar outra, em relação ao aspecto formal da referência estabelecida pelo esquizofrênico. No discurso do esquizofrênico, há uma equivalência lexical entre menino e gurizinho. O paciente apresenta o referente *menino endemoninhado*, a partir de uma re-formulação - tanto no sentido quanto no aspecto formal - do referente pré-construído da Bíblia.

O paciente supõe que seu problema se deve à possessão, mostrando, assim, que essa referência está relacionada ao referente discursivo *loucura* da igreja pentecostal, como podemos ver na sdr a seguir: *Então eu sei como é que é. Quando vem espírito na gente, né? Te adoenta.* (J.V., 43 anos, sexo masculino). Ele utiliza o referente bíblico re-significado pela *formação discursiva* pentecostal, para falar da sua doença. Porém, o paciente modifica o seu referente em relação ao pentecostal e ao bíblico. Ou seja, apesar das diferenças, ambos discursos ressoam no esquizofrênico.

No quadro abaixo, compararemos o referente bíblico *menino endemoninhado*, o referente pentecostal *loucura*, e o referente do paciente *menino ou gurizinho*:

Referente bíblico: <i>menino endemoninhado</i>	Referente pentecostal: <i>loucura</i>	Referente do paciente: <i>menino</i> ou <i>gurizinho</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não está relacionado à loucura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Loucura como possessão demoníaca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O paciente retorna ao referente pré-construído bíblico, <i>menino endemoninhado</i>, a partir do referente pré-construído <i>loucura</i> da igreja pentecostal</li> </ul>

O discurso do paciente apropria-se do referente bíblico *menino endemoninhado*, ocultando o adjetivo, a partir da re-significação pentecostal, para falar de sua doença.

Em relação à tomada de posição do paciente, não observamos nem adesão plena, nem adesão parcial no processo de referência de um referente pentecostal tal como ocorre no discurso do não-esquizofrênico. O paciente não adere plenamente ao pré-construído pentecostal, na medida em que modifica tanto no nível formal (*menino / gurizinho*) quanto no do sentido (o *menino* não é o paciente da possessão demoníaca, mas é o agente). Porém, não há tampouco uma adesão parcial, porque os saberes da *formação discursiva* pentecostal não são questionados e não há uma apropriação de outros saberes que venham a complementar esse, como podemos observar na sdr IV (sujeito enunciador não esquizofrênico). Mesmo modificados, ambos discursos ressoam no dizer do paciente. Para esse dizer produzir *efeito de sentido* é necessário um trabalho de memória desses discursos no texto.

No próximo bloco, estudaremos o referente bíblico, enterrar os talentos, apropriado pelo paciente.



**Bloco discursivo 4** – Referente: *Enterrar os Talentos*

Nesse bloco, temos como objetivo estudar a referência estabelecida pelo paciente ao referente bíblico *enterrar os talentos*. Para isso, recuperaremos o trecho bíblico onde é construído esse referente, a fim de o compararmos com as sdr do paciente. Após, estudaremos como ocorre a apropriação dessa referência no discurso do paciente.

sdr1

Paciente: Eu não vou enterrar os dois talentos das criancinhas.

Entrevistador 2: Como?

Paciente: Eu não vou enterrar os dois talentos, eu tenho duas talentos.

Entrevistador 2: Quais são os dois?

Paciente Ahm?

Entrevistador 2: Quais são os dois talentos?

Paciente: O pandeiro e o louvor.

Entrevistador 2: O louvor?

Paciente: Isso. O pandeiro e o louvor. O louvor que é rápido, eu não vou enterrar meus talentos das criancinhas. O louvor é que rapidinho, furioso. Eu quero ser ele. Mas o louvor que é rápido é outra vida, a vida eterna. (J.V., 43 anos, sexo masculino).

sdr2

Paciente: Eu não quero enterrar os dois talentos. Eu disse pra mãe: o menino quer que eu me enterre nos dois talentos. O menino não tem poder. Vou deixar esse cigarro, vou deixar de tudo. (J.V., 43 anos, sexo masculino).

sdr3

Entrevistador 1: Só pra gente entender um pouco sobre o que tu tá falando ...

Paciente: Eu tô pecando com o senhor, né? Eu tenho dois talentos, tô fumando cigarro, fumando maconha, tomando vinho ...

Entrevistador 1: Tá, isso aí é o pecado que tu tá falando.

Paciente: É o pecado.

Entrevistador 1: E o que que é enterrar as crianças pra mim...

Paciente: Não enterrar os dois talentos. (J.V., 43 anos, sexo masculino).

sdr4

Eu não vou enterrar o meu talento, juro por Deus. Em nome de Jesus Cristo, não vou enterrar. Isso que eu fico às vezes meio indignado. (J.V., 43 anos, sexo masculino).

sdr5

Entrevistador; Ah, enterrar os talentos.

Paciente: É a mesma coisa que se tu pegar cinco quilos de ouro, mandar as tombadeiras lá e não acrescentar pro senhor na hora dos talentos. Tem que acrescentar pra eles. (J.V., 43 anos, sexo masculino).

Para melhor trabalharmos com o discurso em análise, recuperaremos, inicialmente, o discurso bíblico ao qual o paciente se refere e que é apropriado de forma transversa em seu discurso. No texto bíblico *Parábolas dos Talentos* – Mateus 25:14 – há a construção do referente *talentos*:

*14 Pois é assim como quando um homem, preste a viajar para fora, convocou escravos seus e confiou-lhes os seus bens. 15 E a um deles deu cinco talentos, a outro dois, e a ainda outro um, a cada um segundo a sua própria capacidade, e viajou para fora. 16 Aquele que recebera cinco talentos foi imediatamente e negociou com eles, e ganhou outros cinco. 17 Do mesmo modo, aquele que recebera dois ganhou mais dois. 18 Mas aquele que recebera apenas um foi e cavou no chão, e escondeu o dinheiro de prata de seu amo. 19 Depois de muito tempo voltou o amo daqueles escravos e ajustou contas com eles. 20 Apresentou-se então o que recebera cinco talentos e trouxe cinco talentos adicionais, dizendo: ‘Amo, confiaste-me cinco talentos; eis que ganhei mais cinco talentos’. 21 Seu amo disse-lhe: ‘Muito bem, escravo bom e fiel! Foste fiel em poucas coisas. Designar-te-ei sobre muitas coisas. Entra na alegria do teu amo’. 22 A seguir, apresentou-lhe aquele que recebera dois talentos e disse: ‘Amo, confiaste-me dois talentos; eis que ganhei mais dois talentos’. 23 Seu amo disse-lhe: ‘Muito bem, escravo bom e fiel! Foste fiel em poucas coisas. Designar-te-ei sobre muitas coisas. Entra na alegria do teu amo’. 24 Por fim, apresentou-se aquele que recebera um talento e disse: ‘Amo, eu sabia que és homem exigente, ceifando onde não joeiraste. 25 Por isso fiquei com medo, e escondi no chão o teu talento. Aqui tens o que é teu’ 26 Em resposta, seu amo disse-lhe: ‘Escravo iníquo e indolente, sabias, não é verdade, que ceifo onde não semeei e ajunto onde não joeirei? 27 Pois bem, deverias ter depositado meu dinheiro de prata junto aos banqueiros, e, na minha chegada, eu estaria recebendo o meu com juros. 28 Portanto, tirai-lhe o talento e dai-o àquele que tem dez talentos. 29 Pois a todo aquele que tem, mais será dado, e ele terá abundância; mas, quando àquele que não tem, até mesmo o que tem lhe será tirado. 30 E lançai o escravo imprestável na*

*escuridão lá fora. Alí é onde haverá o [seu] choro e o ranger de [seus] dentes”.*<sup>39</sup>

Há um *efeito de familiaridade* entre o texto bíblico e a referência produzida pelo paciente, o que indica que estamos diante de funcionamento do discurso transverso no discurso do paciente.

Para o paciente, *enterrar os talentos* produz um *efeito de sentido* de inaceitabilidade (conforme sdr4), tal como para o texto bíblico (conforme 25:26 até 25: 30). No referente *enterro* do discurso do paciente está ressoando o referente bíblico *enterro* construído nesse trecho bíblico – (25:18) *cavar no chão e esconder*. Apesar de o texto bíblico ser normalmente lido como uma alegoria, ou seja, em seu sentido metafórico, o paciente apropriar-se dos referentes bíblicos sem nenhuma interferência de outros discursos – como ocorre no discurso religioso – que pudessem criar um distanciamento interpretativo desses referentes. Desse modo, para o paciente, *enterrar os talentos* é cavar no chão e esconder algo. Analisaremos, a partir de agora, qual é o referente da palavra *talentos* que está vinculado à referência do paciente.

Na sdr1, a referência *talentos*, feita pelo paciente, foi associada a dois elementos – [tocar] pandeiro e [fazer o] louvor [a Deus] – que, em um primeiro momento, poderiam ser compreendidas como metafóricas. Porém, vamos aceitar o pressuposto laciano de que o psicótico não realiza metáfora organizada pelo Nome do Pai<sup>40</sup>, ou seja, apesar de ter mecanismos lingüísticos que produzam condensações<sup>41</sup>, essas não estarão inscritas no simbólico, e, desse modo, serão metáforas delirantes.

Na sdr 5, o sintagma *enterrar os talentos*, produz o *efeito de sentido* de *cavar e esconder* para *enterrar*, e faz ressonância ao referente bíblico *talentos*, que é uma moeda de prata, apesar de o paciente construir discursivamente, para o referente *talentos*, o *efeito de sentido ouro*. Mesmo assim, se mantém a idéia original de cavar e esconder um metal precioso. Outro *efeito de familiaridade* com o texto bíblico é a referência *hora dos talentos*, que tem como referente o momento em que o senhor chama os escravos para pedir que lhe devolvam o dinheiro. Esse *efeito de familiaridade* é o resultado do atravessamento do discurso transverso

<sup>39</sup> Grifos nossos.

<sup>40</sup> A questão da metáfora nas psicoses foi desenvolvida na seção 2.2 do segundo capítulo da primeira parte.

<sup>41</sup> Conforme veremos na seção 3.1.1.

No quadro abaixo, mostraremos em que passagens o discurso do paciente remete a um ou outro referente.

Referente de <i>Talentos</i> 1: <i>pandeiro e louvor</i>	Referente de <i>Talentos</i> 2: <i>ouro</i> (bíblico)
• Eu não vou enterrar os dois talentos (sdr1)	• Pegar cinco quilos de ouro, mandar as tombadeiras lá e enterrar (sdr5)

*Efeito metafórico*, para Pêcheux (1969, p. 96), é um fenômeno semântico que consiste na substituição contextual de dois elementos que compartilham sentidos um com outro. Ou seja, dentro de uma realização linguageira dois ou mais elementos podem se substituir mutuamente, produzindo, assim, um deslizamento de sentido.

No bloco 3, constatamos que há um deslizamento, estabelecido pela referência a *talentos* não em relação ao sentido, mas aos referentes discursivos 1, *pandeiro e louvor*, e o referente 2, *ouro*. Como vimos, o referente *enterrar* está vinculado ao discurso bíblico [*cavar no chão e esconder*]. Desse modo, o sintagma *enterrar os talentos* estabelece duas referências: 1. *cavar no chão e esconder as habilidades de tocar pandeiro e louvar a Deus* e 2. *cavar no chão e esconder o ouro*. Esses dois *efeitos de sentido* estabelecem uma relação de identidade para o paciente e, desse modo, compõem uma metáfora que se baseia em uma estrutura delirante, como nos ensina Calligaris, 1989, p. 74.

Referindo-se aos deslizamentos de sentido que são estabelecidos no discurso dos psicóticos, Orlandi (2001) afirma que *cabe ao terapeuta interpretar* [esses deslizamentos], *com os recursos teóricos disponíveis em seu domínio de conhecimento* (idem, p. 89). Acreditamos que o papel que nos cabe, nesse trabalho, é perceber como funciona a referência no discurso do esquizofrênico, e não entrar na especificidade de como se estrutura a metáfora delirante desse indivíduo.

A seguir, as conclusões parciais do presente capítulo.

### 1.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Conforme vimos no capítulo 2, seção 2.3 da primeira parte, Freire (2001, p. 79) afirma que no discurso do esquizofrênico não ocorre o processo de referência, e que isso se deve à rejeição do psicótico ao mundo exterior. O lingüista Todorov (1980), como veremos no capítulo 3 da segunda parte, procura fatos lingüísticos que demonstrem essa impossibilidade (idem, p. 78).

Porém, constatamos, a partir da análise dos quatro blocos discursivos, que o mecanismo de referência no discurso do esquizofrênico existe e é submetido ao interdiscurso, ou seja, a referência se ancora em fragmentos do discurso em que o paciente está inscrito e, dessa forma, faz ressoar saberes das *formações discursivas* que o afetam. O que distingue a referência no discurso do esquizofrênico da realizada no discurso do neurótico é que aquela, apesar de estar relacionada ao interdiscurso, enfrenta *desestruturação* tanto *horizontal* quanto *vertical*.

Exporemos a distinção entre o funcionamento da referência no discurso *normal* (neurótico) e no discurso do esquizofrênico. No processo discursivo dito normal, são oferecidos aos interlocutores diversos referentes inscritos em *formações discursivas* diferentes que estão sendo manipulados na cena enunciativa; a *escolha* desses referentes está submetida ao assujeitamento do sujeito da enunciação. Os referentes que não pertencem às *formações discursivas* que afetam os sujeitos são apropriados a partir dos sentidos possíveis dentro dessas *formações*, ou seja, como nos ensina Maingueneau (2005, p. 104), há uma *tradução* dos elementos pertencentes a uma *formação discursiva* para que sejam apropriados por outra.

A apreensão do referente, no discurso dos fiéis não-esquizofrênicos, se dá de duas formas: (1) a partir de uma adesão plena do referente e (2) a partir de uma adesão parcial. Na apropriação plena do referente (sdr III), o fiel não questiona os saberes da *formação discursiva*, nem utiliza outros discursos na apreensão do referente. Na apropriação parcial (sdr IV), o fiel faz referência à loucura, utilizando diferentes referentes: o da *formação discursiva* da medicina e o da *formação discursiva* da igreja pentecostal. Nesse tipo de apropriação, a referência, apesar de ser centrada em uma *formação discursiva*, sofre influência, em algum grau, de outra.

Retomaremos as análises a respeito da apropriação do referente do paciente esquizofrênico. No bloco discursivo 1, há apropriação plena do referente do discurso pentecostal

*vida eterna*, sem que haja questionamento desses saberes e sem que haja interferência de outros discursos. No bloco 2, encontra-se também a apropriação plena, porém, dessa vez, de um referente do discurso bíblico *criancinhas*. No bloco 3, existe uma tentativa de apropriação parcial do referente bíblico *menino endemoninhado*, a partir dos saberes da igreja pentecostal - *o demônio como causa da loucura*. Apesar de haver interferência do discurso pentecostal no referente bíblico *menino endemoninhado*, não há um questionamento do saber bíblico que resulte em uma mudança formal (menino / gurizinho) ou em uma de sentido (menino paciente da possessão por menino agente da possessão). No bloco 4, há uma *desestruturação vertical* na apropriação do referente bíblico *talentos*, na medida em que, nessa apropriação desorganizada, não há nem a apreensão do referente bíblico nem a produção de um referente de forma consistente. Essa referência resulta apenas da retomada de alguns fragmentos do discurso bíblico. Isso permite que haja um *efeito metafórico* não previsível, como observamos nesse bloco.

Em nossas análises, constatamos que o paciente é afetado por duas *formações discursivas*: a pentecostal e bíblico. Podemos constatar também que há uma *estruturação vertical*, e esse, apesar de falha em alguns momentos, permite que esse sujeito seja afetado pelas *formações discursivas*. Além disso, há, em muitos momentos, uma *desestruturação horizontal*. Podemos observar que há perda do *efeito de linearidade e de origem* no bloco 1 (sdr 1) e no bloco 2. Um dos motivos pelos quais não há *efeito de linearidade* na fala do paciente é a incapacidade de sintagmatização dos referentes. O paciente mantém em seu discurso o *efeito de fragmentação* proveniente do interdiscurso e isso não permite que haja nem o *efeito de origem*, nem o *efeito de linearidade*.

A manipulação dos referentes pelo paciente esquizofrênico causa um *efeito de sentido de imposição*, ou seja, esses referentes pertencem a discursos específicos e não podem ser deles desvinculados. Em meio a diversos referentes, o paciente não os *traduz* a partir do discurso a que é assujeitado; os referentes pré-construídos do discurso da pentecostal e do discurso da Bíblia estão mobilizados sem que haja a interferência de outros discursos.

Segundo Roustang (1987), *o psicótico não pensa, menos ainda se pensa; ele é pensado, ele é puro destino* (idem, p. 204). A partir da análise dos quatro blocos desse primeiro recorte, podemos estender essa afirmação para o discurso: o psicótico não fala, ele é falado. A apreensão feita pelo paciente dos referentes pré-construídos tanto do discurso pentecostal quanto do

bíblico produz um *efeito de sentido* de imposição, mas não aquela da interpelação, em que o sujeito é livre para livremente submeter-se à ideologia (Althusser, 1996). É uma imposição desordenada, que tem sua origem na falha da inserção do psicótico no discurso.

Devido à fragmentação no fio do discurso do esquizofrênico, para produzir algum *efeito de sentido*, é necessário relacionar esse discurso com outro (o pentecostal, o bíblico, etc.), porque o discurso do paciente não tem sentido em si. Isso enfatiza nossa afirmação de que o esquizofrênico não fala, mas é falado.

Se Roustang (1987) parte da perspectiva psicanalítica, para mostrar essa dependência do psicótico em relação ao pensamento do outro, nós partimos da perspectiva do discurso, para mostrar a dependência do esquizofrênico em relação ao discurso do outro para produzir *efeito de sentido*. Isto é, a Análise do Discurso possibilita perceber este tipo de funcionamento: o discurso do esquizofrênico não produz um *efeito de origem, de linearidade e de homogeneidade* por si só, é necessário que o discurso de origem seja identificado para que seu discurso faça sentido.

No próximo capítulo, estudaremos como ocorre a apropriação de referentes que pertencem a discursos a que os pacientes não são assujeitados, ou seja, referentes que pertencem a discursos-outros. Para isso, estudaremos as incisais, que são apropriações de fragmentos de outras vozes. Iniciamos o capítulo com o estudo da noção de incisais no discurso dito normal, para, posteriormente, estudarmos sua ocorrência no discurso do esquizofrênico.



## 2 ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS ESTABELECIDAS A REFERENTES PRÉ-CONSTRUÍDOS DE DISCURSOS-OUTROS NO DISCURSO DO ESQUIZOFRÊNICO.

### 2.1 INCISAS: DA GRAMÁTICA AO DISCURSO

Nosso objetivo, nesse capítulo, é estudar as incisas em relação à referência que essas estabelecem no discurso em que estão inseridas de forma geral e, mais especificamente, no discurso do esquizofrênico. Para isso, primeiramente, apresentamos, brevemente, essa noção nas gramáticas tradicional, gerativista, funcionalista e do português falado. Após, estudaremos essa noção na estilística e, por último, na Análise do Discurso.

As incisas são sintagmas independentes sintaticamente, intercalados em uma oração, não possuindo, dessa forma, função gramatical essencial. Nas gramáticas, elas são estudadas em capítulos que tratam de orações intercaladas ou parentéticas, aposto, vocativo, interjeição, modalização e inversão estilística do sujeito. É importante ressaltar que todos esses fenômenos em que ocorrem incisas estão relacionados à quebra sintática da frase, à inserção do sujeito e ao acréscimo supérfluo na frase.

As gramáticas tradicionais prescrevem o uso da língua, baseando-se na utilização dessa nos cânones da literatura de língua portuguesa. Dentre as gramáticas tradicionais de língua portuguesa do Brasil, iremos nos deter em duas das mais importantes: *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara e *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra. Elas tratam as incisas ou como orações intercaladas - percebendo-as do ponto de vista estritamente formal -, ou como uma questão de estilística - uma escolha do literato que se estabelece no texto entre um certo número de alternativas no uso da língua.

Bechara (2003) compreende as incisas como orações justapostas que estão separadas, na produção oral, por um contorno melódico particular e/ou por pausa, e, na produção escrita, por vírgula, travessão ou parênteses. As incisas não pertencem à linearidade da frase. Por esse motivo, há sempre marcas gráficas ou orais que explicitam seu caráter de quebra da ordem sintática da frase.

Além das características formais, o autor aponta também aquelas que estão relacionadas ao *conteúdo de pensamento designado* (idem, p. 480). São estas: *citação*, em que a pessoa que originalmente proferiu a oração mencionada é ressaltada; *advertência*, em que há o

esclarecimento de pontos que o falante<sup>42</sup> julga serem necessários para a compreensão do que foi dito; *opinião*, em que o falante permite-se opinar; *desejo*, que é a expressão do desejo do falante; *escusa*, em que o falante desculpa-se; *permissão*, em que o falante solicita algo; e *ressalva*, em que o falante generaliza um enunciado.

Mesmo que isso não esteja explícito em Bechara (2003), percebe-se, na descrição dos possíveis sentidos do contexto designado pelas incisivas, que nelas há a inclusão do sujeito falante em seu dito, ou seja, as incisivas são vistas como manifestação da subjetividade do locutor. As incisivas estabelecem uma quebra da linearidade da frase para que haja a inclusão de algo que, do ponto de vista gramatical, a frase não comporta: o sujeito falante.

Em Cunha e Cintra (2001), a questão das incisivas aparece em item que trata de estilística, a respeito da colocação dos termos da oração. Preferencialmente, esses termos, na língua portuguesa, dispõem-se na seguinte ordem: sujeito, verbo, objeto direto e objeto indireto ou sujeito, verbo de ligação e predicativo. É possível, contudo, haver uma inversão sem *corromper* a língua. Inicialmente, essas inversões são consideradas estilo. Depois de consagradas, as inversões são tratadas tendo como caráter gramatical. Nesse item, as incisivas não são delimitadas, mas aparecem nos exemplos de inversão tanto estilísticas quanto gramaticais.

Como afirmamos, além das gramáticas tradicionais, trabalhamos com gramáticas embasadas em teorias lingüísticas. Em relação à teoria gerativa estudamos a *Gramática Descritiva do Português* de Mário Perini (1998). O autor propõe estabelecer um estudo a respeito do sistema de regras e estruturas mentais relacionado à língua portuguesa. Dessa forma, os dados a serem analisados em sua gramática são frases isoladas criadas pelo lingüista, que utiliza seu próprio julgamento para verificar a aceitabilidade da construção.

A respeito das incisivas, Perini (1998) estuda os parentéticos, que são elementos que podem posicionar-se livremente entre os constituintes oracionais e que na escrita são sempre separados por vírgulas. (idem, p. 120). Apesar de não possuir relação sintática com a oração em que está intercalada, o vínculo semântico é sempre detectável. O aposto pertence a esse tipo de oração. Perini (1998) interpreta as orações parentéticas como sendo uma “repetição sintática”, no sentido de que se *repete a categoria, embora seu preenchimento e estrutura interna possam*

---

<sup>42</sup> Apesar de a gramática ser baseada em textos escritos, Bechara (2003) denomina *falante*, o produtor dos recortes lingüísticos utilizados na análise. Acreditamos que a utilização desse termo seja da ordem de uma inscrição teórica, e refira-se a qualquer produção lingüística, tanto oral, quanto escrita.

*ser muito diferentes* (idem, p. 122). Ou seja, o único tratamento sistemático dado pelo autor à questão das incisivas é a respeito da questão sintática, enquanto o sentido é apenas mencionado a fim de solucionar possíveis ambigüidades não esclarecidas pela sintaxe da frase.

A gramática funcionalista difere da gerativa porque tenta integrar à teoria gramatical a interação social, produzindo, assim, uma gramática que estuda o uso da língua. Para isso, é necessário considerar a competência comunicativa, ou seja, a habilidade dos sujeitos falantes de não apenas codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de forma interacional. Maria de Moura Neves (2000) afirma que é preciso partir de textos produzidos e que estão em circulação (e não de uma competência inata, como propõem os gerativistas) para o estudo dos itens lexicais e gramaticais de uma língua, pois é no uso que esses elementos assumem seu significado e sua função. Para a autora, é necessário que o estudo baseie-se em uma ampla coletânea de textos diversificados, a fim de que se possa cotejar todas as possibilidades de composições, promovendo a busca de sentidos produzidos pelos usuários da língua.

A gramática funcionalista intitulada *Gramáticas de Usos do Português*, de Neves (2000), não trata das incisivas. Podemos, porém, perceber como essa gramática trabalha as questões de inserção do sujeito em relação à função apositiva dos adjetivos e à classe dos advérbios modalizantes. A função apositiva nos adjetivos permite que eles sejam omitidos sem afetar a estrutura da frase que os comporta, enquanto a mesma classe de palavra, caso possua uma função argumentativa, não é dispensável dentro da frase. Os advérbios modalizantes são definidos pela autora como classe ampla de elementos adverbiais que têm como característica básica expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado (Neves, 2000, p. 244).

Apesar de a proposta da gramática funcionalista ser de descrever como os usuários da língua produzem sentidos em sua utilização, a inserção do sujeito, na língua, é reduzida à utilização de advérbios. Percebemos também que a utilização de apostos é vista como supérflua na frase.

No projeto da *Gramática do Português Falado*, o objetivo é preparar uma gramática de referência da variante oral culta dessa língua no Brasil. Para isso, é utilizado o *corpus* do Projeto NURC (Projeto de Estudos da Norma Lingüística Urbana Culta do Brasil), que documentou a

fala de informantes de formação universitária completa, nascidos e residentes nas cidades-alvo da pesquisa.

No primeiro volume da Gramática do Português Falado, estuda-se a questão da ordem na língua oral. Tarallo e Kato (2002) estudam a quebra da adjacência canônica pela ruptura por fragmentos que não fazem parte do núcleo sintático. A ruptura acontece entre o sujeito e o verbo, entre o verbo e o objeto, entre o verbo de ligação e o predicativo e não possui função argumentativa. Dessa forma, os ruptores teriam funções de tópico, de foco ou de modalizadores.

Poderíamos esperar que, na língua oral, houvesse um grande número de ocorrências de desestruturação sintática da frase por ruptores, mas os autores concluem que a adjacência canônica é mantida em 76,4 % dos enunciados analisados. A partir desse dado, podemos concluir que a desestruturação frasal não é inerente à fala, mas é um elemento de significação que é melhor comportado pela fala do que pela escrita.

Tanto a *Gramática Descritiva do Português* de Perini (1998) quanto a *Gramática de Usos do Português* de Neves (2000), apesar de serem descritivas, e não normativas, como as tradicionais, e de estarem embasadas em teorias lingüísticas, não se afastam da questão da desvalorização das incisivas. Essa desvalorização ocorre pelo fato de que as incisivas rompem a estrutura da frase e são manifestações do sujeito falante.

Para Haroche (1992), o fato de as gramáticas condenarem as incisivas - as rupturas sintáticas que possuiriam a finalidade de inserir na frase um complemento supérfluo - deve-se à tradição, que se instaura no século XVII, que busca a determinação do sentido a partir de um trabalho de precisão do vocábulo e das construções:

*É o legislador que transparece no gramático através dessa desconfiança face ao complemento. A liberdade do sujeito está limitada pela restrição do emprego do complemento: restrição à liberdade de descrição, de expressão, de interpretação, de dissimulação enfim. (idem, p. 104).*

Em relação às gramáticas tradicionais, apesar de Bechara (2003) propor-se estudar as incisivas do ponto de vista gramatical e Cunha e Cintra (2001) do estilístico, é o primeiro destes dois gramáticos que se desprende melhor da imanência da língua, mostrando a inscrição do sujeito nessa realização languageira.

Haroche (1992), ao comentar o funcionamento das incisais, ressalta que estas possuem um caráter modalizante, na medida em que a quebra da linearidade da frase é vista como uma interferência do sujeito falante. A incisal é um excesso frástico que deixa transparecer a presença do interlocutor. Dessa forma, estudaremos a questão da modalização, a fim de percebermos como esse fenômeno pode esclarecer a questão da incisal.

A modalidade, ou modalização, é estudada por Bally (1965), principalmente em relação ao léxico e, em menor grau, à sintaxe. Apesar da menor importância dada à sintaxe, o autor estuda o fenômeno da antecipação - deslocamento que antecipa uma seqüência da frase que é dependente de seu posicionamento para significar. Exemplo: *Magnifique, ce tableau!* A antecipação é vista como uma quebra artificial da linearidade da frase. Esse rompimento, no fio da frase, é manipulado pelo sujeito locutor contrariando a previsibilidade gramatical.

Os estudos sobre antecipação não tratam especificamente de incisais. É possível, porém, perceber que muitas antecipações se aproximam das incisais, pois aquelas não são sempre antecipações de elementos que viriam posteriormente no fio da frase, mas da idéia posteriormente exposta, como nos mostra os exemplos tratados no texto de Bally (1965): *Chose étonnante! Paul a réussi! ou C'est bien entendu: nous partons, par n'importe quel temp.* (idem, p. 220). Acreditamos que as antecipações têm um funcionamento semelhante ao das incisais, porém, com a característica formal de ser uma antecipação na frase. Para Bally (1965), essa quebra da linearidade da frase mostra o sentimento do locutor, assim como para Bechara (2003) que acredita que as incisais são a inclusão da subjetividade do locutor na frase.

Ao ser inscrita no campo da Análise do Discurso, a noção de incisal sofre um deslocamento: de uma inscrição subjetiva para uma manifestação da alteridade. Para Indursky (1997a), as incisais *consistem em seqüências discursivas mais ou menos completas, mais ou menos fragmentadas, oriundas de outros discursos que, ao serem interiorizadas, não deixam pistas de sua procedência externa, nem do processo de apropriação por que passaram* (idem, p. 244). Para a autora, as incisais marcam um processo de apropriação de outros discursos, na medida em que ocorre adesão de saberes que pertencem a outras *formações discursivas*, porém, esses fragmentos apreendidos têm a sua referência modificada. Há também um apagamento do sujeito do discurso apropriado, pois as incisais não possuem marcas formais que mostrem a alteridade. O processo de apropriação produz um efeito de monologismo, que *provoca a ilusão*

*de que o sujeito está na origem de seu dizer* (idem, p. 246), ilusão que as gramáticas assumem como verdadeira.

Esse deslocamento só é possível pela diferença na concepção de sujeito tal como formulada na teoria da Análise do Discurso, que difere das demais teorias da linguagem. A Gramática e a Estilística pressupõem um sujeito centrado e origem do dizer, ou seja, essas disciplinas, por não problematizarem o conceito de sujeito, aderem, em sua base teórica, a esse efeito ilusório de um sujeito protegido da exterioridade que possui desejos e intenções claras sobre aquilo que diz.

Na gramática de Bechara (2003), o autor marca a presença do sujeito falante em tópicos como as orações intercaladas, a interjeição, os valores afetivos de possessivo, etc. Nesses itens, o sujeito é visto como provido de intenção e desejos: *o falante aproveita a ocasião para exprimir um desejo* (idem, p. 480). Na gramática de Cunha e Cintra (2001), há também a inclusão do falante em itens como o grau - valor das formas aumentativas e diminutivas -, os valores afetivos dos pronomes possessivos e demonstrativos, a interjeição, etc. A manifestação do sujeito, na língua, é retratada como uma expressão emotiva: *interjeição é uma espécie de grito com que produzimos de modo vivo nossas emoções* (idem, p. 591). Há, na estilística de Bally (1965), a mesma percepção de sujeito: *L'anticipation découle soit du mécanisme de la pensée personnelle, soit de la tendance au moindre effort* (idem, p. 201).

Na gramática, apesar de haver um pequeno espaço para a inserção do sujeito, principalmente para explicar fenômenos que fogem à normatização, se busca a exclusão da subjetividade em prol da sistematicidade na língua. Haroche (1992) afirma que subjaz nas gramáticas<sup>43</sup> as ideologias religiosas e jurídico-política. Essas ideologias sustentam os processos de individualização<sup>44</sup> do sujeito que estão implícitos em algumas regras da gramática. Os efeitos dessas ideologias aparecem na tentativa de afastar dos estudos gramaticais a singularidade, a subjetividade e a expressividade excessiva. Desse modo, a gramática exige, do sujeito, transparência, clareza e completude. Essa imposição causa um efeito normatizador da subjetividade: *na busca da transparência, impõe-se a exigência de clareza e o ideal de completude* (idem, p. 22).

---

<sup>43</sup> A autora estuda as gramáticas francesas do século XVII em diante

<sup>44</sup> Haroche (1992) utiliza o conceito de individualidade de Foucault, que estaria relacionado à percepção do indivíduo como um ser transparente, mensurável e modificável.

Para a Análise do Discurso, o sujeito não é a fonte de seu dizer. Os dizeres já estão sempre aí, para serem articulados pelo sujeito. Dessa forma, uma incisa que irrompe no discurso de um sujeito não possui uma independência semântica em relação aos demais elementos do fio do discurso, pois todos estão submetidos à *condição de produção* da enunciação e ao posicionamento do sujeito-falante à *forma-sujeito* da *formação discursiva* a que os elementos estão assujeitados. A incisa apenas possui a peculiaridade de romper linearidade previsível do enunciado, ao deixar transparecer outros discursos. É preciso ressaltar que formas diferentes dentro de uma *formação discursiva* podem ter o mesmo sentido. As incisas, que são apropriações de saberes de discursos-outros, são revestidas de sentidos compatíveis com o discurso em que se inscrevem, ou seja, há importação apenas das palavras, das expressões e dos sintagmas de outra *formação discursiva*, não havendo a passagem de sentidos divergentes em relação à *formação discursiva* hospedeira.

A noção de *memória* também nos ajuda a pensar como ocorre o deslocamento do conceito de *incisa gramatical* para a *discursiva*. É apenas compreendendo que as palavras carregam consigo uma *memória discursiva*<sup>45</sup> que podemos perceber o funcionamento da noção de incisa dentro da perspectiva da Análise do Discurso. Caso contrário, não seria possível perceber a quebra da linearidade discursiva que produz uma incisa. Diferentemente do trabalho teórico feito na Gramática, na Análise do Discurso não se procura a expressão da subjetividade que as incisas proporcionam, mas ecos da alteridade que ressoam no discurso a partir do interdiscurso.

---

<sup>45</sup> Orlandi (1993) discute a questão da possibilidade de recuperação das discursividades das palavras, expressões e sintagmas. *É a materialidade do signo, sua história, que permite este jogo de sentido social: a matéria significante “tem” memória. Os diferentes sentidos do signo (suas diferentes formulações), de alguma forma, estão em cada um deles.* (idem, p. 116). Bakhtin (1929) também nos mostra essa *memória* (apesar de não utilizar essa expressão) que a materialidade da língua carrega consigo: *cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade.* (idem, p. 33)

## 2.2 ANÁLISE DAS INCISAS NO DISCURSO DO ESQUIZOFRÊNICO

Filhol (1998) estuda o caso de uma criança psicótica, Frédéric, de 12 anos, que freqüentemente termina suas narrativas com a expressão *fim de citação*. Porém, de acordo com o autor, não é como uma citação que a fala do menino se organiza:

*nada permite poder claramente distinguir a voz daquele que cita da daquele que é citado, pois seu enunciador utiliza essa expressão não para designar o discurso do outro do qual ele se delimita, mas para se reportar diretamente a seu próprio discurso, como se o Eu do enunciador fosse atravessado pelo discurso do Outro e se sustentasse sobre o modo do Outro.* (Filhol, 1998, p. 23).

O autor acredita que seja a voz paterna esse outro que constitui o discurso do paciente, conforme podemos ver na citação da fala da criança:

*Eu, vocês sabem, diz o pai todos os dias a Frédéric, pratico uma sondagem. Nada me escapa, sei tudo o que pode fazer Frédéric. Não se pode esconder nada de mim, sou como uma serpente que se insinua por toda parte (...) Vocês deviam colocar radares como para aviões para controlar todas as crianças do hospital, seria preciso colocar um pouco de sentinelas.* (sdr da criança psicótica apud Filhol, 1998, p. 29).

Por trabalhar em uma perspectiva enunciativa, Filhol (1998) compreende o mecanismo de citação desenvolvido pelo paciente como momentos em que haveria uma ruptura do dizer do paciente para a inclusão de outro discurso, no caso, o paterno: *o discurso de Frédéric, em certos pontos, não é seu próprio discurso, mas uma citação da fala paterna.* (idem, p. 29).

A partir da perspectiva da Análise do Discurso, podemos ver esses momentos como falhas no *efeito de homogeneidade*. Em uma criança *normal* (neurótica), o discurso do pai está presente em seu discurso, por assujeitamento total ou parcial. Porém, os mecanismos discursivos (re)elaboram esse discurso para que produza, tanto para o locutor quanto para o interlocutor, um efeito de discurso original, no duplo sentido da palavra: em relação à novidade daquilo que está sendo dito e em relação à origem desse dizer. Isso resulta num *efeito de autoria* naquilo que é uma apropriação do dizer outro.



Dessa forma, diferentemente de Filhol (1998), acreditamos que a singularidade do discurso estudado não está no fato de que *o narrador psicótico seja despossuído de sua própria fala* (idem, p. 23). Pensamos que seu discurso não produz o *efeito de homogeneidade*, ou seja, o discurso do paciente não consegue costurar os vários discursos que constituem seu dizer e, dessa forma, não apaga as marcas de heterogeneidade. Não produzir o *efeito de homogeneidade* é deixar as *pontas* dos discursos soltas, expondo, assim, a heterogeneidade constitutiva de todo dizer.

Como vimos na seção 3.3, segundo Orlandi (2001), o *efeito-autor* é resultado dos *efeitos de unidade, de responsabilidade, de não contradição, de relevância*. Acrescentamos a essa lista os *efeitos de homogeneidade e de origem*. O discurso de Frédéric e, também, o dos pacientes por nós analisados não produzem tais efeitos.

Apesar de o menino utilizar a expressão *fim de citação*, os outros dizeres retornam não como discurso relatado, mas como incisa, na medida em que não há marcas que explicitem essa apropriação. Estudaremos a apropriação de outros discursos nas formulações do paciente, para, posteriormente, examinarmos o processo de referência em relação à apropriação.

O presente capítulo analisará o recorte 2, denominado *O discurso esquizofrênico e a apropriação do discurso-outro*. Esse recorte será organizado em blocos que organizarão as incisivas de acordo com o discurso social de origem.

Segundo Orlandi (1993, p. 112), *discurso social* são as formulações produzidas por um grupo social, isto é, os já-ditos pertencentes ao grupo em questão. Essa noção difere da de *formação discursiva*, na medida em que trabalha com uma visão homogeneizante do grupo social, não se preocupando com as contradições internas dos saberes produzidos. O grupo social é visto como um autor: centro organizador dos dizeres e responsável por eles. O conceito de *formação discursiva* leva em conta a heterogeneidade dos saberes, a porosidade das fronteiras desses domínios de saber.

Para os nossos propósitos, nesse capítulo, é mais produtivo trabalharmos com a noção de *discurso social*, porque não temos como objetivo construir tipologias dos discursos estabelecidos socialmente, mas perceber a circulação representada pelas incisivas de saberes entre os discursos. Não acreditamos que nossa classificação dos *discursos sociais* seja definitiva. Essa classificação propõe-se a ser apenas um gesto metodológico para melhor compreender o funcionamento da passagem entre discursos, marcada pelas incisivas.

A seguir, estudaremos a apropriação pelo paciente esquizofrênico do discurso-outro por meio de incisais.

### **Recorte 2** – *O discurso esquizofrênico e a apropriação do discurso-outro*

Nesse recorte, os *blocos discursivos* serão organizados a partir de discursos identificados como pertencentes a algum grupo específico na sociedade: *família, comunidade; alguma instituição*; ou saberes que podem transitar em diversos grupos sociais – *senso comum*.

Constatamos, ao estabelecer o presente recorte, que há dois tipos de incisais discursivas no arquivo de discurso de pacientes esquizofrênicos estudado: sintagmas que irrompem e provocam a ruptura do discurso que está sendo desenvolvido; e palavras que, apesar de pertencerem sintaticamente à manifestação linguageira em que estão inseridas, evocam discursos contraditórios em relação àqueles produzidos no discurso em questão.

Gostaríamos de ressaltar que as seqüências discursivas que constituem este recorte são provenientes de manifestações linguageiras de diferentes pacientes esquizofrênicos. Abaixo, serão reunidas algumas seqüências discursivas de referência marcadas pelo funcionamento de incisais discursivas encontradas no arquivo pesquisado.

#### **Bloco discursivo 1** – Discurso apropriado - *Senso comum*

O presente bloco visa a estudar a apropriação que dois pacientes - (R., 27 anos, sexo masculino) e (J, V., sexo masculino, 40 anos) - fazem de discursos do *senso comum*. Abaixo, exporemos duas seqüências discursivas de referências dos pacientes estudados.

sdr1

Entrevistador 1: Tu tava conversando demais?

Paciente: É, conversando demais.

Entrevistador 1: Com quem?

Paciente: Sozinho mesmo.

Entrevistador 1: Ah, tu conversa sozinho? Como é que é essa história de conversar sozinho?

Paciente: É, esquisito, né?

Entrevistador 1: Tu fala com alguém?

Paciente: Com alguém, né? (R., 27 anos, sexo masculino).

sdr2

Paciente: Né? Então passei só vejo depois, eu vejo vozes, sinto vozes, né? Parece que tão falando comigo.

[...]

Entrevistador 2: O que que elas dizem?

Paciente: Me chamam o meu nome.

Entrevistador 2: Só isso?

Paciente: Só. Então aquelas vozes (...) não me deixam dormir. Às vezes eu perco o sono, mesmo tomando remédio. E agora eu tomando Neozine, não. Neozine incha muito, por isso eu não gosto, doutor. (J. V., sexo masculino, 40 anos).

Há uma quebra na linearidade tanto na frase quanto do discurso na sdr1 e na sdr2 desse bloco. Na sdr1, o referente *esquisito*, no contexto da produção discursiva, não só é imprevisível dentro do discurso do paciente, como também se contrapõe a esse. Até o aparecimento do termo *esquisito*, o *efeito de sentido* produzido remete ao fato de o paciente achar normal ouvir vozes.

Após o atravessamento desse termo, esse *efeito de sentido* mantém-se. O termo *esquisito* é um corpo estranho no discurso produzido pelo paciente. Esse termo vem de outro lugar e o discurso que o hospeda não consegue interferir em seu sentido. O referente *esquisito* carrega consigo o discurso do senso comum - *ouvir vozes é esquisito* -, porém, aparece dentro de um discurso que diz o contrário.

Na sdr2, assinalamos o referente *parece* como uma incisa por ser um corpo estranho ao *efeito de sentido* produzido no discurso do paciente. O paciente afirma que ouve vozes e que elas perturbam-no muito. O discurso do paciente produz um *efeito de sentido* que sugere o caráter de *veracidade* dessas vozes. Enquanto isso, o referente *parece* remete a um discurso contrário que afirma que as vozes não existem de fato. O termo *parece*, que formalmente deveria exercer uma função modalizadora na fala do paciente, não produz esse *efeito de sentido* dentro desse discurso. Esse termo não interfere no *efeito de sentido* produzido no discurso do paciente, pois não abala sua crença na veracidade das vozes ouvidas por ele.

Na incisa discursiva produzida no discurso *normal* (neurótico), as palavras estabelecem referência a partir do assujeitamento do falante e das *formações imaginárias* que estão atuando em seu discurso. No discurso psicótico, não ocorre essa apropriação dos referentes discursivos. Os referentes vinculados à incisa trazem uma referência cristalizada, não estabelecendo, desse modo, uma nova referência no fio do discurso. Não se trata de sentidos literais, mas de referentes pré-construídos que foram estabelecidos em determinado grupo social e que acabam inseridos pelos pacientes em seu discurso sem, entretanto, produzir os *efeitos de homogeneidade e de origem* que deveriam ser estabelecidos na apropriação. No discurso normal, esses efeitos fazem com que o dizer pareça ter sido produzido naquela cena enunciativa. Como isso não ocorre no discurso do paciente, produz-se um efeito de estranhamento. Esse efeito é o resultado de uma *ponta solta na teia* desse discurso.

No próximo bloco, estudaremos incisas estabelecidas pelos pacientes a discursos que pertencem a alguma instituição.

**Bloco discursivo 2** – Discurso apropriado – *Institucional*

Analisaremos, nesse bloco, a apropriação que dois pacientes esquizofrênicos - (E., 43 anos, sexo masculino) e (R., 27 anos, sexo masculino) - fazem do discurso de duas instituições, respectivamente: *o ensino e a medicina*.

sdr1

Paciente: Como se eu tivesse poupando palavras, né? Fala, mas poupa palavras. E em português fala o resumo, né? Não se, não é permitido repetir uma palavra ou além daqui algum tempo pra botar no composto, né? Não é segredo dela, né? E passar a limpo, aquela que ela fez primeiro no rascunho. (E., 43 anos, sexo masculino).

sdr2

Paciente: Não posso mais beber. Metade do meu corpo é epilético. Daí se eu tomo álcool, né? Daí se torna, aquela doença, né? E é só isso que eu tenho pra falar.

[...]

Paciente: É porque o médico de Caxias disse que eu, disse que a metade do meu corpo era epilético. Disse que...

Entrevistador 1: Qual é a metade é epilética?

Paciente: É a cabeça, né? Do corpo, né? Metade do corpo. O meu irmão sofria de ataque epilético até 22 anos, daí ele parou de dar ataque, né? Daí ele deixou o remédio. E agora ele tá...(R., 27 anos, sexo masculino).

Nas sdr 1 e 2 do Bloco 2, também não há quebra da linearidade da frase. Porém, acreditamos que as passagens destacadas são incisivas porque há uma quebra na ordem discursiva. Não há uma integração discursiva: o paciente não consegue apropriar-se das palavras, dos

sintagmas e das expressões que estão a sua disposição para constituir um discurso que produza os *efeitos de origem* e de *homogeneidade* no sujeito falante, ou seja, um *efeito de autoria*.

Na sdr1, apesar de serem enunciados mal articulados, sem coesão ou consistência, conseguimos perceber a que discurso o paciente está se referindo: o discurso escolar. O paciente se apropria de palavras, sintagmas e expressões do discurso institucional, escola, mas não consegue produzir os *efeitos de homogeneidade* e *de origem*, que resultariam no *efeito-autor*. Esses efeitos não ocorrem na medida em que, não se alcança o *efeito de sentido* nesse discurso, sem que o relacionemos ao discurso escolar. Dessa forma, podemos afirmar, em relação às incisais, que o esquizofrênico não fala, mas é falado. Nesse caso, o paciente é falado pelo discurso da escola, principalmente aquele que é produzido no ensino de língua portuguesa. É tamanha a imposição desse discurso ao paciente que ele chega afirmar em um momento da entrevista: *Eu tô falando em português, é português, né?*(E., 43 anos, sexo masculino).

Por esse motivo, podemos perceber que as incisais, no discurso do esquizofrênico, não passam nem por um *trabalho de sintaxe* de sintagmatização, que permitiria que as incisais pertencessem à estrutura formal da frase, nem por um *trabalho discursivo* de re-significação, que as integraria semanticamente ao enunciado.

No discurso dito normal, o *trabalho de sintaxe* e o *trabalho discursivo* fazem com que as incisais sejam interiorizadas no discurso hospedeiro e percam qualquer vestígio de seu discurso de origem. O *efeito de homogeneidade* é obtido pelo *trabalho discursivo* realizado pelo sujeito sobre seu discurso, que entrelaça exterior e interior. O *efeito de linearidade* é obtido pelo *trabalho de sintaxe*, que planifica os saberes numa formulação. Ambos trabalhos permitem que se possa produzir o *efeito autor*.

Na sdr2, apontamos o referente *epilético* como uma intercalação de outro discurso pois esse referente, no discurso do paciente, produz um *efeito de sentido de opacidade*, não permitindo, assim, a compreensão do que está sendo dito. A proveniência desse termo é apontada pelo próprio paciente: *médico de Caxias disse*. Embora haja uma remissão ao discurso médico, a partir da formalização de um discurso relatado, é impossível constatar os *efeitos de linearidade* e de *homogeneidade* no discurso do paciente. Queremos ressaltar que não estamos trabalhando com o discurso relatado do médico – *o médico de Caxias disse que eu, disse que a metade do meu corpo era epilético*. Mas estudando a incisal que é estabelecida pelo referente

*epilético*, na medida em que ele pertence ao discurso médico e, apesar da tentativa do paciente, não é re-significado, como veremos posteriormente na análise.

O discurso relatado pode ser uma citação textual do dizer do outro ou uma paráfrase desse dizer. O relato do paciente pertence à segunda categoria. Como nos ensina Indursky (1997a), nenhum dos discursos relatados é a apreensão exata do dizer do outro, há sempre um *espaço para interpretação e a distorção* (idem, p. 203). Em outras palavras, não há, no discurso relatado, uma imposição do sentido-outro, mas uma manipulação desse sentido pelo sujeito enunciador. Isso significa, no caso em questão, que o referente *epilético* advindo do discurso relatado do médico, poderia ter sua referência alterada quando passa para o discurso do paciente, mas isso não ocorre.

Há uma tentativa do paciente esquizofrênico de re-significar *epilético*, articulando outros elementos ao saber que sustenta o referente: *eu tomo álcool, né? Daí se torna, aquela doença, né? / É a cabeça, né? Do corpo, né? Metade do corpo*. Porém, o paciente não consegue apropriar-se desse referente de fato. Caso a apropriação ocorresse, poderíamos ter um efeito metafórico, ou seja, ter *a metade do corpo epilético* poderia ter um significado outro, no discurso do paciente, que não estivesse relacionado ao discurso médico<sup>46</sup>. Para que a metáfora ocorresse, o referente *epilético* necessariamente deveria estar desvinculado do discurso médico, para poder se re-significar. Mas esse referente, no discurso do paciente, só sustenta o discurso da medicina: *aquela doença / médico de Caxias / o meu irmão sofria de ataque epilético*.

Dessa forma, concluímos que o paciente esquizofrênico não se apropria do discurso da medicina, mas é subjugado por ele, na medida em que esse discurso domina a cena enunciativa, não lhe sendo possível construir uma outra referência com essas palavras. O mesmo ocorre na sdr1 desse bloco: as palavras ficam presas ao discurso escolar e, dessa forma, não há uma apropriação dessas. A impossibilidade de apropriação, que produz os *efeitos de homogeneidade e de origem*, ou seja, o não estabelecimento de uma nova referência para as palavras de discursos-outros, resulta no que estamos designando falha no *trabalho discursivo* de re-

---

<sup>46</sup> Jerusalinsky, em palestra a respeito de sua entrevista com uma paciente esquizofrênica, nos ensina que para uma histérica, afirmar que perdeu o gosto significaria que ela não sente vontade, porém, para um psicótico, a mesma afirmação remeteria para a ordem do real: essa paciente realmente não sente o gosto dos alimentos, etc. Evento realizado no Cais Mental em 9 de maio de 2005, associado ao Núcleo das Psicoses da Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

significação e, por vezes, falha no *trabalho sintático* de sintagmatização das incisivas no discurso do esquizofrênico. Este é o funcionamento das incisivas no discurso estudado.

No próximo bloco, estudaremos a apropriação por um paciente esquizofrênicodos discursos da família, dos amigos e da comunidade.

**Bloco discursivo 3** – Discurso apropriado - *Família, amigos, comunidade*.

No presente bloco será analisada a apropriação que o paciente (E., 43, sexo masculino) faz dos discursos-outros: família, amigos e comunidade.

sdr1

Paciente: E em jejum tem que se tá das 4 e 15 em diante até 25 pras 10 da manhã é considerado jejum. Não pode tomar água, não pode molhar os olhos e nem a boca. Então qual é o propósito: se eu molhar os olhos dificilmente a água vai cair na boca. Daí a pessoa só tá em jejum. Mas se molhar o, a boca daí vai cair então pra dentro do, da, aquela parte bucal da pessoa, né? Daí quando faz escovar os dentes...

Entrevistador: Uhum.

Paciente: Daí não tá mais em jejum. É, é por isso que eu acho que eu tô em, né? Rejuvenescendo. E depois através do tempo, (?) se eu tô querendo aparecer às custas do senhor, quando eu me lembrava da simpatia de São João, eu fazia ela com ovo.

Entrevistador: Uhum.

Paciente: Mas não era obrigado eu fazer, né? (E., 43, sexo masculino).

sdr2

Entrevistador: Uhum. Mas me conta essa de botar a mão no pescoço. Pra que que é isso?

Paciente: Só anula fantasma.



Entrevistador: Anula fantasma?

Paciente: Eu vou ser prático, vou direto ao problema. Então se o senhor achar que eu tô esticando a conversa, tô falando muito, explico pouca coisa. Explicar quer dizer coisas da aula, coisas fáceis de entender na aula, né? (E., 43, sexo masculino).

sdr3

Paciente: Entendeu o que eu quero dizer, né? (?) mas não na gravação. Depois o senhor vai achar que eu sou chato, né? Quando eu falo de uma coisa não paro de falar naquela coisa. (E., 43, sexo masculino).

sdr4

Paciente: É, altas horas da madrugada, nos altos tempos, só nos novos tempos. É do natal em diante.

Entrevistador: Aham

Paciente: Desse Natal que passou. Eu não posso dizer que eu tô forçando pra falar com o senhor, né? (E., 43, sexo masculino).

Na sdr1 do Bloco 3, há uma quebra da linearidade discursiva: apesar de o assunto ser jejum e simpatia, irrompe um sintagma que desestabiliza, por um breve momento, o tema discursivo: “*eu tô querendo aparecer às custas*”. Esse sintagma não se insere no discurso que estava sendo produzido até aquele momento nem naquele desenvolvido a partir dali. Além dessa interrupção no fio do discurso, há uma ruptura sintática na enunciação do paciente. Essa incisa apenas remete a outro discurso, que poderia ser o dizer de uma outra pessoa a respeito do

paciente. Observamos sintagmas semelhantes nos trechos sublinhados das demais seqüências discursivas nesse bloco.

Para Pêcheux (1988), *todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro* (idem, p. 53). Porém, em relação às incisivas no discurso do esquizofrênico, essa modificação não ocorre. As incisivas dos esquizofrênicos não deslocam o sentido dado na *formação discursiva* de origem para assumir outro no discurso em que estão inseridas. Esses fragmentos não exercem uma função sintática nem se integram semanticamente ao discurso do esquizofrênico, causando apenas o *efeito de sentido de interferência*, quase mecânica.

É como se estivéssemos ouvindo uma estação de rádio e ouvíssemos algumas palavras descontextualizadas de outra rádio. Uma interferência momentânea, passageira, pontual e, logo a seguir, a estação sintonizada retorna. Isso acontece porque a *formação discursiva* que afeta os pacientes não consegue interferir no discurso-outro, representado, nesse capítulo, pelas incisivas. Podemos constatar isso também no capítulo 1 (bloco discursivo 3) da primeira parte, em que o paciente, apesar de se inscrever no discurso pentecostal, dele não se apropria, ao contrário dos fiéis não-psicóticos, que se apropriam dos referentes pré-construídos da Bíblia a partir dos saberes da *formação discursiva* pentecostal. O paciente estudado no capítulo 1 apropria-se de forma plena dos referentes pré-construídos da Igreja pentecostal (bloco 1) e da Bíblia (bloco 2), porém, não se apropria parcialmente de um desses saberes em relação ao outro (bloco 3).

Haroche (1992, p. 130) nos ensina que o estudo da noção de incisiva nos conduz à questão da modalização, na medida em que essa noção está relacionada à inserção do sujeito-enunciador no enunciado. Neste bloco discursivo 3 que ora analisamos, é ressaltada, nas incisivas, a questão da modalização. Nas incisivas, há sempre uma quebra da linearidade imposta pelo dictum<sup>47</sup> para a inserção de algo que está relacionado ao sujeito da formulação. As sdr que estamos analisando marcam de maneira explícita a manifestação do sujeito no enunciado.

A modalização, na Estilística de Bally, é a inscrição de um sujeito centrado, origem do sentido e com a intenção de comunicar seus sentimentos a respeito daquilo que está falando. Já

---

<sup>47</sup> Segundo Dubois (s/d, p. 413), dictum é o *processo* [lingüístico] *puro e simples considerado como desembaraçado de toda intervenção do falante*.

em Bakhtin<sup>48</sup> (1981), essas fraturas sintáticas percebidas no nível discursivo marcam a presença do locutor<sup>49</sup>, respondendo às outras vozes do discurso social.

Para o autor, os personagens de Dostoiévski marcam sua subjetividade nos monólogos dialógicos. Nesses monólogos, há a enunciação da voz do outro, que é materializada a partir da resposta do locutor a esse discurso. Essa resposta dá-se na perspectiva do personagem, que toma a voz do outro, ou como ele entende e quer que seja entendido esse discurso, ou como o seu interlocutor pode ter entendido. O modo como esses discursos-outros são tomados pelo protagonista reflete *a própria maneira de pensar e sentir, de ver e compreender a si e o mundo que o cerca* (idem, p. 180). Apesar disso, Bakhtin não vê o discurso do outro como algo separado daquele do personagem. Há influência direta do discurso social sobre os personagens: *na autoconsciência do herói penetra a consciência que o outro tem dele, na auto-enunciação do herói está lançada a palavra do outro sobre ele* (idem, p. 182).

Considerando a perspectiva da Análise do Discurso, entendemos que, através da inserção do sujeito na formulação, ocorre a retomada da palavra do outro. O sujeito retoma o discurso do outro a partir da sua *visão de mundo*, nas palavras de Bakhtin. Vemos isso no exemplo retirado do texto de Dostoiévski, analisado por Bakhtin (1981):

*Em conversa privada Ievstáfi Ivânovitch disse recentemente que a mais importante virtude cívica é a capacidade de fazer fortuna. Ele falava de brincadeira (eu sei que era de brincadeira), entretanto a moral da história é a de que não se deve ser peso para ninguém; e eu não sou peso para ninguém! Eu como do meu próprio pão; é verdade que é um pão simples, às vezes até seco é, mas eu o tenho, eu o consigo com esforços e o como legal irreprensivelmente. Mas o que fazer, então? Ora, eu mesmo sei que faço pouco copiando; assim mesmo eu me orgulho disso: eu trabalho, suou a camisa. Por acaso há algo de mal no fato de eu copiar? Por acaso é pecado copiar? “Ora veja, ele é copista...!” A propósito, há alguma desonestidade nisto?... (idem, p. 181)*

---

<sup>48</sup> Apesar de o autor trabalhar com obras literárias, acreditamos que *Problemas da poética de Dostoiévski* seja importante para pensar a respeito da língua e do discurso. O próprio autor resalta nessa obra a sua preocupação com questões da linguagem a partir do ponto de vista do que chama de metalingüística: *As pesquisas metalingüísticas, evidentemente, não podem ignorar a lingüística e devem aplicar seus resultados. A lingüística e a metalingüística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas o estudam sob diferentes aspectos e de diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se.* (Bakhtin, 1981, p. 157)

<sup>49</sup> Bakhtin (1981) não trabalha com modalização propriamente dita. Podemos perceber, porém, no fenômeno da auto-enunciação elementos que podemos aproximar da modalização.

Tanto na auto-enunciação do texto de Dostoievski, quanto naquela dos dizeres dos pacientes, há incisões do discurso do outro. Nesse trecho, o outro a quem o locutor está se referindo está explicitado, *Ievstáfi Ivânovitch*. No presente bloco, não há como vislumbrar a quem o paciente refere<sup>50</sup>. Esse outro do interdiscurso possivelmente é alguém próximo do paciente. Há, em ambos discursos, interlocução com vozes tanto anônimas quanto autorais. A diferença entre o texto estudado por Bakhtin e as entrevistas com pacientes esquizofrênicos está no fato de que, no primeiro caso, o sujeito se inscreve no discurso para modificá-lo. O locutor citado por Bakhtin (1981, p. 181) recorre a argumentos que se opõem à idéia de que *é virtude cívica a capacidade de fazer fortuna*. Esses argumentos se presentificam quase em uma interlocução com os possíveis dizeres do outro, que pode ser tanto *Ievstáfi Ivânovitch*, quanto qualquer outro que concorde com ele. Vejamos a análise que Bakhtin faz para recuperar a voz do outro a quem o personagem faz menção:

*O outro. É preciso saber fazer fortuna. Não se deve ser peso pra ninguém.  
Makar Diévuchkin. Não sou peso pra ninguém. Como do meu próprio pão.  
O outro. Isso lá é pão?! Tem hoje mas não tem amanhã. E vai ver que ainda é seco!  
Makar Diévuchkin. É verdade que é um pão simples, às vezes até seco é, mas eu o tenho, eu o consigo com esforços e como legal e irrepreensivelmente [...].  
(Bakhtin, 1981, p. 183).*

No discurso do paciente, por sua vez, não há uma resposta aos dizeres do outro na auto-enunciação, há apenas o recorte desses dizeres e a inclusão deles em seu discurso. Vejamos as incisões discursivas do paciente (E., 43, sexo masculino):

- *Querendo aparecer às custas de alguém;*
- *Esticando a conversa;*
- *Falando muito;*
- *Explico pouca coisa;*
- *Tô forçando pra falar com o senhor;*
- *Quando eu falo de uma coisa não paro de falar naquela coisa.*

<sup>50</sup> Observamos, em nosso corpus, que os pacientes esquizofrênicos estudados não identificam a heterogeneidade que constitui seu discurso, a partir do confronto com as não-coincidências. Porém, encontramos casos de delimitação do discurso-outro, a partir do discurso relatado (bloco discursivo 2).

A voz do outro poderia ser recuperada da seguinte maneira:

- Você está querendo aparecer às minhas custas;
- Você está esticando a conversa;
- Você fala muito;
- Você explica pouca coisa;
- Você fica forçando para falar comigo;
- Quando você fala de uma coisa, você não pára de falar dessa coisa.

Essas incisivas podem ser as retomadas, que o paciente faz, de fragmentos de outros discursos proferidos por pessoas próximas, como parentes, amigos, vizinhos, etc. Essas afirmações não foram feitas pelo interlocutor-entrevistador. Podemos constatar isso porque o entrevistador, em vários momentos, incentiva o paciente a falar. Estes fragmentos correspondem possivelmente a já-ditos dos familiares ou de conhecidos a respeito do paciente, ou, até mesmo, a respeito do sintoma da patologia.

O que difere essas incisivas daquelas analisadas por Bakhtin, é que as do esquizofrênico não são uma apropriação *deliberada* de outros discursos com o fim de produzir determinados efeitos. Ele não tenta modificar as referências estabelecidas por essas outras vozes. As incisivas irrompem fragmentariamente no discurso do paciente e permanecem com suas referências cristalizadas e sem nexos sintáticos.

Os trabalhos de Bakhtin não se inscrevem no quadro teórico da Análise do Discurso, apesar de pleitearem uma natureza social. O sujeito bakhtiniano é dotado apenas de consciência, o que faz com que ele tenha controle sobre aquilo que diz. A adesão ou a rejeição do sujeito a algum discurso é consciente e está relacionada a sua posição social.

Para a Análise do Discurso, o sujeito sempre está relacionado ao discurso-outro, pois a constituição do próprio discurso acontece pelo grau de adesão à *forma-sujeito* da *formação discursiva*. Diferentemente da teoria de Bakhtin, a teoria da Análise do Discurso é sustentada

por uma noção de ideologia que interpela o indivíduo em sujeito e o submete à lei de contradição e de transformação dos saberes.

Exporemos, a seguir, as conclusões parciais desse capítulo.

### 2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

A partir do corpus estudado, percebemos que as incisivas discursivas são, pelo menos, de dois tipos: 1. sintagmas que rompem a linearidade sintática do enunciado (Bloco 2 (sdr1) e Bloco 3) e 2. palavras que estão inseridas na sintaxe do enunciado (Bloco 1, Bloco 2 (sdr1<sup>51</sup> e sdr3)). Ambos os tipos de incisivas são fragmentos do discurso-outro apropriado no discurso estudado.

A diferença entre as incisivas estudadas na perspectiva do discurso e aquelas estudadas pelos gramáticos deve-se ao fato de percebermos as incisivas como apropriação de saberes advindos de outros discursos e não como uma mera ruptura na sintaxe da frase. Em relação ao discurso, a incisiva pode ser tanto a apropriação de um saber discursivo quanto a retomada de uma expressão pertencente a um discurso estabelecido socialmente ou do dizer de um indivíduo – parente, amigo, familiar, etc.

Concluimos também que, na esquizofrenia, há uma submissão aos discursos com os quais os pacientes têm contato. Essa submissão deve ser vista a partir da teorização de um sujeito clivado e dotado de inconsciente, e não de um sujeito da consciência dotado de intenções e desejos claros. Por esse motivo, nos afastamos dos trabalhos de Bakhtin, para nos apoiarmos na base teórica da Análise do Discurso.

Leite (1994) nos aponta a questão da *anterioridade lógica do sujeito do inconsciente em relação ao sujeito da ideologia* (idem, p. 26). A partir das análises, constatamos que a estruturação da subjetividade é determinante da interpelação do sujeito. Podemos perceber isso, observando que o esquizofrênico possui uma relação diferencial com a ideologia diferente daquela apresentada pelo neurótico. A diferença da relação com a ideologia está no fato de que o esquizofrênico, apesar de poder estar inscrito em *formações discursivas* (conforme vimos no capítulo 1), não é afetado pelos seus saberes da mesma forma que o neurótico. Enquanto esse

---

<sup>51</sup> No Bloco discurso 2 na sdr 1 há os dois tipos de incisivas encontradas no corpus.

interpreta os discursos-outros pelas *formações discursivas* que o afetam, o esquizofrênico não consegue re-significar esses outros saberes.

Dessa forma, o esquizofrênico, por ter uma estruturação subjetiva diferenciada, passa por um processo de interpelação ideológica diferencial daquela percorrida pelo neurótico. A falha na interpelação resulta em um discurso que *vacila* entre a normalidade, em determinados momentos, e a desestruturação, em outros. Apesar da desestruturação das formulações, o discurso do esquizofrênico continua ancorado nos discursos sociais. Conforme podemos perceber nas análises das incisivas, os referentes produzidos em outros discursos mantêm sua configuração original, não permitindo, assim, que outras referências sejam estabelecidas na cena enunciativa. Como já afirmamos em outro momento, parafraseando Roustang (1987), o psicótico não fala, é falado, enfim ele é puro discurso. A ancoragem do discurso social também pode ser vista no primeiro capítulo, na medida em que o sujeito estudado era afetado pelo discurso pentecostal e o discurso bíblico (bloco 1 e 2).

O sujeito *normal* (neurótico) subverte os saberes inscritos em outras *formações discursivas* para produzir um *efeito de sentido* de pertencimento a sua própria *formação discursiva*. Esse é o modo de funcionamento das incisivas no discurso normal.

O esquizofrênico é submetido aos saberes do outro, não podendo transformá-los. Disso resultam as incisivas que parecem funcionar de forma independente semântica e, em alguns momentos, sintaticamente na esquizofrenia. Essas incisivas diferentemente das incisivas do discurso *normal* mantêm sua referência original, e isso resulta na impossibilidade de construir discursivamente seu referente no discurso do paciente. Acreditamos que isso se deva à diferença na constituição da subjetividade do paciente, pela não realização do Édipo.

Na sdr1 do bloco 2, a única referência possível é a que pode ser estabelecida pelas incisivas em relação ao discurso escolar, porque não é possível estabelecer uma referência para a formulação do paciente dentro da cena enunciativa. O mesmo acontece com as seqüências discursivas de referência do bloco 1, porque tanto nesse quanto no bloco 2, as incisivas estão inseridas sintaticamente na frase. As incisivas, nesses blocos, independem semanticamente da formulação em que estão inseridas para produzir um efeito de sentido. No bloco 3, as incisivas são rupturas no fio do discurso do paciente, elas não se inserem e nem interferem semanticamente no discurso que está sendo desenvolvido. As incisivas desse segundo tipo, na esquizofrenia,

possuem, além da independência semântica em relação à formulação, também a independência sintática.

A submissão do discurso do esquizofrênico ao discurso outro produz *efeitos de incoerência, de inconsistência e de não-sentido*. Não há uma identificação entre o esquizofrênico e uma *formação discursiva*, que funcionaria como centro organizador de sua produção discursiva. Essa identificação falha com as *formações discursivas* que o afetam faz com que o discurso do esquizofrênico não parta de uma matriz de saberes, mas se disperse em muitos domínios de saberes, todos aqueles com os quais ele tem contato. O discurso do esquizofrênico é um reflexo do interdiscurso e não um recorte filtrado por uma *formação discursiva*, por conseguinte, produz o efeito de non-sens de que fala Pêcheux (1975). Isso explica a sensação descrita por Calligaris (1989), ao narrar um caso de um paciente psicótico norte americano:

*o sentimento que eu tinha, escutando o que ele contava, [era] que essa infância estava situada num espaço infinito, mas num espaço infinito que não era 'ideologizado'. [...] O que era interessante, com respeito a esta experiência, é que ele não expressa posição ideológica sobre este assunto. Não havia posição ideológica alguma relativa a qualquer tipo de libertação, por exemplo, típicas dos jovens americanos dessa época. Nada se apresentava, no que ele falava, como uma forma de significação eletiva, mas tudo tinha significação.* (idem, p. 12).

Conforme Orlandi (2004), *o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer* (idem, p. 70). O discurso que não se historiciza é *ininteligível, ininterpretável e incompreensível*. Sendo assim, esse discurso não possui sentido nem no nível da língua, nem em relação à coesão textual, nem em relação ao contexto situacional (Orlandi, 1988, p. 115). O fato de podermos rastrear os outros saberes convocados no discurso do esquizofrênico mostra que esse, de certa forma, se relaciona com o interdiscurso. Apesar disso, não há uma historicização desse discurso, porque falta uma posição do sujeito perante a materialidade histórica. Essa falta faz com que o discurso do paciente, em muitos momentos, não seja *inteligível, interpretável, e compreensível*.

Na Análise do Discurso, a noção de autoria está relacionada à singularidade, a partir do dizível e das *condições de produção*. Ser autor é ter um posicionamento frente ao interdiscurso. Diferentemente da posição da Teoria da Enunciação, que percebe o autor como a



origem de um dizer, conforme podemos ver em Filhol (1998), a Análise do Discurso percebe-o como uma singularidade discursiva: a autenticidade de um sentido em relação a um sujeito, dentro de sua constituição social, ideológica e subjetiva. Desse modo, o discurso do esquizofrênico perde sua individualização - ou seja, perde os *efeitos de homogeneidade, de origem e de linearidade* - permitida pela *função-autor*, para se transformar em um emaranhado de formulações que apenas evocam referências produzidas em outros discursos, por outros sujeitos, não sendo capaz de apropriar-se efetivamente delas.

Devemos ressaltar que o esquizofrênico pode apresentar-se de forma efêmera como origem de seu discurso, ou seja, há momentos em que seu discurso produz referência na cena enunciativa. São passageiros esses momentos em que se estabelece a ilusão de que os pacientes são a origem do dizer. Esses *efeitos de origem, de homogeneidade e de linearidade* acontecem quando a fala do paciente gera *efeito de coerência, de coesão e de consistência*. Apesar de, em algumas passagens da fala do esquizofrênico, esses efeitos estarem estabelecidos, iremos nos deter em funcionamentos lingüístico-discursivos que privilegiam o *efeito de perda da responsabilidade do dizer*.

Constatamos, nesse trabalho, que as incisivas discursivas na fala do esquizofrênico comportam-se diferentemente daquelas do discurso *normal* (do neurótico), trabalhadas por Indursky (1997). No discurso *normal*, o *trabalho de sintaxe* apaga o desnivelamento entre o discurso interior e exterior, conforme a obra citada, deixando os vestígios da exterioridade apenas para a materialidade lexical. No discurso do esquizofrênico, isso nem sempre acontece, conforme vimos no Bloco 3. Outra diferença que deve ser ressaltada é que, mesmo tendo sido descontextualizadas de seu discurso de origem, as incisivas no discurso do esquizofrênico permanecem com as referências estabelecidas no discurso-outro. Como a autora nos mostra, as incisivas produzem *costuras invisíveis* entre os discursos exterior e interior e isso apaga o sujeito do discurso e o lugar de origem. No discurso do esquizofrênico, porém, esses traços permanecem inscritos na formulação. Mesmo alterando as *condições de produção*, não se altera a referência.

Em relação a seu discurso, o esquizofrênico é um *sujeito vacilante*<sup>52</sup>, que oscila entre estar no discurso e se desprender dele. Essa oscilação deve-se ao fato de, ao mesmo tempo em que há uma falha na interpelação ideológica, o esquizofrênico está imerso nos discursos sociais que o rodeiam. Percebemos, em relação ao estudo das incisivas na esquizofrenia, que esse sujeito discursivo não se mantém totalmente fora do discurso, nem possui uma amarragem apropriada, oscilando, assim, entre esses dois pólos. Essa relação diferencial do esquizofrênico com seu discurso faz com que não haja uma apropriação dos referentes de outras *formações discursivas*, o que condena esse sujeito a repetir as referências estabelecidas em discursos-outros. Porém, os pacientes amarram alguns sentidos, como pudemos ver no capítulo 1 da segunda parte, em relação à apreensão plena dos referentes das *formações discursivas* que os afetam. É nesse *vacilo* que o sujeito do discurso esquizofrênico se constitui. O resultado dessa incapacidade de uma apropriação eficiente dos discursos é a impossibilidade do *sujeito vacilante* produzir os *efeitos de homogeneidade, de linearidade e de origem*, e isso o impossibilita de assumir-se como sujeito do seu dizer.

Para a Análise do Discurso, como nos mostra Indursky (1997), as incisivas são discursos-transversos, porque estão no nível da articulação, ou seja, na relação do sujeito com o sentido. Segundo Pêcheux (1975), *o efeito de determinação do discurso-transverso sobre o sujeito induz necessariamente neste último a relação do sujeito com o Sujeito (universal) da Ideologia, que é “evocada”, assim, no pensamento (“todo mundo sabe que...”, “é claro que...”)* (idem, p. 166). Ou seja, a articulação determinada no discurso-transverso demonstra o assujeitamento do sujeito-falante a um determinado discurso em detrimento de outros.

Porém, percebemos que, no arquivo estudado, as incisivas possuem outra relação com o interdiscurso. As incisivas, no discurso dos esquizofrênicos, se comportam como pré-construídos, na medida em que há uma independência semântica dessas nas seqüências discursivas em que estão inseridas. *O “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universidade (“o mundo das coisas”)* (Pêcheux, 1975, p. 164). O saber ingressa, no discurso do paciente, a partir de outra *formação discursiva* que não afeta o paciente, sem ser devidamente apropriado. Como exemplo,

---

<sup>52</sup> A noção de *sujeito vacilante*, forjada nesse trabalho, distingue-se da de *vacilo do sujeito* em Pêcheux (1975). A nossa está relacionada à oscilação do sujeito esquizofrênico em relação ao discurso, a de Pêcheux está vinculada ao sujeito neurótico.

retornaremos à sdr2 do Bloco 2. Nela, o referente *epilético* se comporta como um pré-construído dos saberes da medicina e, por esse motivo, não consegue ser integrado ao discurso do paciente. Acontece o mesmo com todas as outras incisais estudadas, cujas palavras não se desprendem do referente estabelecido nas *formações discursivas* de origem, apesar de apresentar um funcionamento discursivo de incisais.

No item seguinte, prosseguiremos o estudo a respeito das referências, porém, em relação aos elementos fóricos, isto é, estudaremos as referências que se estabelecem não apenas em relação aos objetos pré-construídos vinculados a diferentes *formações discursivas*, mas também em relação às referências que se estabelecem no interior do discurso do paciente. Ou seja, se o estudo da referência conduziu-nos a estabelecer relações interdiscursivas no discurso do paciente, no capítulo seguinte, veremos como se faz o trabalho da referência no intradiscurso.

### 3 ANÁLISE DE REFERÊNCIAS QUE SE ESTABELECEM NO INTRADISCURSO DO ESQUIZOFRÊNICO

#### 3.1 A UTILIZAÇÃO DE ELEMENTOS FÓRICOS NO DISCURSO DO ESQUIZOFRÊNICO

Antes de expor o funcionamento *normal* dos elementos fóricos, estudaremos duas noções que são fundamentais, como veremos na análise, para pensarmos esse funcionamento no discurso do esquizofrênico: a condensação e o deslocamento.

Freud (1915), em *O inconsciente*, estuda as alterações na fala do paciente esquizofrênico. O autor constata um preciosismo nas expressões usadas, o que demonstra uma falta de flexibilidade na utilização das palavras. As construções das frases são desorganizadas, tornando-se incompreensíveis.

Além de identificar essas singularidades na fala do esquizofrênico, Freud (1915) percebe que há uma outra sistematicidade nesse dizer que é a sujeição das palavras aos processos do trabalho do sonho: a condensação e o deslocamento. As palavras, na fala do esquizofrênico, *passam por uma condensação e por meio de deslocamento transferem integralmente suas catexias<sup>53</sup> de umas para outras. O processo pode ir tão longe, que uma única palavra, se for especialmente adequada devido a suas numerosas conexões, assume a representação de todo um encadeamento de pensamento.* (Freud, 1915, p. 204). Em nosso trabalho constatamos que a condensação e o deslocamento estão também relacionados ao funcionamento dos elementos fóricos.

Para compreendermos melhor o funcionamento da condensação e do deslocamento, estudaremos a trajetória dessas noções na psicanálise e nos estudos da linguagem. Abordaremos os estudos freudianos sobre essas noções, depois os trabalhos sobre a afasia de Jakobson (1995); e, por último, a retomada de ambas as obras citadas por Lacan (1981).

---

<sup>53</sup> Segundo Sterian (2001), catexia é o conceito econômico de investimento libidinal: determinada quantidade de energia psíquica, que investe uma representação ou um grupo de representações. (idem, p. 90).

### 3.1.1 CONDENSAÇÃO E DESLOCAMENTO: A TRAJETÓRIA DESSAS NOÇÕES

#### 3.1.1.1 EM FREUD

Em 1900, Freud publica seu célebre livro *A interpretação dos sonhos*, e é a partir dessa publicação, que o sonho é visto como o conteúdo manifesto de um pensamento onírico latente. Freud percebia o sonho como um texto *numa escrita pictográfica cujos caracteres têm que ser individualmente transpostos para a linguagem dos pensamentos do sonho* (1900, p. 270). A relação que se estabelece entre conteúdo manifesto e pensamento latente é análoga à relação entre duas linguagens diferentes, cuja compreensão depende da identificação dos caracteres e das leis sintáticas para comparação entre original e tradução.

O processo de transformação do pensamento latente em conteúdo manifesto é denominado *trabalho do sonho*. Há duas formas de atuação desse trabalho: a condensação e o deslocamento. O conteúdo manifesto sempre é menor do que o pensamento latente. O inverso jamais se verifica. Essa desproporção acontece no processo de condensação, que é um *processo inconsciente do pensamento*, resultado do efeito da censura onírica. A condensação é interpretada a partir de um processo de associação do analisando a respeito dos componentes isolados do conteúdo latente do sonho. É impossível se definir o volume de condensação estabelecido no sonho. Dessa forma, a interpretação nunca pode ser vista como definitiva.

A condensação pode ocorrer das seguintes maneiras:

- A omissão de determinados pensamentos latentes do sonho, e a representação de outros: *o sonho é [...] construído por uma massa de pensamentos do sonho, submetida a uma espécie de processo manipulativo em que os elementos que têm suportes mais numerosos e mais fortes adquirem o direito de acesso ao conteúdo do sonho.* (idem, p. 276)
- Um elemento do conteúdo do sonho pode estar relacionado a vários pensamentos latentes. Essa relação pode ser percebida posteriormente na análise, como nos mostra o exemplo retirado de *O sonho da monografia de Botânico*. O elemento do conteúdo do sonho *a lâmina colorida* levou a dois temas do pensamento latente: *as críticas de meus colegas a minhas atividades e a uma que já estava representada no sonho –meus passatempos favoritos; e*

levou, além disso, à lembrança infantil em que eu fazia em pedaços um livro com lâminas coloridas. (idem, p. 276). Porém, há outra forma em que a condensação aparece explicitamente, denominada de *figura coletiva*. Trata-se da reunião de várias pessoas em uma única imagem onírica.

Outra forma de distorção do pensamento latente, além da condensação, é o deslocamento. Tanto o deslocamento quanto a condensação são *processos inconscientes do pensamento*, resultado do efeito da censura onírica. O processo de deslocamento ocorre durante o curso da formação do sonho e transforma elementos do pensamento latente essenciais em elementos de valor reduzido no conteúdo manifesto: isso se manifesta através do encobrimento da importância de certos elementos, e da substituição de um elemento latente por outro manifesto que lhe faça alusão. Podemos ver um exemplo de deslocamento em *Um sonho encantador*, em que a posição central do sonho era ocupada pelo fato de o paciente sonhar com subir e descer ladeiras e com o posicionamento dos aposentos na parte superior ou inferior do hotel. Porém, o pensamento latente, nesses conteúdos manifestos, era sobre o perigo das relações sexuais com pessoas de classe social inferior.

O deslocamento é a distorção do desejo de quem sonha que impõe maior dificuldade de rastrear o sentido, porque suas conexões são exteriores e estranhas aos elementos latentes. São formas de deslocamento: os desvios do curso do pensamento latente e as representações indiretas. As representações indiretas acontecem pelo *deslocamento de um elemento importante, mas objetável, por outro que é indiferente e que parece inocente à censura, algo semelhante a uma alusão muito remota – substituição por um simbolismo, ou uma analogia, ou algo menor*. (Freud, 1900, p. 196). A substituição proveniente do deslocamento pode ocorrer dos seguintes modos: substituições de *associação interna* - similaridade, conexão causal, etc -, de *associação externa* – simultaneidade no tempo, contigüidade espacial, similaridade fônica (idem, p. 196).

No livro de 1901, *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, Freud estuda os lapsos da fala e percebe também trabalhos de condensação na sua produção. A condensação, que é normal no trabalho do sonho, constitui-se em uma falha quando realizada durante o momento de vigília. O autor nos dá um exemplo desse processo em um lapso realizado por ele próprio: ao fazer uma citação, Freud troca *affe* (macaco) pela palavra inexistente *apfe*. Há nesse lapso uma

contaminação da palavra substituída *affe* pela palavra *apfel* (maçã), que produz uma condensação.

Em *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905), Freud nos mostra que há também elementos comuns aos chistes e ao trabalho do sonho: a condensação e o deslocamento. Como um exemplo de condensação, Freud nos apresenta um personagem de Heine que ostentava suas relações com um rico membro da nobreza: *E tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, Doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um seu igual – bastante familionariamente.* (idem, p. 29).

Para esclarecer o mecanismo de condensação realizado nesse chiste, Freud simula o processo de conversão do pensamento em chiste. É necessário ressaltar que a essência do chiste não está no pensamento, mas em sua configuração verbal. O pensamento que se transformará em chiste, nesse exemplo, pode ser explicitado nestas duas frases:

- *R. tratou-me quase como seu igual, muito familiarmente.* (A)
- *Isto é, na medida em que isso é possível a um milionário.* (B)

Como nos ensina Garcia-Rosa (1991), esses dois enunciados sofrem uma força compressora que faz o enunciado menos resistente (B) desaparecer. Porém, a palavra *milionário*, por ser a mais importante do enunciado (B), consegue transparecer no chiste, a partir de sua fusão com o termo que lhe é semelhante no enunciado (A): *familiar*. A fusão pode ser visualizada no esquema<sup>54</sup> abaixo:

*Famili är*

*Milionär*

*Familionär*

---

<sup>54</sup> Esquema retirado de Freud (1905, p. 32)

Trata-se de uma *condensação acompanhada pela formação de um substituto*, que é uma palavra composta: o neologismo *familionariamente* que, em si, não possui sentido, é plenamente compreensível em seu contexto.

Podemos ver um deslocamento na conversa entre um dramaturgo e um romancista em um *salon* de Paris, a respeito da bajulação causada pela chegada de um milionário ao estabelecimento:

“Veja como o século XIX cultua o *Bezerro de Ouro!*” Com uma rápida mirada ao objeto de tanta admiração, Heine replicou, como que a bem da correção: “Oh, sim, mas ele já deve ser mais velho agora!” (idem, p. 64).

Esse deslocamento acontece a partir do jogo de palavras na expressão *Bezerro de Ouro*, em que, na réplica, a compreensão dessa expressão percorre o curso do pensamento em direção distinta à indicada pelo comentário original. Devemos ressaltar que nesse exemplo o chiste só acontece na réplica. Porém, se o dramaturgo tivesse dito: *Olha como o povo se amontoa em torno daquele sujeito estúpido simplesmente porque ele é rico*, não seria possível a resposta chistosa do romancista. O chiste acontece no deslocamento produzido pelo romancista que, ao invés de interpretar a expressão *Bezerro de Ouro* por sua metáfora consagrada, *Mammon* ou *idolatria*, dá-lhe um sentido pessoal que deve ser aplicado ao homem rico em questão: *Oh, ele não é mais um bezerro; já é um boi adulto!* (idem, p. 65). Apesar de o deslocamento só ter sido possível pelo duplo sentido que se pode obter da expressão, Freud afirma que são duas técnicas diferentes de chiste. Para demonstrar isso, o autor expõe outro chiste em que há só a técnica de deslocamento: *Um palafreireiro recomenda a um freguês um cavalo de sela. “Se você partir nesse cavalo às quatro da manhã, estará em Pressburg às seis e meia” – “E o que eu vou fazer em Pressburg às seis e meia da manhã?”*. (idem, p. 71). O freguês desloca a ênfase sobre a capacidade do cavalo para deter-se nos dados do exemplo escolhido pelo vendedor do animal.

Estudaremos, no item seguinte, como a lingüística percebe essas duas noções. Para isso estudaremos o trabalho de Jakobson (1956) a respeito das afasias.



### 3.1.1.2 METÁFORA E METONÍMIA EM JAKOBSON

A semelhança entre os mecanismos de arranjo dos signos lingüísticos - processos metafóricos e metonímicos - e os do arranjo que produzem o sonho foi percebida por Jakobson em *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia* (1956). O autor relaciona apenas os processos metonímicos à condensação e ao deslocamento. Os processos metafóricos são associados ao simbolismo freudiano. Apenas em Lacan, *Seminário III, as psicoses*, essa relação será estabelecida diretamente: a condensação será associada à metáfora e o deslocamento à metonímia. Aprofundaremos essa questão posteriormente.

Jakobson (1956) desenvolve as noções de metáfora e metonímia a partir da noção saussuriana de relações *in absentia* (associativas) e *in praesentia* (sintagmáticas). Na língua, essas duas relações são geradoras do valor lingüístico.

As relações sintagmáticas, em geral, estão vinculadas à fala, ou seja, ao alinhamento horizontal e consecutivo do signo lingüístico. Muitos sintagmas, porém, são realizações estáveis – como frases feitas que não admitem modificação – e pertencem à língua. Saussure admite que *no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho do uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual* (Saussure, 1997, p. 145). Nessa relação, o valor é gerado pela oposição que um signo estabelece com o signo que o segue e aquele que o precede.

As relações associativas consistem na semelhança que se estabelece entre os signos, resultando num agrupamento dos signos por sua afinidade. Essas relações são mecanismos internos da língua, não pertencem à fala, e estão depositadas no cérebro de cada indivíduo. Há diversas séries associativas. Elas podem ter como elemento em comum um radical (ensino, ensinar, ensinamento, etc.) um sufixo (andamento, conhecimento, armamento, etc.) uma analogia dos significados (ensinar, instrução, educação, etc.) uma semelhança gráfica (ensinamento, lento, elemento, etc.) ou outros elementos que unifiquem os signos. Desse modo, um termo qualquer é *como o centro de uma constelação*, que remete a todos os tipos de associação. Segundo Bouquet (2000), o valor, nessa relação, se estabelece a partir do arbitrário

interno do signo: o significado é o valor do significante, o significante é valor do significado, o significante e o significado são simultaneamente valor um do outro.

Jakobson (1956), para desenvolver a noção de metáfora e metonímia, atém-se ao vínculo proposto por Saussure, que aproxima as relações sintagmáticas mais à fala do que à língua e as relações associativas apenas à língua. Essa é uma razão para que o autor se limite a relacionar o deslocamento e a condensação à metonímia, pois ambos processos acontecem na fala e não na língua.

A mensagem é vista como uma *combinação de partes constituintes (frases, palavras, fonemas etc.) selecionadas do repertório de todas as partes constituintes possíveis (código)* (1956, p. 40). É a partir dessa concepção de comunicação que Jakobson (1956) formula as noções de metáfora e metonímia. Essas noções foram produzidas a partir de um contexto de pesquisa específico: o estudo das afasias. Jakobson (1956) observou que, quando o paciente afásico tinha a capacidade de seleção afetada e a capacidade de combinação parcialmente preservada, sua produção lingüística se realizava procurando vínculos de contigüidade relacionados ao contexto da mensagem, ou seja, metonímias.

A noção de metonímia vai sendo construída, no texto de Jakobson, como uma sintagmatização que projeta uma proximidade com o objeto referido:

*Garfo é substituído por faca, mesa por lâmpada, fumaça por cachimbo, comer por torradeira (idem, p. 49). Quando se apresentou a um paciente de Lotmar o desenho de uma bússula, ele respondeu: “Sim, é um ... sei de que se trata mas não consigo lembrar-me da expressão técnica ... Sim ... direção ... para indicar direção ... uma agulha imantada indica o Norte” (idem, p. 45).*

Essas contigüidades podem ser espaciais ou temporais:

*um paciente [...], a quem se pediu que enumerasse alguns nomes de animais, enunciava-os na ordem em que os tinha visto no zoológico; assim também, malgrado instruções que recebe de dispor certos objetos segundo a cor, dimensão e forma, ela os classifica em função de sua contigüidade espacial, como objetos domésticos, material de escritório etc., e justificava essa disposição referindo-se a uma vitrina, onde “pouco importa o que sejam as coisas” (idem, p. 49).*

Porém, quando afetada sua capacidade de combinação e parcialmente preservada sua capacidade de seleção, o paciente construía sua fala a partir de similitudes, ou seja, a partir de metáforas, que são recursos vinculados à língua. Esse paciente tende a reduzir sua fala a frases de uma palavra só, restando apenas sintagmas formados de frases feitas, pertencentes à língua. *Óculos de alcance por microscópio, fogo em vez de luz de gás* (idem, p. 52). A metáfora está relacionada à propriedade da língua de criar grupos associativos que permitam a substituição de um elemento por seu similar. Para Jakobson, a metáfora e a metonímia não são figuras de estilo, mas processos constituintes da comunicação.

Na próxima seção, estudaremos a releitura de Lacan dos conceitos freudianos, influenciado pelas reflexões dos estudos lingüísticos de Jakobson.

### 3.1.1.3 METÁFORA E METONÍMIA EM LACAN

Em *O seminário III, as psicoses*, há as primeiras formulações a respeito da noção de *metáfora* e *metonímia*. Os seminários em que foram introduzidas essas noções datam de maio de 1956, e fazem referência ao texto das afasias de Jakobson, publicado no mesmo ano.

A relação direta entre *metáfora* e *condensação* e entre *metonímia* e *deslocamento* só foi possível porque, diferentemente de Jakobson (1956), Lacan (1956) questiona se as metáforas estão relacionadas apenas a mecanismos associativos da língua. Para Jakobson (1956), a metáfora está vinculada à língua e a metonímia, à fala. O deslocamento e a condensação, para o lingüista, estão relacionados à metonímia, porque ambos processos ocorrem na fala, e não pertencem à língua. Para Lacan (1956), a metáfora, assim como a metonímia, produz-se na sintagmatização: *uma metáfora antes de mais nada é sustentada por uma articulação posicional* (Lacan, 1988, p. 258).

A concepção de metáfora e metonímia, em Lacan, é pensada a partir da supremacia do significante. Para entender essa questão, faremos um breve estudo da diferença entre esse conceito e aquele forjado por Saussure. Apesar de estarem em áreas diferentes, a Lingüística e a

Psicanálise, há *uma comunicação possível* entre o significante saussuriano e o lacaniano (conforme Arrivé (1994, p. 95)).

Lacan apropria-se do signo saussuriano produzindo uma outra teorização. No *Curso*, o signo lingüístico é concebido como uma entidade de dupla face: significante e significado. Esses elementos estão unidos e sua separação é impossível, na concepção de signo em Saussure. Podemos perceber essa relação tão íntima entre o significante e o significado na metáfora da *folha de papel: não se pode cortar um lado sem cortar, ao mesmo tempo, o outro; assim tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som* (Saussure, 1916, p. 131).

Ao se apropriar dessa noção, Lacan inverte o algoritmo saussuriano, colocando, assim, o significante numa posição de superioridade. Conforme Arrivé (1994), o primeiro ponto de divergência entre a noção de signo saussuriana e a lacaniana está no fato de que Lacan atribui ao significante maior importância do que ao signo: *A ponto de ser possível, na terminologia lacaniana, dizer que o significante é um signo (Seminário III [...]), o que, em dialeto saussuriano, fica excluído* (idem, p. 98). Outro ponto de oposição é haver uma delimitação recíproca do significante e do significado em Saussure, enquanto, em Lacan, há uma autonomia do significante com relação ao significado. A última divergência que ressaltaremos, nesse trabalho, é a respeito do traço que está entre o significado e o significante no signo, tanto em Saussure, quanto em Lacan. No primeiro, trata-se de um traço de união das duas faces do signo. No segundo, trata-se de um sinal que separa as duas partes do algoritmo. Para frisar essa diferença, Lacan denomina esse sinal de barra. Arrivé (1994) nos mostra que o que há de especificamente saussuriano no significante lacaniano é *o peso exercido por Saussure na conceptualização lacaniana do Simbólico* (idem, 104), como podemos ver isso em Lacan (1981): *Que diferença há entre o que é da ordem imaginária ou real e o que é da ordem simbólica? Na ordem imaginária, ou real, nós temos sempre mais ou menos, um limiar, uma margem, uma contigüidade. Na ordem simbólica, todo elemento vale como oposto a um outro*<sup>55</sup>. (idem, 17). Faremos uma pausa na questão do significante para pensar naquilo que é o nosso objetivo, nessa seção, a metáfora e a metonímia.

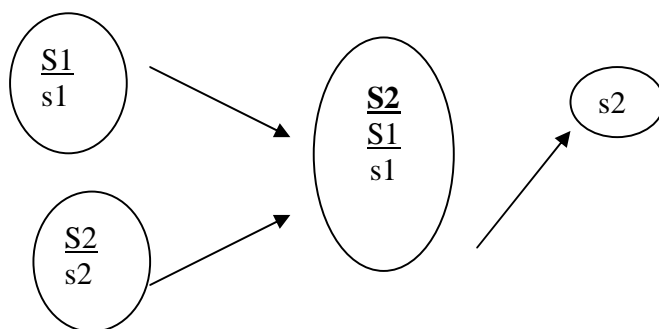
---

<sup>55</sup> Grifo é nosso e tem como objetivo ressaltar a ressonância que as palavras de Lacan (1981) fazem com a noção de valor em Saussure (1916).

A noção de metáfora foi esboçada em *O seminário III, as psicoses* (nos textos de 1956) e formalizada em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* (1957) e *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1958). Nos dois primeiros textos, o trabalho de Jakobson sobre a metáfora e a metonímia foi citado.

Para Lacan, a fórmula da metáfora é *uma palavra por outra* (Lacan, 1998, p. 510). Nessa substituição não há comparação, e, sim, identificação entre os termos. Dor (1989, p. 43) traz-nos um exemplo esclarecedor sobre o processo metafórico em Lacan, conforme a figura abaixo:

<u>S1</u>	<u>imagem acústica: “psicanálise”</u>
s1	conceito de psicanálise
<u>S2</u>	<u>imagem acústica: “peste”</u>
s2	conceito de peste



Na substituição, o  $S1/s1$  passa pela a barra de significação, transformando-se, assim, em significado de  $S2$ . É preciso ressaltar que o significado associado ao significante substitutivo  $S2$  é um signo  $S1/s1$ , caso contrário, teríamos um signo e não uma metáfora.



Ao propor igualar condensação e deslocamento à metáfora e à metonímia, Lacan (1956) estaria contradizendo a afirmação de Freud (1905) de que essas são formas típicas da fala do esquizofrênico, pois Lacan (1981) afirma que não há metáfora na psicose, conforme vimos na seção 1.3 da primeira parte.

Calligaris (1989) resolve essa aparente contradição que surge na obra lacaniana. O autor diferencia a metáfora - mecanismo organizador do saber do psicótico pós-surto - da metáfora lingüística, produzida pelo paciente no seu discurso. Re-nomeia a primeira *metáfora paterna delirante* (idem, p. 103) e a segunda *metáfora delirante* (idem, p. 74). Com essa separação terminológica, realizada por Calligaris (1989), se resolve a contradição entre a obra lacaniana e a freudiana, a respeito do funcionamento metafórico na linguagem do esquizofrênico: o psicótico possui as estruturas lingüísticas para produzir metáforas, porém, não possui um saber organizado por um pólo central resultante da *metáfora paterna*.

Podemos ver a relação condensação/metáfora e deslocamento/metonímia no discurso do esquizofrênico, a partir de mecanismos lingüísticos e discursivos como os elementos fóricos (prioritariamente a anáfora). Estamos principalmente interessados na formulação freudiana de que os mecanismos de condensação e deslocamento aparecem na fala do esquizofrênico. Tentaremos apreender a ocorrência desses mecanismos em um funcionamento específico: a *referência*.

Na seção seguinte, estudaremos o funcionamento dos elementos fóricos nas perspectivas frasal, textual e discursiva, a fim de, posteriormente, estudar como ocorre esse funcionamento no discurso do esquizofrênico.

### 3.1.2 ELEMENTOS FÓRICOS: NA FRASE, NO TEXTO E NO DISCURSO

Estudaremos os elementos fóricos, mais especificamente a anáfora, dentro das perspectivas frasal, textual e discursiva, a fim de, posteriormente, estudarmos as anáforas estabelecidas dentro do discurso dos esquizofrênicos. Delimitaremos a anáfora nessas perspectivas e enfatizaremos suas diferenças teóricas.

Nos estudos de elementos fóricos, na perspectiva frasal, busca-se compreender as possibilidades da língua de permitir a correferência. Esses estudos limitam-se a observar a língua como uma abstração, e a restringir a correferência aos estudos sintáticos. Segundo Perini (1998), os elementos anafóricos são os pronomes, denominados pessoais, oblíquos e reflexivos pela gramática tradicional. O que permite que eles possam estabelecer correferência é a sua referência variável e certas condições sintáticas. Como podemos ver nas frases *Ricardo disse que Pedro o beliscou* e *Ricardo disse que Pedro se penteia com manteiga*, os elementos anafóricos estão estabelecendo correferência com elementos diferentes, na primeira frase com *Ricardo* e na segunda com *Pedro*. A correferência desses elementos é interpretada a partir de um conjunto de regras que consideram a precedência e a especificidade do pronome utilizado e, além disso, a função sintática dos elementos analisados.

Intervenções semânticas para a percepção dos elementos fóricos, em uma perspectiva frasal, geralmente estão relacionadas apenas à intuição dos falantes e ao sentido dicionarizado. O estudo sintático dos elementos de correferência, porém, enfrentam impasses frente à ambigüidade, e isso faz com que seja necessário considerar a língua em uso. Como nos ensina Perini (1998), a *ambigüidade do pronome é desfeita pela intervenção de elementos extralingüísticos do contexto* (idem, p. 282). Na frase *O gato que arranhou Rui também o mordeu*, ou se interpreta que há uma correferência entre *Rui* e o pronome *o*, ou se entende que outra pessoa não mencionada na frase foi mordida pelo gato. Porém, só podemos ter certeza dessa referência se consultarmos o contexto, o que não é previsto pelas regras de interpretação sintática ou frasal.

Em Milner (2003), os estudos sobre a correferência mantêm-se no nível frasal, porém, já é considerada a língua em uso, e não apenas como uma abstração. A noção de referência, para esse autor, está relacionada à designação, e, a partir dessa noção geral, são concebidas duas situações específicas: a referência real e a virtual. A primeira dá-se pela associação de uma seqüência lingüística ao segmento da realidade. A segunda é constituída pelo conjunto de condições que caracterizam uma unidade lexical, ou seja, a referência virtual é o sentido lexical estabelecido pelo dicionário. Milner (2003) afirma que *na medida em que esta última deve ser considerada como uma paráfrase ou uma tradução, ou uma representação verbal (ou metafórica) de uma entidade indefinível, dita sentido, ela obtém um estatuto claro: as condições*



*exigidas para considerar uma realidade.* (idem, p. 86). A diferença entre esses conceitos deve-se ao fato de que na referência real considera-se a língua em uso, enquanto na referência virtual percebe-se a língua como uma abstração. Essa divisão na noção de referência implica conseqüências em sua noção dependente: a anáfora.

A anáfora pode recuperar tanto o seguimento da realidade quanto a identidade lexical do elemento a que se refere, como nos mostra Milner (2003, p. 87) nas seguintes frases: *j'ai vu dix lions et toi en as vu quinze* e *j'ai capturé dix de lions, et toi tu en as capturé quinze*. Na primeira frase, *en* não retorna necessariamente aos mesmos segmentos da realidade, e sim à referência virtual; já na segunda frase, *en* faz referência ao grupo de leões que foi mencionado na oração anterior, ou seja, referência real.

A anáfora pode ser estudada em outro nível de análise, a partir de um deslocamento da frase para o texto. Diferentemente das anáforas frasais, que são estudadas a partir das questões gramaticais, presentes em Perini (1998), ou das designações, como em Milner (2003), é necessário, nas anáforas textuais, estudar questões semânticas da ordem das inter-relações entre frases para podermos perceber como os elementos são retomados no texto.

Um texto, para Halliday e Hasan (1976), não é constituído de sentenças, mas realizado por elas. O texto é a unidade de sentido da língua em uso. Ele não é definido a partir de seu tamanho, mas da propriedade que o legitima como um texto e faz com que ele não seja uma reunião de frases: a textura. Essa propriedade é produzida internamente a partir da coesão entre os elementos do texto. A coesão é produzida por referências, substituições, elipses, conjunções e através de relações entre os itens lexicais. O fator externo que proporciona a textura é o contexto situacional. Trata-se de todos os elementos extra-lingüísticos que sustentam o texto como: 1. a situação e o propósito imediato do texto e o propósito imediato do falante ou escritor; 2. a função do texto num determinado momento e seu canal de comunicação; 3. o tipo de papel interacional, a relevância social dos participantes.

Para Halliday e Hasan (1976), a referência é um movimento de recuperação ou antecipação de elementos postos no texto. Com o propósito de compreender a relação fórica entre elementos lingüísticos, os autores estudam alguns itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente sem estarem vinculados a outros itens igualmente presentes no texto.

Porém, os autores também mostram que alguns pronomes fazem referência a elementos que não foram codificados no texto: essa referência é denominada exofórica. Para encontrar o termo referido, neste caso, é necessário recuperar essa informação no contexto situacional em que o texto foi realizado.

Com a finalidade de separar esses dois tipos de referência, os autores denominaram exofóricas as referências situacionais e endofóricas as textuais. As referências endofóricas se subdividem em dois grupos: aquelas que se referem a elementos anteriores - denominadas anáforas -, e aquelas que se referem a elementos posteriores - as catáforas.

É importante ressaltar que a exófora não é sinônimo de sentido referencial, ou seja, os itens lexicais, como *Maria*, *casa* e *nadar*, possuem sentidos referenciais e não são exofóricos, pois nomeiam objetos ou ações. As referências, tanto exofóricas quanto endofóricas, possuem um sentido instrucional que permite recuperar as informações necessárias para que haja a devida interpretação do elemento referenciado.

Os pronomes podem ser tanto exofóricos quanto endofóricos, ou ambos. Não há como denominar o tipo de referência que um pronome estabelece sem que se determine o movimento referencial que esse pronome está fazendo num determinado texto. Há necessidade, portanto, de ver o pronome em uso para que seja classificado.

Halliday e Hasan (1976) nos mostram que os falantes tendem a usar exoforicamente os pronomes *eu*, *tu/você* e *nós* quando fazem referência ao locutor, ao interlocutor, ao escritor/narrador e ao leitor. Os pronomes *ele*, *ela*, *eles* e *elas* tendem a ser usados endoforicamente quando fazem referência à pessoa ou à coisa previamente estabelecida<sup>56</sup>. Esses pronomes - *eu*, *tu/você* e *nós* - são considerados endofóricos em discurso relatado. *Ele*, *ela*, *eles* e *elas* são exofóricos quando só podem ser identificados no contexto de interação.

Porém, mesmo havendo essa tendência na utilização dos pronomes, o tipo de registro em que eles estão sendo usados pode modificar sua referencialidade. Por exemplo, na linguagem escrita há uma maior tendência às relações catafóricas e anafóricas entre os pronomes de primeira e segunda pessoa, enquanto a língua oral permite que haja referência exofórica para os pronomes de terceira pessoa. Os autores ressaltam que esses parâmetros não são fixos. A

---

<sup>56</sup> Os autores estudam a língua inglesa, mas acreditamos que, em relação a esse ponto, em linhas gerais, há correspondência entre esse estudo e a mesma questão em a língua portuguesa.

distinção entre referência endofórica e exofórica pode não ser tão nítida em alguns casos, sendo possível haver uma dupla referencialidade.

Em relação aos estudos dos elementos fóricos, na passagem da lingüística do texto para a Análise do Discurso, não se produz uma ampliação da noção de anáfora, como acontece na passagem do estudo frasal para o textual. Há, sim, uma modificação de paradigmas teóricos, que resulta em mudança não apenas nessa noção, mas também na de texto.

Podemos verificar essa modificação no estudo de Orlandi (2004), em que a autora parte da noção de texto de Halliday e Hasan (1976) para delimitar o que é texto para a Análise do Discurso. Tanto na lingüística quanto na Análise do Discurso, o texto é considerado como unidade primeira. Para Halliday e Hasan (1976), a textualidade é característica definidora do texto, é aquilo que permite que um texto relacione-se consigo mesmo e com a exterioridade. Essa visão de texto não é contraditória com a noção da Análise do Discurso, mas é necessário perceber que o ponto que afasta ambas teorias é justamente a noção de exterioridade. Enquanto, a exterioridade, para Halliday e Hasan (1976), é o contexto situacional imediato, para a Análise do Discurso, é o interdiscurso.

Na perspectiva da Análise do Discurso, o texto, como nos ensina Orlandi (2001), é aquilo que articula a língua com a história a partir da relação do sujeito com o mundo. O fato de a materialidade ser apresentada de forma escrita ou oral não muda sua característica de texto. A extensão também não é uma qualidade definidora do texto, pois esse pode ser tanto uma letra quanto um livro. Texto é uma materialidade lingüística considerada discursivamente que produz um *efeito de sentido* em relação à situação.

Na perspectiva da Análise do Discurso, Indursky (1997b) propõe uma concepção de anáfora que difere daquela proposta nos estudos frasais e textuais. A autora percebe que as anáforas, apesar de retomarem um item lexical presente no texto, não possuem necessariamente uma referência integral em relação a esse item. É necessária a apreensão da *condição de produção* do discurso, a fim de que se obtenha o *efeito de sentido* que a anáfora discursiva está produzindo.

Para estudar o *efeito de sentido* entre os elementos fóricos, a autora concebe a anáfora como uma retomada não só de itens lexicais internos ao texto ou relacionados ao contexto

imediatamente da situação comunicativa, mas também de elementos do interdiscurso. Indursky (1997b, p. 719) baseia-se nos estudos sobre formação imaginária de Pêcheux (1969) que afirma que tanto os interlocutores quanto o referente não são um reflexo da situação empírica, mas uma representação discursiva marcada pela ideologia.

As construções anafóricas, dentro da perspectiva discursiva, não só retomam como também podem construir o referente. Isso se deve ao fato de elas estarem relacionadas aos *já-ditos* que fazem parte do interdiscurso específico do discurso em que estão inseridas. A anáfora discursiva possui um comportamento misto, estabelecendo relações tanto endofóricas quanto exofóricas, pois retoma *um dito na superfície textual e um já-dito [...] na exterioridade do texto* (Indursky, 1997b, p. 720). Dessa forma, a anáfora discursiva estabelece ligação entre elementos presentes na materialidade linguageira e elementos ausentes, recuperáveis apenas no interdiscurso.

É importante ressaltar que a autora amplia a noção de exófora, forjada por Halliday e Hasan (1976). Enquanto para os autores trata-se de uma apreensão do referente no contexto imediato do discurso, em Indursky (1997), a retomada do referente pode acontecer em relação ao interdiscurso.

No item seguinte, estudaremos as relações fóricas estabelecidas no discurso do esquizofrênico. Para isso, retomaremos brevemente alguns estudos sobre o assunto e, posteriormente, analisaremos realizações fóricas no corpus estudado, a partir da perspectiva da Análise do Discurso.

### 3.1.3 ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DE ELEMENTOS FÓRICOS NO DISCURSO DO ESQUIZOFRÊNICO

Em relação à psicose, há trabalhos que estudam como o mecanismo de referência, principalmente da anáfora, ocorre no discurso dos pacientes. Em *O discurso psicótico*, Todorov (1980) parte de uma idéia amplamente aceita entre os psiquiatras e, como vimos em capítulos anteriores, que também ressoa na psicanálise, para estudar esse discurso: *a psicose implica uma*

*degradação da imagem que o indivíduo faz para si do mundo exterior* (1980, p. 75). A partir disso, o autor percebe que o elemento afetado no discurso é a referência.

Segundo esse autor, essa falha na referência pode assumir formas diferentes, dependendo do tipo de psicose. No caso da catatonia, o doente se recusa a falar, quebrando, assim, qualquer tipo de referência. Na paranóia, o processo de referência é realizado, porém o mundo a que o paciente refere-se não possui existência concreta. No caso da esquizofrenia, a referência não é estabelecida, evidenciando, assim, uma incapacidade de as palavras referirem as coisas.

Seguindo os estudos de Todorov (1980), o que resulta dessas falhas em estabelecer a referência são diferentes tipos de discursos. Um discurso paranóico assemelha-se ao *normal*, mas o mundo construído a partir da referência não é compartilhado, sendo um universo próprio do falante. Os estabelecimentos das referências seriam da mesma ordem de um livro de ficção, com a diferença de que o paciente acredita na veracidade dos acontecimentos enquanto o autor quer produzir um efeito estético ou um efeito psicológico no seu leitor, e não apenas relatar um acontecimento.

Todorov (1980, p. 77) afirma que para a lingüística, o mais interessante é o discurso esquizofrênico, em função do não estabelecimento da referência, tanto em relação à impossibilidade de recuperação de um termo anterior no texto, quanto à de construção mental dos fatos evocados pelo discurso. Isso acontece pela falta de coerência textual. Apesar de o autor ter constatado a presença das anáforas, esses pronomes eram considerados indeterminados, ou seja, não remetiam a referências textuais claras.

A indeterminação das anáforas dá-se pela incoerência do dito do paciente. A incoerência acontece por disjunção metalingüística, que pode ocorrer por diversos razões. Uma dessas razões são as motivações pseudo-objetivas das conjunções, ou seja, os conectivos forçam uma relação específica que não é determinada no enunciado: *Eu fiz pegar dois policiais, claro, pois os dois estão de acordo para desfigurar* (Todorov, 1980, p. 79). Outro fator citado pelo autor é a ausência de uma linha hierárquica no discurso, isto é, a não existência de fatos precedentes ou causadores de outros. As proposições inacabadas que permeiam a fala esquizofrênica também provocam incoerência no discurso. Esse inacabamento acontece em resposta à mudança de

transitividade dos verbos, como, por exemplo, a transformação de verbos transitivos em absolutos.

Para Novaes (1996), *o efeito de ausência de coesão textual* do dizer do esquizofrênico é posto, na psiquiatria, como dificuldade do paciente em estabelecê-la, e não como incapacidade do interlocutor de reconhecê-la: *a “falha na coesão” em si não é uma contingência do dizer, mas contingência interpretativa, isto é, o leitor é que não consegue propor uma coesão do texto* (idem, p. 66 e 67). O resultado de se atribuir ao paciente essa falha é a correspondência direta entre *falta de coesão textual* e *distúrbio mental* que podemos ver nos manuais de psiquiatria. A autora afirma que essa correspondência nega ao esquizofrênico a atribuição de sentido/referência, colocando-o no lugar de não produção desses sentidos.

Como podemos ver, o não estabelecimento de referências é atribuído ao paciente esquizofrênico, não se questionando, assim, as limitações das teorias que se prendem ao lingüístico para estudar um discurso tão singular. Propomo-nos a estudar os elementos fóricos no discurso do paciente, a partir da noção de anáfora discursiva, a fim de pensar o sentido não como uma produção do sujeito esquizofrênico no fio do discurso, mas como uma propriedade relacionada à materialidade histórica que sustenta os dizeres desse sujeito.

Partiremos das observações feitas por Todorov (1980) e Novaes (1996) para estudar o nosso *corpus* de discursos de esquizofrênicos. Organizaremos nossos recortes em blocos temáticos, que estão relacionados ao tema das entrevistas colhidas junto aos pacientes. Cada bloco discursivo será constituído de seqüências discursivas de referência, ou seja, trechos de linguagem em situação, conforme o aparecimento do fenômeno estudado ou a necessidade de maior abrangência do contexto discursivo.

Abaixo, analisaremos o aparecimento de elementos fóricos na narrativa de um paciente esquizofrênico (E, 43 anos, sexo masculino).

### **Recorte 3 – Relações fóricas no intradiscurso do esquizofrênico**

Estudaremos as relações fóricas que estão sendo estabelecidas no discurso do paciente estudado (E, 43 anos, sexo masculino), a partir da perspectiva da Análise do Discurso. O recorte do intradiscurso será feito a partir de um tema desenvolvido na entrevista. Cada tema constituirá um bloco discursivo temático. Cada bloco organizará as sdr em que estão os elementos fóricos.

**Bloco Discursivo 1** – Tema: *Simpatia para Anular os Fantasmas*

No bloco discursivo 1, estudaremos as relações fóricas estabelecidas no intradiscurso a respeito do tema que o paciente desenvolveu na entrevista: *simpatia para anular fantasmas*.

sdr1

Entrevistador: Uhum. Mas me conta essa de botar a mão no pescoço. Pra que que é isso?

Paciente: Só anula fantasma.

Entrevistador: Anula fantasma?

[...]

Entrevistador: Eu perguntei como é que é a história de botar a mão no pescoço, pra que que serve.

Paciente: Ah, tá. Só numa pancada no primeiro dia da semana ao último dia da semana...

Entrevistador: Aham.

Paciente: Das 8 e 15 em diante altas horas da madrugada, em época de frio, na rua.

Entrevistador: Anula fantasma?

Paciente: Anula eles<sup>57</sup>, anula eles. (E, 43 anos, sexo masculino).

sdr2

Entrevistador: Uhum. E anula *os fantasmas*?

Paciente: Anula...

Entrevistador: E como é que são os teus fantasmas?

Paciente: Eles usam lençol de tonalidade clara. (E, 43 anos, sexo masculino).

sdr3

Entrevistador: Aham. Esses fantasmas usam lençol, então?

Paciente: Lençol, é.

Entrevistador: O que que eles fazem?

Paciente: Dá susto nas pessoas que andam pelas laterais na rua. Se fosse alguma pessoa que não cuida nada, daí ele cuida só as pessoas que vai atravessando, atravessan..., atravessar o trânsito.

Entrevistador: Uhum.

Paciente: Ou numa encruzilhada ou dum lado da rua para o outro.

Entrevistador: Uhum.

---

<sup>57</sup> Tanto os elementos sublinhados quanto em itálico não fazem parte dos sinais de transcrição, mas foram postos durante a análise, a fim de ressaltar os elementos de maior importância para o gesto analítico.



Paciente: Entendeu? Daí dá pra entender o que que é que dá susto. Mas ele dá susto nas pessoas que andam pelas laterais. (E, 43 anos, sexo masculino).

sdr4

Paciente: É melhor prevenir do que dizer isso passa.

Entrevistador: *Eles* nem aparecem daí.

Paciente: Pode achar isso, né?

Entrevistador: Aham.

Paciente: Se não previne, pode achar que ele nem aparece. (E, 43 anos, sexo masculino).

A referência à materialidade lingüística *fantasma* é estabelecida por dois pronomes no intradiscorso do paciente: *ele* e *eles*. O paciente atribui saberes diferentes a cada uma dessas referências, construindo, assim, dois referentes diferentes para a palavra *fantasma*, conforme podemos ver no esquema abaixo:

### **Ele 1**

- 1 a. Anula fantasma.
- 1 b. Dá susto nas pessoas que andam pelas laterais na rua.
- 1 c. Cuida só as pessoas que vai atravessando, atravessan..., atravessar o trânsito.
- 1 d. Dá susto nas pessoas que andam pelas laterais.
- 1 e. Nem aparece.

## Eles 2

- 2 a. Anula eles (sdr1)
- 2 b. Usam lençol de tonalidade clara.

Em relação ao referente 1 (*ele*), apesar de o sintagma *dá susto* ser um saber pertencente aos referentes *fantasma* construídos em vários discursos, como o literário, o religioso, o cinematográfico, o do senso comum, etc., não se espera que quem sofra essa ação sejam *peessoas que andam pelas laterais na rua*. Esse mesmo *efeito de incoerência* acontece com o sintagma *cuida só as pessoas*. Esse sintagma pode ser interpretado como *dar auxílio*. Essa interpretação viria de encontro à noção de fantasma como algo relacionado ao mal e vincularia o sentido dessa palavra ao referente *anjo*. Porém, o *efeito de sentido* poderia ser *vigiar*, e estaria próximo do discurso produzido em torno do fantasma que *dá susto*. Dessa forma, o referente *fantasma* que está sendo mencionado pelo paciente *dá susto nas pessoas que andam pela lateral e vigia ou auxilia aquelas que atravessam o trânsito, uma encruzilhada ou a rua*. O referente *fantasma* construído em (*ele1*) faz ressoar, no interdiscurso, um outro referente, *guarda de trânsito*. É importante ressaltar que, apesar de relacionar *saberes* vinculados ao referente *guarda de trânsito* ao referente *fantasmas* construído ao seu discurso, são mantidos, no fio do discurso do paciente, saberes que já pertencem a esse referente, como a característica, *dá susto*.

Em relação ao referente 2 (*eles*), há ressonância de um saber vinculado ao referente fantasma: *usar lençol de tonalidade clara*. Esse saber está disperso em vários discursos sobre o referente, e produz o *efeito de sentido* de falsidade da aparição do espectro, na medida em que quem usa *lençol branco* finge ser um *fantasma*, mas não o é de fato.

Conforme vimos na seção 3.2 da primeira parte, Novaes (1996), a partir do conceito de *estranho* desenvolvido por Freud (1919), forja a noção de *efeito de estranhamento*, que dá conta da ruptura com o previsível que ocorre na fala do paciente esquizofrênico. Para a autora, esse efeito produz-se no momento em que o outro interpretante não compreende o dizer do esquizofrênico, porque não consegue antecipar esse dizer. Porém, o outro interpretante não é excluído do dizer, sendo afetado justamente nessa relação de semelhança (entre aquilo que o paciente diz e o que é previsível) e diferença (quando há uma ruptura na antecipação do dizer).

Podemos ver, em relação ao referente 1, que, ao passo que os saberes do referente *fantasma* possuem traços previsíveis (como em relação ao sintagma *dá susto*), há outros elementos que fogem a nossas expectativas (como as vítimas serem pessoas que andam pelas laterais ou atravessam o trânsito).

Como vimos, em *O inconsciente*, ao refletir sobre a fala do esquizofrênico, Freud (1905) constata que *o paciente devota especial cuidado a sua maneira de se expressar que se torna afetada e preciosa* (1905, p. 202). Jerusalinsky<sup>58</sup>, a respeito do mesmo assunto, afirma que o esquizofrênico possui uma *pobreza* do significante. A sinonímia entre as palavras tende a não existir. Podemos observar isso, a partir da fala de uma paciente esquizofrênica entrevistada por ele. Falando a respeito da amamentação, a paciente não aceitou que tinha dado o *peito* para a filha, e, sim, o *seio*. A partir dessas constatações, pensaremos os pronomes *ele* e *eles* não como possuindo uma identidade referencial, mas como estabelecendo referências diferentes.

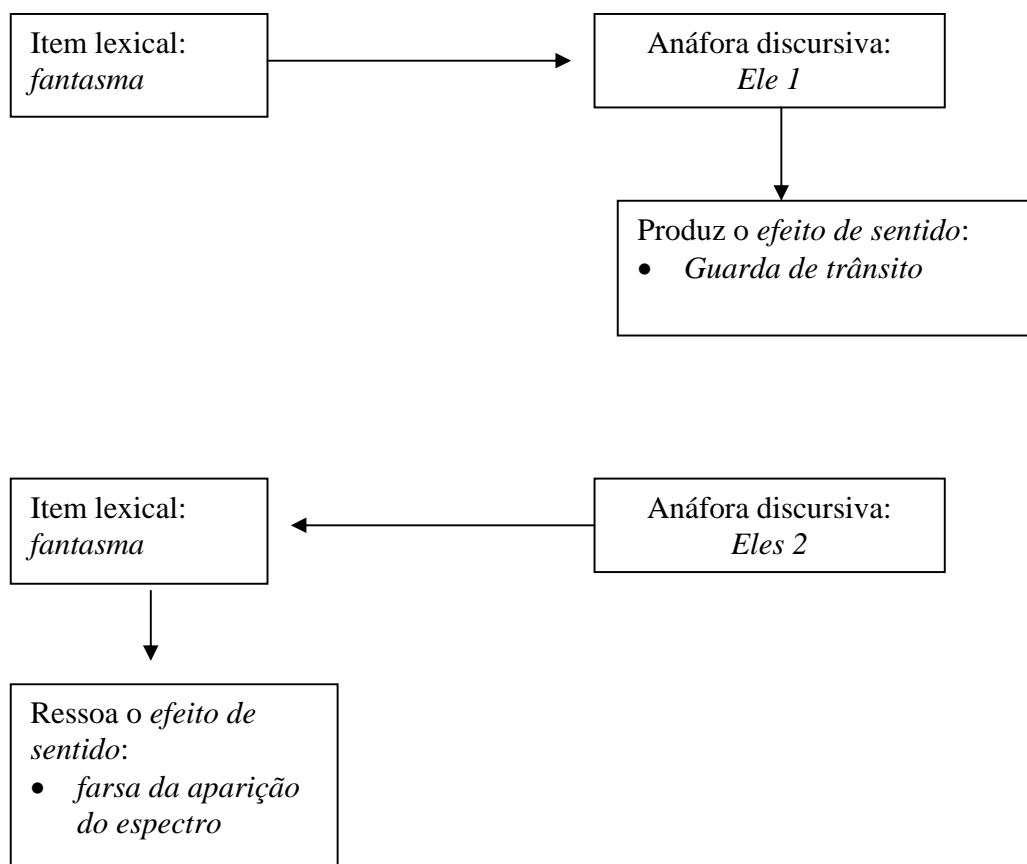
Segundo Indursky (1997), como vimos, as anáforas discursivas não possuem apenas a função de retornar a um referente textual, mas também de construí-lo discursivamente. Desse modo, podemos perceber que, apesar de tanto o *ele 1* quanto o *eles 2* retomarem o item lexical *fantasmas*, essa retomada produz *efeitos de sentido* diferentes.

O primeiro elemento anafórico (*ele 1*), como foi mostrado acima, relaciona-se com marcas linguageiras que remetem a outros discursos, que não estão relacionados com a referência *fantasma*. Podemos perceber, assim, que o discurso do esquizofrênico se desenvolve a partir de uma organização delirante, na medida em que retoma saberes do interdiscurso de forma singular. Essa organização, no discurso estudado, é forjada a partir da apreensão de elementos de discursos que não estão relacionados ao referente *fantasma*: *atravessar o trânsito, andar pelas laterais na rua*.

O segundo (*eles 2*) desenvolve-se a partir de uma organização discursiva próxima do que seria previsível para um discurso voltado ao tema *fantasma*. Porém, é necessário ressaltar que, nesse segundo elemento anafórico, há a ressonância de um elemento específico do referente *fantasma*: a farsa da aparição do espectro, a partir do sintagma *usam lençol de tonalidade clara* (sdr 2).

---

<sup>58</sup> Em evento realizado no Cais Mental em 5 de abril de 2005, associado ao Núcleo das Psicoses da Associação Psicanalítica de Porto Alegre.



Tanto em *ele 1*, quanto em *eles 2*, não há uma identidade plena com o item lexical retomado. Afirmamos que ambas anáforas são discursivas porque, apesar de haver formalmente um retorno ao item lexical, são necessários elementos externos presentes no interdiscurso para que as anáforas sejam estabelecidas. Enquanto em *eles 2* ressoam saberes socialmente relacionados aos referente *fantasma*, o *ele 1* produz um *efeito de sentido* novo para esse referente<sup>59</sup>, a partir de uma falha na *estruturação vertical*.

Conforme foi dito, Todorov (1980) procura os referentes das anáforas dentro dos limites do texto e afirma que a incoerência do discurso do esquizofrênico faz com que não seja possível encontrá-los. Ao considerar os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (em especial o de

<sup>59</sup> No discurso do paciente, há uma condensação no referente *fantasma*, que pode ser tanto um *guarda de trânsito* quanto *uma pessoa usando um lençol, fingindo ser fantasma*. A condensação ocorre no item lexical e não nos elementos de referência.

que todo discurso é constituído por outros e a referência não está relacionada exclusivamente a uma construção textual, mas se estabelece no interdiscurso), chegamos à noção de *efeito de referência* produzido no discurso do esquizofrênico que difere da percepção de referência de Todorov (1980). *Efeito de referência* dá-se quando é possível apreender o referente não em elementos do intradiscurso, mas do interdiscurso. Dessa forma, apesar de não estar expresso no fio de discurso, a referência dá-se a partir da ressonância com o interdiscurso.

Ao analisar o discurso do esquizofrênico, constatamos que ele se estabelece também em relação a outros discursos. Vale dizer que as referências não estão claramente estabelecidas no texto, mas podem ser estabelecidas em relação aos pré-construídos presentes no interdiscurso.

**Bloco discursivo 2** – Tema: *Na época que o paciente tinha sete anos.*

No bloco 2, estudaremos a referência estabelecida no intradiscurso a respeito do tema *na época que o paciente tinha sete anos*, ou seja, na época escolar, desenvolvido pelo paciente.

sdr1

Paciente: Como se eu tivesse poupando palavras, né? Fala, mas poupa as palavras. E em *português* fala o *resumo*, né? Não se, *não é permitido repetir uma palavra* ou além daqui algum tempo pra botar no composto, né? Não é um segredo dela, né? É *passar a limpo*, aquela que ela fez primeiro no *rascunho*.

Entrevistador: Uhum

Paciente: Entendeu? É como se tivesse poupando palavra. Mas não, é pra entender aquilo que a pessoa quer que entenda que está tudo dentro do composto. Ou seja: a pessoa, outra pessoa que vai olhar, né? Quer dizer, e ninguém gosta de aparecer às custas de ninguém, *na aula*, né? *Na época eu tinha seta anos, quem corrige as provas é a pessoa que dá aula*, né? (E, 43 anos, sexo Masculino).

sdr2

Entrevistador: Na época que tu tinha quantos anos?

Paciente: Seta anos, seta anos. *Primeiro ano do primeiro grau.*

Entrevistador: Ah, seta anos.

Paciente: Pra eu não dizer sete, (?) sete anos.

Entrevistador: Ah, pra não dizer sete.

Paciente: É, pra *trocar a palavra*, né? Se a gente pretende muitas coisas que a pessoa *muda o termo*, ou lembra de outro termo é pra mudar a palavra, né? Ou um, poucas palavras ela quer dizer muita coisa quem pode explicar é a doutora, né? (E, 43 anos, sexo Masculino).

Os pronomes *dela* e *ela* na sdr1 do bloco discursivo 2 e o pronome *ela* na sdr2 não possuem, dentro de toda a entrevista, um referente feminino antecedente com que possam estabelecer ligação. Porém, na sdr2, há subsídios, principalmente sintáticos, para que se interprete cataforicamente o pronome *ela*. Esse pronome remete-se ao termo *doutora*, pois estão na mesma frase e não há nenhum impedimento semântico para que essa interpretação seja realizada. A partir dessa interpretação, os pronomes *dela* e *ela*, da sdr1, também remeteriam cataforicamente ao termo *doutora*. A interpretação exofórica desses pronomes é descartada, porque não é possível resgatar o referente no contexto situacional.

Se concebermos o texto como um objeto fechado em si, em que a exterioridade está adjacente, nossa análise resumir-se-ia às observações feitas acima. Porém, como trabalharemos com a Análise de Discurso, é possível perceber que o discurso estudado é permeado por *discursos outros* que lhe são pertencentes, ou seja, a exterioridade como constitutiva do discurso. Sendo assim, a análise desse *corpus* buscará sempre a ressonância que o interdiscurso provoca no fio do discurso.

Nosso primeiro passo, na análise do bloco 2, é buscar a *ressonância* no fio do discurso do paciente, a partir das palavras e enunciados abaixo:

Português – Resumo – Não é permitido repetir uma palavra – Muda o termo –  
 Rascunho – Na aula – Na época que eu tinha seta anos – Quem corrige prova é a  
 pessoa que dá aula – Primeiro ano do primeiro grau

Esse grupo de palavras e de sintagmas está relacionado ao discurso escolar. É nessa referência discursiva que a fala do paciente está se ancorando. Desse modo, os pronomes *dela* e *ela*, na sdr1 do bloco 2, remetem, pela mobilização da *memória discursiva*, à referência *professora*. Mesmo que essa palavra não tenha sido mencionada durante a entrevista, e que tenha aparecido apenas de forma implícita no sintagma *quem corrige prova é a pessoa que dá aula*, a figura da *professora* está presente nos já-ditos e em todas as lembranças discursivas que essas palavras e expressões, usadas pelo paciente, trazem consigo.

Como nos mostra Jakobson (1995), em seu estudo sobre a afasia, nos distúrbios de similaridade, em que o paciente é incapaz de selecionar a palavra que estabeleceria referência a um determinado referente, há produção de um sintagma que circunscreveria a palavra de alguma forma. Esse efeito pode ser percebido no sintagma extraído do discurso do paciente: *quem corrige as provas é a pessoa que dá aula*. O referente *professora* está sendo evocado, apesar de não estar sendo dito. Ao evocarmos os estudos sobre a afasia, não queremos afirmar que o paciente sofre de tal distúrbio, ou que seu discurso esteja desorganizado a partir de uma falha em relação à similaridade, mas mostrar que a linguagem possui mecanismos de associação que nos permitem circunscrever o referente sem denominá-lo.

Podemos ver também que, no sintagma em que aparece o pronome *ela*, na sdr1, há evocação do referente *professora*, porque o discurso escolar ressoa nas palavras *passar a limpo* e *rascunho*. Dessa forma, o pronome *ela*, na sdr1, é uma exófora discursiva, na medida em que retoma um elemento do interdiscurso.

Na sdr2 do bloco discursivo 1, há a ressonância desse discurso escolar, com as expressões *seta anos, primeiro ano do primeiro grau, trocar a palavra, mudar o termo*, que desembocam na frase (a) *poucas palavras ela quer dizer muita coisa quem pode explicar é a doutora, né?*. Quem quer dizer muitas coisas com poucas palavras? A resposta a essa pergunta pode ser dada ou por uma interpretação a partir de uma anáfora discursiva, em que o elemento referido está ausente, sendo apenas evocado no discurso do paciente - a *professora* - ou por uma interpretação catafórica - a *doutora*.

(a1) poucas palavras *a professora* quer dizer muita coisa quem pode explicar é a doutora, né?

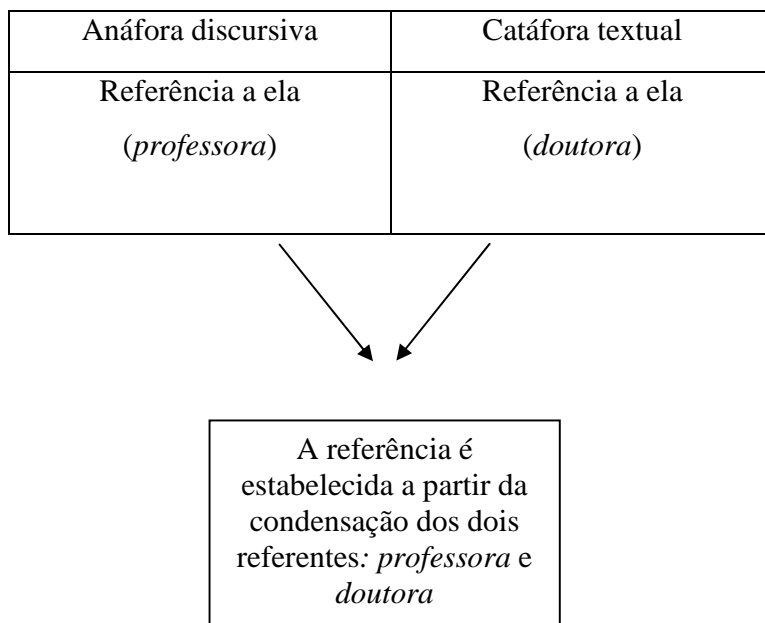
(a2) poucas palavras *a doutora* quer dizer muita coisa quem pode explicar é a doutora, né?

Tanto a interpretação do referente realizada em (a1) quanto aquela realizada em (a2) são coerentes discursivamente. Em (a1) podemos interpretar o pronome *ela*, da sdr1 do bloco 2, como uma anáfora discursiva de elemento ausente no fio do discurso, que remete ao referente *professora* no interdiscurso. O pronome *ela*, da sdr2, seria uma remissão anafórica a esse referente discursivo que foi apreendido pelo pronome da sdr1. Essa interpretação é sustentada pela ressonância do interdiscurso que as palavras, expressões e sintagmas que estão inseridos no fio do discurso do paciente produzem.

A interpretação feita em (a2) restringe-se à materialidade lingüística, não ascendendo, assim, ao nível discursivo, pois a remissão ao referente acontece endoforicamente. Do ponto de vista semântico, não há nenhuma inconsistência em relação ao *efeito de sentido* produzido, pois é possível (verossímil) que a terapeuta do paciente tenha feito considerações a respeito de sua fala.

Não há a prevalência de nenhuma interpretação perante a outra. O pronome *ela* reclama tanto um referente quanto outro, por isso acreditamos que há uma *condensação dos referentes no pronome ela*. Podemos visualizar essa condensação no esquema abaixo:





Tanto o discurso escolar quanto o terapêutico ressoam no discurso do paciente, assujeitando-o: o aluno precisa assujeitar-se ao dizer da professora e o paciente ao dizer da doutora. Desse duplo assujeitamento resulta a condensação.

A condensação, ou seja, o estabelecimento de referência a dois referentes, ao mesmo tempo, ocorre a partir do entrelaçamento dos discursos, como nos mostra o caso acima estudado. Nesse bloco, a condensação é estabelecida em um ponto de similaridade entre o discurso escolar e o terapêutico: *poucas palavras quer dizer muita coisa*. Ambos os discursos estão intimamente ligados à questão da linguagem. Tanto um quanto o outro estão interessados na problemática do sentido e de seu desdobramento. As palavras são um ponto de contato, mas também de discordância entre estes discursos. No discurso escolar, a palavra é tida como instrumento e objeto de aprendizado. No discurso terapêutico, é o instrumento de acesso à mente dos indivíduos.

Como nos ensina Freud (1901), a condensação é um mecanismo normal no trabalho do sonho, *mas constitui uma falha em nosso pensamento de vigília* (idem, p. 267). Isso nos leva a concluir que essa condensação também é o resultado de uma falha no assujeitamento a esses discursos. É vetada, ao paciente, a diferença entre o discurso escolar e o terapêutico, restando, assim, a semelhança entre ambos. E é essa semelhança que permite a reunião dos referentes *professora* e *doutora* em uma mesma referência.

Isso ocorre porque o assujeitamento do esquizofrênico às *formações discursivas* é diferente daquele estabelecido pelo sujeito *normal*. Dessa forma, a condensação ocorre como conseqüência de uma diferente organização do sentido para o paciente, mas também de sua inserção nos discursos sociais, mesmo que essa inserção seja falha.

**Bloco discursivo 3** – Tema: *Sobre a internação do paciente*.

No bloco discursivo 3, será estudada a referência estabelecida a partir do tema desenvolvido pelo paciente na entrevista: a internação do paciente no hospital psiquiátrico.

sdr1

Entrevistador: Aham. Mas foi por isso que tu veio pra cá então?

Paciente: Não, é que foram fazer uma fofoca pra *pessoa que me trouxe*, que eu tava com alguma garota embaixo do lençol, né? Como é que eu ia me defender, né? Ele abriu tava direito, não há nenhuma garota. Eu moro no segundo andar.

Entrevistador: Aham.

Paciente: Pode ser uma garota dizer que ia no primeiro andar e ele no segundo andar.

Entrevistador:Uhum.

Paciente: Por certo de ele ter caído na fofoca, né?

Entrevistador: Aham. Aí por isso trouxeram o senhor pra cá? (E, 43 anos, sexo Masculino).

sdr2

Entrevistador: Aham. E quem é que, quem é que lhe trouxe pra cá?

Paciente: Olha, eu não vou lhe falar porque eu não sei o nome deles direito, né?

Entrevistador: Ah, não, mas quem é que pediu...?

Paciente: Diz que foi mandado por pessoas, a última vez que eu tive diz que foi mandado por pessoas da estatais, né? (?)

Entrevistador: Ah, mandado pelas *pessoas das estatais*.

Paciente: É. Ou a, fizeram a fofoca pra eles pra eles ir lá olhar embaixo do...

Entrevistador: Ah, fizeram a fofoca pra eles... (E, 43 anos, sexo Masculino).

Temos dois pronomes, *ele* e *eles*, na superfície lingüística do discurso do paciente. O primeiro, como mostraremos a seguir, está se referindo ao indivíduo que foi buscar o paciente em sua residência e levou-o para o hospital. O segundo, apesar de estar remetendo ao mesmo assunto (a internação do paciente), é pluralizado, contradizendo, assim, a informação anterior de que apenas uma pessoa teria conduzido o paciente para o hospital.

Benveniste (1946), ao estudar o plural nos pronomes, afirma que o plural da primeira pessoa não é a quantificação de objetos idênticos, mas a junção do *eu* com o *não-eu*, que pode ser tanto o *tu* e o *ele* quanto o *vós* e o *eles*. Desse modo, o pronome *nós* não é multiplicação, mas a dilatação do *eu*. No caso do pronome não-pessoal *ele*, a pluralização acontece ou pela sua multiplicação, ou para exprimir a generalização indecisa de um conjunto de seres não-pessoais. O segundo modo de pluralização do pronome não-pessoal é denominado pela gramática tradicional *sujeito indeterminado*. Descartaremos a indeterminação do sujeito porque há, na superfície lingüística do recorte estudado, possibilidade de recuperar o referente. Dessa forma, estudaremos os pronomes *ele* e *eles* pressupondo seu funcionamento languageiro no discurso *normal* (do neurótico), conforme Benveniste (1946), porém, observando possíveis modificações desse funcionamento no discurso do esquizofrênico.

Abaixo, localizaremos o referente discursivo do pronome *ele* na sdr1:

**Ele 1** (*a pessoa que me trouxe*)

- 1 a. *abriu tava direito* sdr1
- 1 b. *ia no segundo andar* sdr1
- 1 c. *ter caído na fofoca* sdr1
- 1 d. *Diz que foi mandado por pessoas da estatais* sdr2

Acreditamos que esses enunciados (1 a., 1 b., 1 c. e 1d.) retomam sempre o referente *a pessoa que me trouxe*. Apesar de não serem dotadas nem de um *efeito de coesão* nem de um *efeito de seqüencialidade* no nível lingüístico, as formulações produzem um *efeito de verossimilhança* aos atos narrados. É provável que quem tenha levado o paciente para o hospital seja um enfermeiro, *diz que foi mandado por pessoas da estatais* (1 c.); que ele tenha sido retirado de sua residência, *moro no segundo andar*; a partir de uma queixa dos vizinhos ou dos familiares, *ter caído na fofoca* (1 c.); e que quem levou o paciente tenha ido até sua residência verificar a veracidade da informação, *ia no segundo andar* (1 b.), *abriu tava direito*(1 a.).

Achard (1999) nos ensina que a *memória discursiva* que permite a interpretação não precisa ser afirmada, *a explicitação desses implícitos em geral não é necessária a priori, e não existe em parte alguma um texto de referência explícito que forneceria a chave. Essa ausência não faz falta, a paráfrase de explicitação aparece antes como um trabalho posterior sobre o explícito do que como pré-condição.* (idem, p. 13). Desse modo, se, em um discurso *normal* (a fala de um neurótico), não é possível confirmar a veracidade ou não dos fatos, no discurso psicótico também não podemos duvidar de sua veracidade, se não houver uma marca lingüístico - discursiva que nos conduza a isso.

Os pronomes *eles* e *deles*, na sdr2, podem tanto se referir a pessoas das estatais quanto às pessoas que encaminharam o paciente ao hospital.

## Eles 2

- 2 a. *Olha, eu não vou lhe falar porque eu não sei o nome deles direito, né?*
- 2 b. *É. Ou a, fizeram a fofoca pra eles pra eles ir lá olhar embaixo do...*

Apesar de (2a.) ser a resposta à pergunta *E quem é que, quem é que lhe trouxe pra cá?*, e, anteriormente, o paciente ter respondido pergunta semelhante afirmando que foi uma única pessoa, o pronome *ele* encontra-se no plural, sugerindo haver mais de uma pessoa (sdr2).

No decorrer da entrevista, ainda na sdr2, há novamente a delimitação de uma única pessoa como aquela que levou o paciente para o hospital: *diz que foi mandado por pessoas, a última vez que eu tive diz que foi mandado por pessoas da estatais, né?*, como havia sido afirmado na sdr1. Sobre essa indecisão do paciente em utilizar o singular ou o plural para fazer a referência à(s) *pessoa(s) que o levaram para o hospital*, descartamos a possibilidade de se tratar de um erro gramatical, pois o plural é reiterado em *É. Ou a, fizeram a fofoca pra eles pra eles ir lá olhar embaixo do* na sdr2. Por esse motivo, procuraremos perceber os *efeitos de sentidos* produzidos nesse trabalho de referência.

A partir da análise a respeito da referência estabelecida pelo paciente *ao indivíduo(s) que o encaminharam para o hospital*, vemos que há uma contradição em relação ao que havia sido dito em sdr1 e em sdr2, dentro do enunciado transcrito em 2b. A contradição não se reduz apenas a esse ponto, porque, na sdr1, foi declarado pelo paciente que sua internação era o resultado da queixa que fizeram à *pessoa que o levou para o hospital - é que foram fazer uma fofoca pra pessoa que me trouxe que eu tava com alguma garota embaixo do lençol, né? Como é que eu ia me defender, né? Ele abriu tava direito, não há nenhuma garota.* (sdr1, bloco 2). Porém, a fofoca, na sdr2, não é mais para *ele*, mas para *eles*, e não é mais *ele*, mas *eles*, que foram olhar embaixo do lençol.

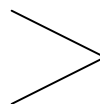
Abaixo, mostraremos, de forma esquemática, o referente discursivo construído na sdr2:

## Deles

- Aqueles que levaram o paciente para o hospital.

**Eles**

- Aqueles que a fofoca fora destinada.
- Aqueles que foram olhar embaixo do [lençol]



<p>Aqueles que levaram o paciente para o hospital</p>
---

Porém, o *eles*, em 2b. (*É. Ou a, fizeram a fofoca pra eles pra eles ir lá olhar embaixo do...*), além de remeter aos referentes - *aqueles que a fofoca fora destinada, aqueles que foram olhar embaixo do [lençol], aquele que levou o paciente para o hospital*, - pode remeter também ao termo no plural a que está muito próximo sintaticamente: *peessoas da estatais*. Sendo assim, em (2 a.), o pronome *eles* pode estar se referindo tanto a *aquele que o trouxe*, quanto *as pessoas da estatais*, como àqueles que são os responsáveis por sua ida para o hospital.

Se, em (2 b.), não interpretarmos os termos repetidos como uma repetição devido a uma gagueira, mas como pronomes diferentes que remetem a referências distintas, podemos dizer que o primeiro pronome (*eles'*) continua sendo referente de *quem o trouxe* e *as pessoas da estatais*, porque a queixa pode ter sido endereçada tanto a uma quanto a outra referência: *fizeram a fofoca pra quem me trouxe e para as pessoas da estatais*.

- *É. Ou a, fizeram a fofoca pra eles' pra eles'' ir lá olhar embaixo do...*

Porém, não podemos perceber o segundo pronome (*eles''*) do ponto de vista gramatical, como fazendo uma referência à *pessoa* e à *instituição que o trouxe* conjuntamente, porque não há como a instituição, e sim apenas uma pessoa física, ter ido à casa do paciente e ter olhado embaixo do lençol: *a pessoa que me trouxe e as pessoas da estatais ir lá olhar embaixo*. Como o paciente reiterou que foi apenas uma pessoa que o levou para o hospital, acreditamos que em (*eles''*), há uma condensação de referentes. A questão da condensação será examinada mais detalhadamente no decorrer da análise do presente bloco.

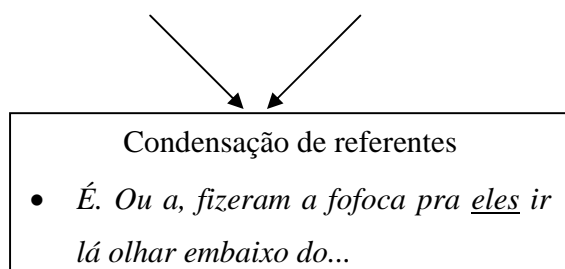
Estudaremos, agora, os pronomes (*eles'*) e (*eles''*) como uma repetição na fala.

- *É. Ou a, fizeram a fofoca pra eles ir lá olhar embaixo do...*

Mesmo sobre essa segunda hipótese, na sdr2, o pronome eles condensa dois referentes distintos. Pois eles faz referência à *pessoa que levou o paciente para o hospital - o enfermeiro - e a pessoa a quem foi destinada a fofoca – o enfermeiro ou as pessoas da estatais ou ambos.*

Abaixo, representaremos, esquematicamente, a condensação dos referentes.

Referente 1 – <i>a pessoa que conduziu o paciente ao hospital</i>	Referente 2 – <i>as pessoas das estatais</i>
<p>Ele</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sdr1 - <i>pessoa que me trouxe</i></li> <li>• sdr2 - <i>foi mandado por pessoas da estatais</i></li> </ul>	<p>Eles</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• sdr2 - Entrevistador: <i>Aham. E quem é que, quem é que lhe trouxe pra cá?</i></li> <li>Paciente: <i>Olha, eu não vou lhe falar porque eu não sei o nome <u>deles</u> direito, né?</i></li> </ul>



Afirmamos que o pronome *eles*<sup>60</sup>, na fala do paciente, é uma condensação de referentes e não uma identidade referencial, porque, diferentemente do discurso *normal*, em que o pronome *ele* sofre uma pluralização a partir da multiplicação do objeto, o pronome não-pessoal utilizado pelo paciente sofre uma dilatação para unir os referentes 1 e 2. Essa condensação de referentes não é sustentada nem por uma base lingüística, como nos mostra Benveniste (1946), nem por um discurso estabelecido socialmente.

Em nosso estudo, a condensação de referentes é produzida a partir do deslizamento de sentido entre *a pessoa que encaminhou para o hospital* e *as pessoas responsáveis pelo funcionamento da instituição*. Esse deslizamento não possui uma ancoragem dentro do discurso a que o paciente se reporta – o discurso das instituições psiquiátricas –, produzindo, assim, esse forte *efeito de incoerência*. Não é possível que o referente 1 e o referente 2 sejam equivalentes na formulação, *É. Ou a, fizeram a fofoca pra eles ir lá olhar embaixo do...*, pois é impossível que todos os membros da instituição tenham levado o paciente para o hospital.

Essa condensação só foi possível pelo funcionamento discursivo das anáforas presentes no fio do discurso do paciente, na medida em que a retomada dos elementos acontece a partir de pré-construídos provenientes do discurso jurídico: *foi internado por ordem do estado, o estado é o tutor legal do paciente internado*. Esses pré-construídos podem ser percebidos na fala do paciente: [a pessoa que levou o paciente ao hospital] *diz que foi mandado por pessoas da estatais*. Desse modo, o paciente condensa o agente e os responsáveis legais pela internação. No arquivo analisado, há outros casos de condensação de referentes similares a esse, ou seja, que condensa a instituição e seus funcionários. Exporemos um caso similar em relação ao tipo de condensação de referentes: *Eu tava, eu sou de um abrigo lá, né? Daí veio a prefeitura lá e, e me buscou, né? Porque eu sou muito amigo da prefeitura, né?* (R. 27 anos, sexo Masculino). A diferença entre esse recorte e o analisado está no fato daquele não estabelecer uma condensação no pronome, mas no próprio termo.

É necessário ressaltar que essa condensação de referentes é o resultado de uma inserção diferencial do esquizofrênico nos discursos que o atravessam e de uma organização delirante dos sentidos.

A seguir, as conclusões parciais do presente recorte.

---

<sup>60</sup> A mesma explicação é válida para o pronome *eles*'' na análise que considera *eles'* e *eles''* como pronomes distintos, estabelecendo referências diferentes.



### 3.2 CONCLUSÕES PARCIAIS

No bloco 1, vemos uma anáfora discursiva no enunciado do paciente desempenhando duas funções: a apropriação de um saber no interdiscurso; e a construção do referente *fantasma*, somando ao sentido compartilhado, *dá susto*, sentidos pertencente a outro referente, *guarda de trânsito* (*vigia ou auxilia aquelas que atravessam o trânsito, uma encruzilhada ou a rua*), produzindo, dessa forma, a re-significação dos saberes sobre *fantasma* e construindo um referente discursivo em seu discurso o qual produz um *efeito de sentido* diverso.

No bloco discursivo 2, há a condensação de referentes pré-construídos sinalizados no texto: *professora* e *doutora*. Essa condensação é o resultado de um assujeitamento ao discurso escolar e ao terapeuta e, também, de uma inserção falha nesses discursos, que faz com que os dois referentes possam ser reunidos em uma mesma referência.

No bloco 3, só podemos identificar a condensação dos referentes que está sendo construída pelo paciente se projetarmos o interdiscurso sobre o seu dito, porque a *memória discursiva* a respeito da internação psiquiátrica impossibilita aceitarmos o pronome *eles* do sintagma, *É. Ou a, fizeram a fofoca pra eles pra eles ir lá olhar embaixo do...*, como uma pluralização, conforme a nossa análise no bloco 3.

A partir dessas análises, podemos propor algumas considerações a respeito da referência e, mais especificamente, da utilização de elementos fóricos no discurso do paciente esquizofrênico.

Contrariando as observações de Todorov (1981), percebemos que os esquizofrênicos estabelecem referência, tanto em relação aos referentes pré-construídos, como podemos observar no capítulo 1 e 2, quanto em relação aos elementos postos no fio do discurso, conforme constatamos no presente capítulo.

Concordamos com Novaes (1996) a respeito da afirmação de que a falta de coerência na fala dos pacientes esquizofrênicos está mais relacionada a uma incapacidade interpretativa do interlocutor de relacionar os elementos de coesão, entre eles a anáfora, do que a uma ausência desses elementos. Propomos que a incapacidade de apreensão das referências estabelecidas pelos elementos fóricos seja vista não como uma incapacidade individual do interlocutor, mas como uma limitação das teorias utilizadas para interpretar essas referências.

Todorov (1981) prende-se ao nível lingüístico da fala do esquizofrênico. O autor, como vimos, julga serem indeterminadas as anáforas, devido às conjunções mal utilizadas, à falta de hierarquia no discurso, às proposições inacabadas, à mudança na transitividade dos verbos. Dessa forma, em virtude dessas rupturas sintáticas, é impossível interpretar as relações entre as anáforas, na perspectiva teórica do autor.

O autor chama de incoerente o discurso do esquizofrênico porque olha para o discurso como se fosse um texto fechado, cujas relações, entre os elementos lingüísticos, devem ser estabelecidas nessa unidade. Entretanto, se o discurso do paciente for examinado como um espaço aberto, vemos que o que acontece com seu texto é que ele não produz o *efeito de coerência*, resultante das operações de coesão. E seu dizer, de fato, apresenta marcas de *inconsistência* porque as referências mostram que há nele vários *discursos transversos* que o atravessam, mas de forma fragmentar, e o sujeito desse discurso não consegue produzir o *efeito de homogeneidade*, nem o *de origem*.

O discurso do esquizofrênico carrega as marcas do já-dito anterior ao seu próprio discurso, porém, não consegue produzir o *efeito de autoria* – função que é responsável pela organização dos diferentes recortes provenientes do interdiscurso no interior do seu discurso. Como podemos ver, o esquizofrênico, como qualquer outro sujeito falante, busca os saberes no interdiscurso. A diferença é que aquele que não é esquizofrênico coloca estes saberes em relação, simulando o efeito de ser a origem do dizer e, assim, assumindo a *autoria*. O esquizofrênico não consegue colocar os saberes que mobiliza como se fosse seus. Não assume a ilusão de ser a origem do dizer, não consegue ordenar o seu próprio discurso e, dessa forma, não consegue preencher a *função-autor*.

Como podemos constatar, apesar da desestruturação na formulação, o paciente está inserido nos discursos sociais. É certo que essa inserção é diferente daquela do neurótico, mas existe e permite ao paciente transitar pelos sentidos e estabelecer relações fóricas no interior de seus enunciados.

Em relação às condensações percebidas na análise, é preciso ressaltar que, diferentemente daquelas analisadas por Freud<sup>61</sup>, que são condensações produzidas dentro de um

---

<sup>61</sup> Estamos nos referindo tanto às condensações estabelecidas na fala de esquizofrênicos, quanto àquelas no sonho, no chiste, nos lapsos.

termo *valise*<sup>62</sup>, as observadas por nós estão ocorrendo dentro de um pronome. Acreditamos que, se não utilizássemos a perspectiva teórica da Análise do Discurso, e, mais especificamente, a noção de anáfora discursiva, essas relações de condensação dos referentes não poderiam ser identificadas.

Na próxima seção, faremos as considerações finais do presente trabalho.

---

<sup>62</sup> Observamos que tanto em Freud (1988), quanto em Garcia-Roza (1991) e em Sterian (1991), as condensações são encontradas em palavras com significação, como substantivos, adjetivos, etc, ou em neologismos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não faremos uma retrospectiva de todo percurso que foi desenvolvido no presente trabalho, porque, em cada capítulo, foram apresentadas as opções teóricas, os procedimentos desenvolvidos e porque os capítulos de análise foram finalizados com conclusões parciais. Porém, observaremos alguns pontos relevantes para finalizar nosso percurso.

O embasamento teórico da Análise do Discurso nos proporcionou observar o funcionamento do discurso do esquizofrênico, principalmente em relação à questão da referência, na medida em que essa teoria nos possibilitava repensar as seguintes noções: de *língua* a partir da questão da falha; de *sujeito* afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia; de *autor* como um dos *efeitos de sentido* do discurso.

A Análise do Discurso nos oferece instrumentos teóricos para pensar a constituição do discurso sem ficarmos presos àquilo que o sujeito falante marca como pertencente ou não a seu dizer. O *interdiscurso* nos permite vislumbrar o conjunto das *formações discursivas*. A *memória discursiva* nos permite apreender de forma fragmentar e lacunar essa totalidade. A *heterogeneidade* nos permite localizar no texto os vestígios dos discursos-outros.

Tanto as noções quanto os instrumentos nos permitem pensar um discurso que é intrinsecamente falho e que se organiza de forma diferente daquele(s) que os estudos da linguagem vêm tradicionalmente estudando para os quais constrói metodologias de análise.

Como vimos durante o presente trabalho, a perspectiva teórica da lingüística *stricto sensu* não consegue vislumbrar nem referência ao *mundo das coisas* nem auto-referência no discurso do esquizofrênico. Isso se deve ao fato de a lingüística ater-se à materialidade linguageira e não pensar as questões da discursividade.

Em nossas análises constatamos que ambos os tipos de referência se estabelecem no discurso estudado. A diferença entre a referência estudada pela Análise do Discurso e a prevista pela lingüística é que a primeira se estabelece sempre em relação ao interdiscurso enquanto a segunda em relação apenas a itens lexicais e aos *objetos do mundo*.

Constatamos, em nossa análise, que a referência do discurso do esquizofrênico difere da *normal* nos seguintes pontos:

- a. A apropriação dos referentes pré-construídos pertencentes às *formações discursivas* que afetam o paciente não produz um *efeito de origem, de homogeneidade e de linearidade*.
- b. Não há uma *tradução* para a *formação discursiva* em que se inscreve o paciente dos saberes apropriados no discurso-outro.
- c. A referência pode dar-se a partir de uma condensação de referentes que estão presentes materialmente no fio do discurso do paciente ou que estão no interdiscurso, mas ressoam no discurso estudado.

Lacan (1998) nos ensina (conforme vimos na seção 2.3.2 da primeira parte) que o sujeito observador é dividido e o objeto observado é equívoco. Podemos utilizar esse ensinamento para pensar a referência, de forma que, em relação às diferentes apropriações que um sujeito-falante pode assumir em uma *formação discursiva*, esses objetos discursivos se apresentam equívocos e os sujeitos afetados pelo inconsciente e pela ideologia.

A Análise do Discurso nos permite pensar a referência como uma apropriação de referentes que são construídos nas *formações discursivas*, tanto no discurso *normal* quanto no discurso do esquizofrênico. O funcionamento da referência no discurso estudado permite compreender a referência de modo geral e não apenas o discurso analisado nesse trabalho. Uma conclusão importante a que chegamos é que a referência a referentes pré-construídos deve estabelecer um *efeito de homogeneidade, de linearidade, de origem e de autoria* na apropriação. Quando isso não ocorre, como no caso do discurso estudado, surge um *efeito de estranhamento* no fio do discurso.

Outra conclusão é que, ao se apropriar de referentes pré-construídos que não se originam na *formação discursiva* que o afeta, o sujeito falante *traduz* esse referente a partir de saberes dessa *formação*. Caso isso não aconteça, como podemos observar na análise, dá-se o *efeito de contradição*.

Esperamos que esse trabalho possa ter contribuído com o vasto estudo sobre a referência e ter colaborado com as pesquisas, principalmente na tradição de estudos da linguagem no Brasil, a respeito do discurso do esquizofrênico.

## 5 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In \_\_\_\_\_. *Papel da memória*. São Paulo, Pontes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado. In ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARNAULD & LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARRIVÉ, Michel. *Linguística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros*. São Paulo: EDUSP, 1994.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Cadernos de Estudos linguísticos, Campinas, (19): 25-42, julho/dezembro, 1990.

\_\_\_\_\_. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, Mikail. (1929) *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALLY, C. *Le langage et Lavie*. Paris : Payot, 1926.

\_\_\_\_\_. *Traité de stylistique Française*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

\_\_\_\_\_. *Linguistique générale et linguistique française*. Editions Francke: Berne, 1965.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucena, 2003.

BENVENISTE, Émile. (1946) Estrutura das relações de pessoa no verbo. In \_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística geral vol. 1*. São Paulo: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. (1970) *Aparelho formal da enunciação, vol.II*. São Paulo: Pontes, 1989.

BIRMAN, Joel (org.). *Sobre a psicose*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

BORBA, Patrícia Laubino. *A questão do significante na linguagem: possíveis contribuições da lingüística*. VI Congresso brasileiro de lingüística: a linguagem como prática social. ALAB. Belo Horizonte, 2001.

\_\_\_\_\_. *Entre a coincidência e a não-coincidência: um estudo sobre a fala do esquizofrênico no campo enunciativo*. Monografia de final de curso, UFRGS, 2003.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.

CALLIGARIS, Contardo. *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

\_\_\_\_\_. Sociedade e indivíduo. In FLEIG, M. *Psicanálise e sintoma social*. Porto Alegre: Editora Unisinos, 1993.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. (1989) *Gramática do Português falado. Volume I: A ordem*. São Paulo : Editora da Unicamp, 2002.

CAVALCANTE, Mônica. *Referenciação*. São Paulo : Contexto, 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. *Analyse du discours politique*. Langages n. 62, Larousse: Paris, juin 1981.

\_\_\_\_\_. *Definition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours*. Philosophiques, v.9, n.2, oct. 1982.

COURTINE, Jean-Jacques. & MARANDIN, J-M. *Quel objet pour l'analyse du discours?* In Matérialités discursives, Press Universitaire de Lille, Lille, 1981.

CUNHA, Celso. & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do Português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DSM – IV- *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* – 4. ed.- Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

DUBOIS, Jean. (1973) *Dicionário de Lingüística*. São Paulo, Editora Cultrix, s/d.

DUCROT, Oswald. (1984) *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

EY, Henri (Org.). *Manual de Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Masson, 1981.

FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos. *Doença mental e as religiões pentecostais: um estudo interpretativo sobre as relações entre a atitude religiosa e a reabilitação psicossocial no Brasil*. Tese de Doutorado. Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Rio de Janeiro. 2000.

FILHOL, Emmanuel. *A heterogeneidade enunciativa no discurso do psicótico*. RUA, n.4, 1998, p. 21-38.



FOUCAULT, M. (1969) *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. (1971) *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Marcelo Muniz. *A escritura psicótica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud editora, 2001.

FREUD, S. (1900) *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987.

\_\_\_\_\_. (1901) *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. Rio de Janeiro Editora, 1987.

\_\_\_\_\_. (1905) *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.

\_\_\_\_\_. (1915) O inconsciente. In \_\_\_\_\_. *A história do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988.

\_\_\_\_\_. (1919) O estranho. In \_\_\_\_\_. *História de uma neurose infantil e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988.

\_\_\_\_\_. (1924a) Neurose e Psicose. In \_\_\_\_\_. *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988.

\_\_\_\_\_. (1924b). *A perda da realidade na neurose e na psicose*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988.

GARCIA-ROSA, Luiz Alfredo. *Introdução à metapsicologia freudiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

\_\_\_\_\_. *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Editor, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. In *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, (19). 43-64, jul./dez., 1990.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Da anáfora textual à anáfora do discurso*. Anais do 1 Encontro do CelSul, vol. 2, Florianópolis, 1997b.

\_\_\_\_\_. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In ESNEST-PEREIRA, Aracy. *A leitura e a escrita como prática discursiva*. Pelotas: Educat, 2001.

\_\_\_\_\_. A noção de sujeito em Análise do Discurso: do desdobramento à fragmentação. Texto apresentado no GT de Análise do Discurso, durante o XV Encontro da ANPOLL, Niterói, 2002- publicado no CD-Rom Síntese 2, Seção de Análise do Discurso, ANPOLL, Porto Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. *Lula lá: estrutura e acontecimento*. Organon/ UFRGS, Instituto de Letras – v. 17, n. 35, 2003.

IRIGARAY, Luce. *Parler n'est jamais neutre*. Paris: Ed. Minuit, 1973.

JULIEN, Philippe. *Psicose, perversão, neurose*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

LACAN, Jacques (1946). Formulações sobre a causalidade psíquica. In \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1949) O estádio do espelho como formador da função do eu. In \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1958). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1960). *Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano*. In \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1975) *Seminário 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

\_\_\_\_\_. (1981). *O seminário 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

\_\_\_\_\_. (1998). *Seminário 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambigüidade ao equivoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universitária / UFRGS, 2000.

LECLAIRE, Serge. As palavras do psicótico. In KATZ, Chaim (org.). *Psicose: uma leitura psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1991.

LEITE, Nina. *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

MAINGUENEAU, D. (1984) *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes médicas, 1987.

\_\_\_\_\_. *Reflexão sobre a referência e a correferência*. In CAVALCANTE, M. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NOVAES, Mariluci. *Os dizeres nas Esquizofrenias: uma cartola sem fundo*. São Paulo: Editora Escuta, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento do sentido*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Pontes Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. São Paulo: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. (1969) Análise automática do discurso. In GADET, F. HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. São Paulo: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. (1981) Remontémonos de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Mario M. *El discurso político*. México, Nueva Imagen, 1980.

\_\_\_\_\_. (1988) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In ACHARD, P. *Papel da memória*. São Paulo, Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In GADET, F. HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. São Paulo: Unicamp, 1997.

PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo, 1998.

QUINET, Antonio. *Teoria e clínica da psicose*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2003.

RIBEIRO, Jaçanã. *O simulacro da alteridade: uma análise discursiva do ritual de libertação e cura da Igreja Universal do Reino de Deus*. Dissertação de Mestrado, 2005.

ROUSTANG, François. *Um destino tão funesto*. Rio de Janeiro.: Libreria Taurus Ed., 1987.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916) *Curso de lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, s/d.

SERRANI, Silvana M. Ressonâncias fundadoras e imaginário de língua. In ORLANDI, E. *Discurso fundador: a formação do país e a constituição da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

STERIAN, Alexandra. *Esquizofrenia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

TARALLO, F. KATO, M.et al.(1989). Rupturas na ordem de adjacências canônicas no português falado. IN CASTILHO, T. *Gramática do Português falado. Vol I: A ordem*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002.

TODOROV, Tzvetan. O discurso psicótico. In \_\_\_\_\_. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In \_\_\_\_\_. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

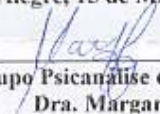
ANEXO

PERMISSÃO PARA UTILIZAÇÃO DO ARQUIVO

## AUTORIZAÇÃO

Autorizo a aluna de Mestrado em Letras da UFRGS – Teorias do texto e do discurso, Patrícia Laubino Borba, a utilizar o corpus acerca dos casos de psicose do nosso banco de dados do Grupo Psicanálise e Lingüística. O uso está restrito à dissertação de mestrado, não podendo ser utilizado para outros fins e resguardando o anonimato dos sujeitos. A autorização para utilização do nosso banco de dados já foi fornecida quando de sua coleta.

Porto Alegre, 15 de Março de 2004

  
Coordenadora em exercício do Grupo Psicanálise e Lingüística  
Dra. Margareth Schäffer

Pertence ao Grupo de Pesquisa  
Psicanálise e Lingüística  
UFRGS/PUCRS